

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - UGRHI 18

2025

ANO BASE 2024



NOVEMBRO 2025

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

BIÊNIO MARÇO DE 2025 A MARÇO DE 2027

Diretoria

Presidente

Jefferson Nascimento De Oliveira

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus de Ilha Solteira

Vice-Presidente

Valdir Semensati

Prefeito Municipal de Palmeira D'Oeste

Secretário Executivo

Luís Henrique Gomes

Agência de Águas do Estado de São Paulo - SPÁGUAS

Secretária Executiva Adjunta

Lucíola Guimarães Ribeiro

Agência de Águas do Estado de São Paulo - SPÁGUAS

Colaboração

Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação

Câmara Técnica de Saneamento, Uso e Conservação da Água no Meio Rural

Câmara Técnica de Educação Ambiental

Elaboração

ELIANA MARIANO SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. CARACTERIZAÇÃO DA UGRHI 18.....	8
3. QUADRO SÍNTESE DA SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	17
3.1. Disponibilidade, demanda de água e balanço hídrico	17
3.1.2. Demanda Total / Vazões outorgadas	18
3.1.3. Finalidade da Demanda	23
3.1.4. Rios de Domínio da União	25
3.1.5. Balanço Hídrico	26
3.1.6. Áreas críticas	29
3.1.7. Tendência	29
3.1.8. Orientações para gestão	30
3.2. Saneamento básico	31
3.2.1. Abastecimento de água	31
3.2.2. Esgotamento sanitário	36
3.2.3. Manejo de resíduos sólidos	40
3.2.4. Drenagem de águas pluviais	44
3.3. Qualidade das águas superficiais e subterrâneas	46
3.3.1 Qualidade das águas superficiais	46
3.3.2 Qualidade das Águas Subterrâneas	54
3.4. Poluição das águas	57
4. Avaliação da gestão	58
5. ANÁLISE DAS INDICAÇÕES FEHIDRO E ACOMPANHAMENTO DO PA/PI 2024-2027 ..	61
5.1 Acompanhamento das ações do PA/PI 2020-2023	62
5.2. Indicações de empreendimentos ao FEHIDRO em 2024	68
5.3. Situação dos empreendimentos indicados em 2024	70
5.4. Atendimento à Deliberação CRH nº 254/2021	72
5.5. Adequação do Plano de ação e Programa de investimentos (PA/PI 2024-2027)	75
5.6. Adequação do Plano de ação e Programa de investimentos PA/PI 2024-2027	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - INTER-RELACIONAMENTO DE INDICADORES DO RS ATRAVÉS DO MÉTODO FPEIR.....	7
FIGURA 2 - UGRHIS E REGIÕES HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	9
FIGURA 3 – SUB-BACIAS DA UGRHI 18.....	10
FIGURA 4 - CONDIÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUANTO À INSERÇÃO DE SUA ÁREA NA UGRHI 18.....	11
FIGURA 5– DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS UNIDADES AQUÍFERAS NA UGRHI 18.	14
FIGURA 6 - ÁREAS DE VULNERABILIDADE DO AQUÍFERO DA UGRHI 18.	15
FIGURA 7 – CAPTAÇÃO SUPERFICIAL EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL DA BACIA E CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL DA BACIA.	19
FIGURA 8 – P.03-C - PROPORÇÃO DE CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUPERFICIAL EM RELAÇÃO AO TOTAL E P.03-D - PROPORÇÃO DE CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA EM RELAÇÃO AO TOTAL.	19
FIGURA 9 – E.07-A - VAZÃO OUTORGADA TOTAL (SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA) EM RELAÇÃO AO Q_{95%}.....	20
FIGURA 10– E.07-C - VAZÃO OUTORGADA SUPERFICIAL EM RELAÇÃO A VAZÃO MÍNIMA SUPERFICIAL (Q_{7,10}).	21
FIGURA 11 - DEMANDA TOTAL OUTORGADA (SUPERFICIAL + SUBTERRÂNEA).	21
FIGURA 12 – OUTORGAS DA UGRHI 18.....	22
FIGURA 13 - PONTOS DE OUTORGAS POR FINALIDADE DE USO NA UGRHI 18.....	24
FIGURA 14 - P.01-D - VAZÃO OUTORGADA DE ÁGUA EM RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO.....	25
FIGURA 15 – OUTORGAS DE CAPTAÇÃO EM RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO.	26
FIGURA 16 - BALANÇO HÍDRICO 2024 – VAZÃO DE CAPTAÇÃO Q_{95%}.	28
FIGURA 17– E.07-D - VAZÃO OUTORGADA SUBTERRÂNEA EM RELAÇÃO AS RESERVAS EXPLOTÁVEIS.	29
FIGURA 18 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ÁGUA %.	32
FIGURA 19 - DEMANDA ESTIMADA PARA ABASTECIMENTO URBANO E R.05-G - VAZÃO OUTORGADA PARA USO URBANO / VOLUME ESTIMADO PARA ABASTECIMENTO URBANO.....	33
FIGURA 20 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ÁGUA.	33
FIGURA 21 - ÍNDICE DE PERDAS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.....	34
FIGURA 22 - CARGA ORGÂNICA POLUIDORA DOMÉSTICA GERADA E.....	37
FIGURA 23 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR REDE DE ESGOTO.	37
FIGURA 24 - ICTEM - INDICADOR DE COLETA E TRATABILIDADE DE ESGOTO DA POPULAÇÃO URBANA DE MUNICÍPIO	39
FIGURA 25 - RESÍDUO SÓLIDO URBANO GERADO NA UGRHI 18.....	42
FIGURA 26 - RESÍDUO SÓLIDO URBANO DISPOSTO EM ATERRO: T/DIA DE RESÍDUO/IQR.....	42
FIGURA 27 – E.01-A - IQA - ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA.	50
FIGURA 28 – E.01-C - IVA - ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS PARA A PROTEÇÃO DA VIDA AQUÁTICA.....	51
FIGURA 29 – E.01-D - IET - ÍNDICE DE ESTADO TRÓFICO.	52

FIGURA 30 – E.01-E - CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO DISSOLVIDO (ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO).....	53
FIGURA 31 – I.02-A - REGISTRO DE RECLAMAÇÃO DE MORTANDADE DE PEIXES	53
FIGURA 32 – I.05-C - CLASSIFICAÇÃO DA ÁGUA SUBTERRÂNEA	55
FIGURA 33 – E.02-A - CONCENTRAÇÃO DE NITRATO.....	56
FIGURA 34 – P.06-A - ÁREAS CONTAMINADAS EM QUE O CONTAMINANTE ATINGIU O SOLO OU A ÁGUA.....	57
FIGURA 35 - OCORRÊNCIA DE DESCARGA/DERRAME DE PRODUTOS QUÍMICOS NO SOLO OU NA ÁGUA: N° DE OCORRÊNCIAS/ANO	58
FIGURA 36 - VALORES TOTAIS CORRESPONDENTES AOS EMPREENDIMENTOS INDICADOS EM 2024, POR PDC.	70
FIGURA 37 – PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FEHIDRO (COBRANÇA E CFURH) NOS EMPREENDIMENTOS INDICADOS EM 2024.....	70
FIGURA 38 - SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS INDICADOS PELO CBH-SJD EM 2024.....	72
FIGURA 39 – PERCENTUAL DE AÇÕES ESTRUTURAIS E NÃO ESTRUTURAIS.	72
FIGURA 40 – INDICAÇÃO POR PRIORIDADE DE PDC, EM 2024.....	73

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - IDENTIFICAÇÃO E ÁREA DOS MUNICÍPIOS COM SEDE NA UGRHI 18 E COM SEDE EM UGRHI ADJACENTE.	11
TABELA 2 – AQUÍFEROS: TIPO E ABRANGÊNCIA NA UGRHI 18.	13
TABELA 3 - POPULAÇÃO DA UGRHI 18.....	17
TABELA 4 – PROPORÇÃO DE EFLUENTE DOMÉSTICO COLETADO EM RELAÇÃO AO EFLUENTE DOMÉSTICO TOTAL GERADO, PROPORÇÃO DE EFLUENTE DOMÉSTICO TRATADO EM RELAÇÃO AO EFLUENTE DOMÉSTICO TOTAL GERADO E PROPORÇÃO DE REDUÇÃO DA CARGA ORGÂNICA POLUIDORA DOMÉSTICA.	38
TABELA 5 – RESULTADOS DO MONITORAMENTO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS NA UGRHI 18, POR PONTO DE MONITORAMENTO.	52
TABELA 6 – CATEGORIAS E FAIXAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES DE QUALIDADE DA CETESB.	52
TABELA 7 – ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES INDICADAS EM 2020 A 2023.....	63
TABELA 8 - INDICAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS AO FEHIDRO EM 2024.....	69
TABELA 9 - SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS INDICADOS PELO CBH-SJD AO FEHIDRO EM 2024, POR PDC.....	71
TABELA 10 – SÍNTESE DA INDICAÇÃO DOS PROJETOS AO FEHIDRO EM 2024 COM RECURSOS DA CFURH E SITUAÇÃO EM RELAÇÃO AO PA/PI 2024-2027 E À DELIBERAÇÃO CRH N° 254/2021.....	74
TABELA 11 – ATUALIZAÇÃO DO PA/PI 2024-2027.	78

1. INTRODUÇÃO

Este documento compreende o Relatório de Situação de Recursos Hídricos da UGRHI 18 (São José dos Dourados) – 2025 (Ano Base 2024), conforme orientações da Diretoria de Recursos Hídricos (DRHi)/Coordenadoria de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CPGRHi).

O Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica é o instrumento de gestão para avaliação da eficácia do Plano de Bacia, estabelecido na Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Lei Estadual nº 7.663/1991.

A Deliberação CRH nº 275/2022 estabelece os requisitos para o Relatório de Situação, incluindo a elaboração anual, conteúdo compatível com os Planos de Bacias Hidrográficas e utilização de indicadores para facilitar a comunicação e a tomada de decisão.

Ressalta-se que o presente documento consiste em uma importante ferramenta voltada à avaliação e melhoria do desempenho das ações do Comitê da Bacia Hidrográfica São José dos Dourados, visto que fornece dados, análises, conclusões e propostas de ações para o colegiado, contribuindo ainda, para o relatório anual sobre a "Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo".

A obrigatoriedade de elaboração do relatório de situação, prevista na Lei Estadual nº 7.663/1991, vem sendo cumprida desde 2007 pelos comitês de bacia, sob a coordenação da Diretoria de Recursos Hídricos de São Paulo (DRHi), com metodologia específica para sua elaboração - método FPEIR (Força-Motriz, Pressão, Estado, Impacto e Resposta), a qual se baseia na avaliação de dados oficiais relativos a um conjunto de indicadores definidos pelo Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH).

O método utiliza indicadores de diversas naturezas para simplificar a informação relacionada a fenômenos complexos ocorridos em um dado sistema, possibilitando o acompanhamento temporal destas mudanças. Consiste na inter-relação das cinco categorias de indicadores Força Motriz, Pressão, Estado, Impacto e Resposta (**Figura 1**). A Força Motriz – que compreende as atividades antrópicas (crescimento populacional e econômico, urbanização, intensificação das atividades agropecuárias etc.), produz Pressão no meio ambiente (emissão de poluentes, geração de resíduos etc.), que afeta seu Estado (disponibilidade, demanda e qualidade dos recursos hídricos; atendimento e perdas de água; atendimento e coleta de lixo, coleta e tratamento de esgotos; sistemas de drenagem urbana), que, por sua vez, poderá acarretar Impactos na saúde humana e nos ecossistemas, levando a sociedade (Poder Público, população

em geral, organizações civis, usuários de água etc.) a emitir Respostas, na forma de medidas que visem reduzir as pressões diretas ou os efeitos indiretos no estado do ambiente.

Tais respostas ocorrem por meio de medidas, as quais podem ser direcionadas a qualquer compartimento do sistema, isto é, a resposta pode ser direcionada para a Força-Motriz, para Pressão, para o Estado ou para os Impactos.

A metodologia resulta em uma proposta justificada para cada variável, utilizando-se de tabelas demonstrativas dos indicadores e seus parâmetros, o que permite uma análise objetiva das condições da UGRHI e de seu gerenciamento.

Figura 1 - Inter-relacionamento de indicadores do RS através do método FPEIR.



Fonte: DRHi/SEMIL, 2025.

E assim como prevê a Deliberação CRH nº 254/2021, eventuais ajustes e alterações no Plano de Ação, no Programa de Investimentos ou em qualquer outra parte do PBH devem ser comunicados por meio do Relatório de Situação, conforme previsto na legislação.

Conforme Deliberação CRH nº 254/2021, neste relatório apresenta-se também o acompanhamento da execução das ações do PBH, contendo as ações referentes ao ano de 2024 a serem financiadas com recursos do FEHIDRO.

Diante do exposto, o presente relatório constitui o resultado da avaliação dos indicadores de demanda, disponibilidade, saneamento e qualidades das águas elencados pela Diretoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São

Paulo (DRHi/SEMIL), ano base 2024, com o objetivo de retratar a situação dos recursos hídricos na UGRHI 18 e definir prioridades para a gestão destes.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do São José dos Dourados foi o responsável por coordenar os trabalhos de elaboração do Relatório de Situação 2025, ano base 2024, com a colaboração das Câmaras Técnicas de Planejamento e Avaliação (CT-PLA), de Educação Ambiental (CTEA) e de Saneamento, Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-SANRural). O relatório foi apresentado e discutido em reunião conjunta com os membros das Câmaras Técnicas em 10 de novembro de 2025 e na 78ª Reunião Plenária do CBH-SJD, realizada no dia 27 de novembro de 2025

2. CARACTERIZAÇÃO DA UGRHI 18

O Estado de São Paulo situa-se na região sudeste do país e tem por limites os estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, além do Oceano Atlântico; é dividido territorialmente por 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs) e 7 Regiões Hidrográficas (RHs). Desde a edição do PERH 2016-2019, para uma melhor visualização e apresentação dos produtos, agregou-se a UGRHI 18-SJD à RH Vertente Paulista do Grande (PERH, 2024), ilustrado na **Figura 2**.

Para fins de planejamento e gestão dos recursos hídricos, o território paulista é estruturado em 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs) e 7 Regiões Hidrográficas (RHs). A partir da edição do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) 2016-2019, e conforme atualização em 2024, a UGRHI 18 (São José dos Dourados) foi agregada à Região Hidrográfica Vertente Paulista do Grande, visando otimização da visualização e apresentação dos produtos de gestão (PERH, 2024).

A Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados corresponde à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI 18, localizada no extremo Noroeste do Estado de São Paulo. Tem como limítrofes a UGRHI 15 (Turvo/Grande), a norte e nordeste, a UGRHI 16 (Tietê/Batalha), a sudeste, e a UGRHI 19 (Baixo Tietê), a sul. A Oeste limita-se com o Estado do Mato Grosso do Sul, separando-se do mesmo por meio do Rio Paraná, represado pela barragem de Ilha Solteira.

A Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados constitui a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) 18, estrategicamente posicionada no extremo Noroeste do Estado de São Paulo.

Seus limites territoriais são definidos da seguinte forma:

- **Ao Norte e Nordeste:** Limita-se com a UGRHI 15 (Turvo/Grande).
- **Ao Sudeste:** Faz fronteira com a UGRHI 16 (Tietê/Batalha).
- **Ao Sul:** Adjacente à UGRHI 19 (Baixo Tietê).
- **A Oeste:** Confinada pelo Estado do Mato Grosso do Sul, sendo o Rio Paraná o divisor natural, onde se localiza a barragem de Ilha Solteira.

Essa localização confere à UGRHI 18 uma posição relevante tanto para as dinâmicas hídricas regionais quanto para as relações interfederativas com o estado vizinho.

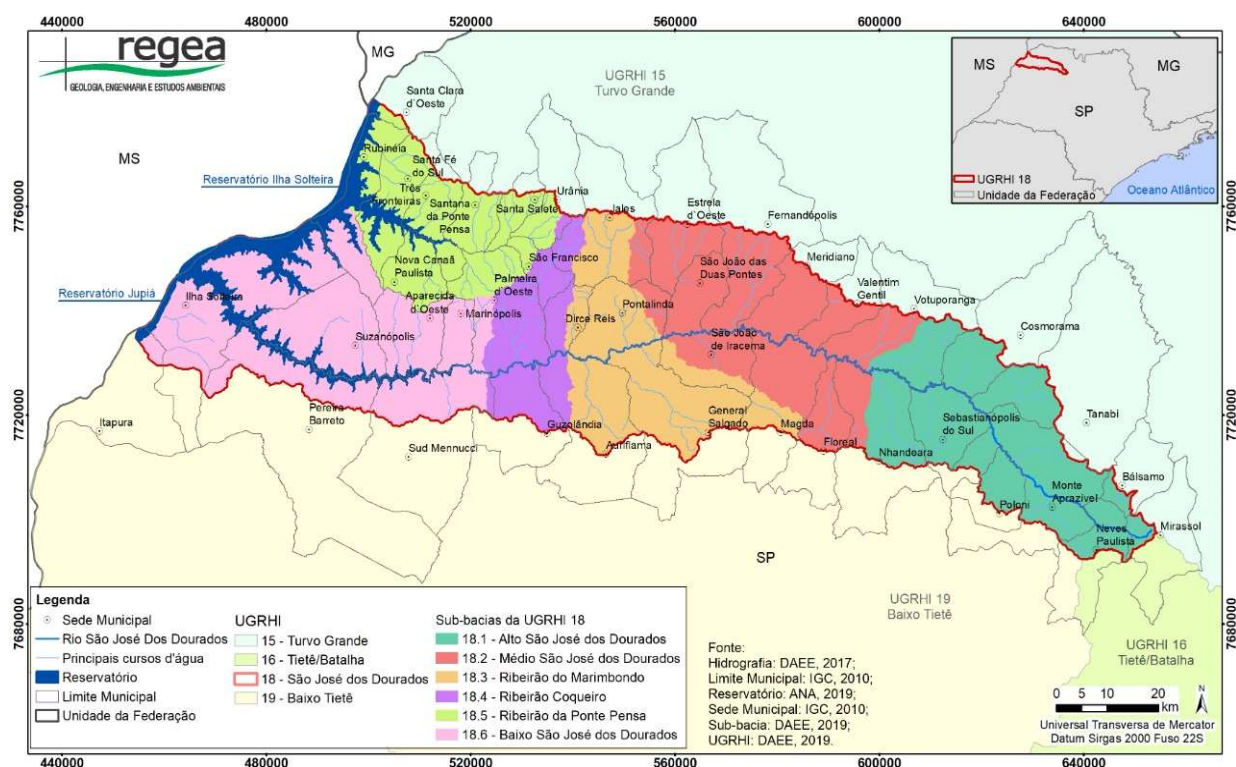
Figura 2 – UGRHIs e Regiões Hidrográficas do Estado de São Paulo.



Fonte: PERH, 2024.

Com uma área de drenagem de 6.728,70 km², a UGRHI 18 subdivide-se em 6 sub-bacias hidrográficas (**Figura 3**). As divisas administrativas dos municípios são, em regra geral, pouco coincidentes com os limites das sub-bacias.

Figura 3 – Sub-bacias da UGRHI 18.



Fonte: PBH-SJD, 2022.

Na UGRHI 18 há 1 (uma) grande usina hidrelétrica, a maior do Estado de São Paulo e a terceira maior do Brasil, a Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, situada no Rio Paraná, entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS) pertencente a China Three Gorges (CTG). Sua potência instalada é de 3.444 MWh. Também conta com 20 (vinte) unidades geradoras com turbinas tipo Francis. A potência instalada corresponde a aproximadamente 18% do potencial hidrelétrico de todo o Estado de São Paulo.

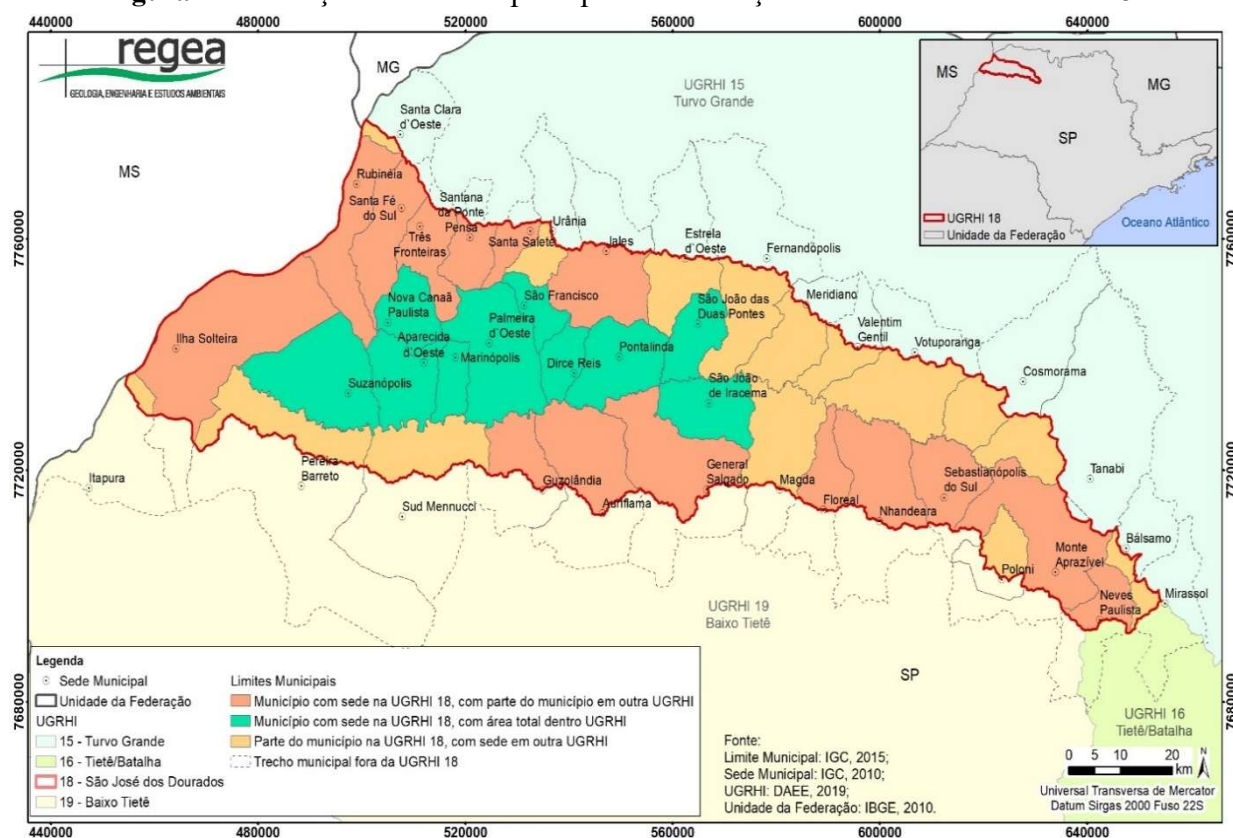
O limite geográfico da UGRHI 18 abrange o território de 25 municípios, dos quais 11 possuem sua área total inserida na UGRHI; 14 municípios estão parcialmente inseridos, com suas sedes municipais situadas na própria UGRHI; e outros 16 municípios com sede em outra UGRHI, que possuem trechos de seus territórios na UGRHI 18, conforme ilustrado na **Figura 4**.

Analisando a **Tabelas 1** e o **Quadro 1**, quanto às áreas total e urbana dos municípios da UGRHI 18, verifica-se que Ilha Solteira, dentre aqueles que possuem território em outra UGRHI, é o município com maior extensão territorial dentro da UGRHI 18, correspondendo a aproximadamente 86,7% de território municipal; apenas 45,71% do território do município de Guzolândia situa-se na UGRHI 18; o restante do território desse município está na UGRHI 19; 72,86% do território do município de Magda e 67,62% do território do município de Meridiano integram a UGRHI 18, mas a sede e o restante do território desses municípios estão,

respectivamente, nas UGRHI 19 e UGRHI 15; os municípios de Auriflama, Floreal, Guzolândia, Neves Paulista e Nhandeara possuem sua sede na UGRHI 18, porém mais de 40% de seus territórios situam-se fora dela.

Os municípios de Estrela D'Oeste, Meridiano, Valentim Gentil e Votuporanga possuem sua sede fora da UGRHI 18, porém mais de 40% de seus territórios situam-se nela.

Figura 4 - Condição dos municípios quanto à inserção de sua área na UGRHI 18.



Fonte: PBH-SJD, 2022.

Tabela 1 - Identificação e área dos municípios com sede na UGRHI 18 e com sede em UGRHI adjacente.

Município	Situação	Área (km ²)		% da área do município na UGRHI 18
		Total	Inserida na UGRHI 18	
Aparecida d'Oeste	Sede e área na UGRHI 18	178,71	178,71	100
Auriflama	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 19	433,70	242,77	55,98
Balsamo	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	150,98	24,96	16,53
Cosmorama	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	440,19	114,40	25,99
Estrela d'Oeste	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	296,81	132,15	44,52
Fernandópolis	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	549,43	194,32	35,37
Floreal	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 19	203,90	101,36	49,71
General Salgado	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 19	492,95	299,39	60,73
Guzolândia	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 19	252,03	115,20	45,71
Ilha Solteira	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 19	647,00	560,93	86,70

Município	Situação	Área (km²)		% da área do município na UGRHI 18
		Total	Inserida na UGRHI 18	
Itapura	Sede na UGRHI 19 com área na UGRHI 18	325,21	22,36	6,87
Jales	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 15	368,21	226,72	61,57
Magda	Sede na UGRHI 19 com área na UGRHI 18	311,72	227,11	72,86
Marinópolis	Sede e área na UGRHI 18	77,86	77,86	100
Meridiano	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	227,55	153,88	67,62
Mirassol	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	243,67	27,60	11,33
Monte Aprazível	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 19	495,46	340,12	68,65
Neves Paulista	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 16 e 19	218,72	88,17	40,31
Nhandeara	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 19	436,07	240,65	55,19
Nova Canaã	Sede e área na UGRHI 18	124,20	124,20	100
Palmeira d'Oeste	Sede e área na UGRHI 18	319,33	319,33	100
Pereira Barreto	Sede na UGRHI 19 com área na UGRHI 18	978,07	209,65	21,44
Poloni	Sede na UGRHI 19 com área na UGRHI 18	134,06	76,09	56,76
Pontalinda	Sede e área na UGRHI 18	210,10	210,10	100
Rubineia	Sede e área na UGRHI 18	224,05	224,05	100
Santa Clara	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	182,45	18,13	9,94
Santa Fé do Sul	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 15	206,45	192,86	93,41
Santa Salete	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 15	79,06	59,47	75,23
Santana da Ponte	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 15	130,15	96,76	74,34
São Francisco	Sede e área na UGRHI 18	75,25	75,25	100
São João das Duas	Sede e área na UGRHI 18	129,31	129,31	100
São Joao de	Sede e área na UGRHI 18	178,17	178,17	100
Sebastianópolis do Sul	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 19	167,76	167,65	99,93
Sud Mennucci	Sede na UGRHI 19 com área na UGRHI 18	591,54	195,84	33,11
Suzanópolis	Sede e área na UGRHI 18	329,29	329,29	100
Tanabi	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	747,43	127,32	17,03
Três Fronteiras	Sede na UGRHI 18 com área na UGRHI 15	151,24	137,39	90,84
Urânia	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	208,40	62,72	30,10
Valentim Gentil	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	149,50	84,48	56,51
Votuporanga	Sede na UGRHI 15 com área na UGRHI 18	421,09	253,50	60,20

Fonte: PBH-SJD, 2022.

Quadro 1 – Municípios da UGRHI 18 por sub-bacias hidrográficas.

Sigla	Sub-bacia	Município
SB1 - ASJD	Alto São José dos Dourados	Monte Aprazível
		Neves Paulista
		Nhandeara
		Sebastianópolis do Sul
SB2 - MSJD	Médio São José dos Dourados	Floreal
		São João das Duas Pontes
		São João de Iracema
SB3 - RM/SJD	Ribeirão Maribondo	Auriflama
		Dirce Reis
		General Salgado

Sigla	Sub-bacia	Município
		Jales
		Pontalinda
SB4 - RC/SJD	Ribeirão Coqueiro	Guzolândia
SB5 - RPP	Ribeirão Ponte Pensa	Nova Canaã Paulista
		Rubinéia
		Santa Fé do Sul
		Santa Salete
		Santana da Ponte Pensa
		São Francisco
		Três Fronteiras
SB6 - BSJD	Baixo São José dos Dourados	Aparecida d'Oeste
		Ilha Solteira
		Marinópolis
		Palmeira d'Oeste
		Suzanópolis

Fonte: PBH-SJD, 2022.

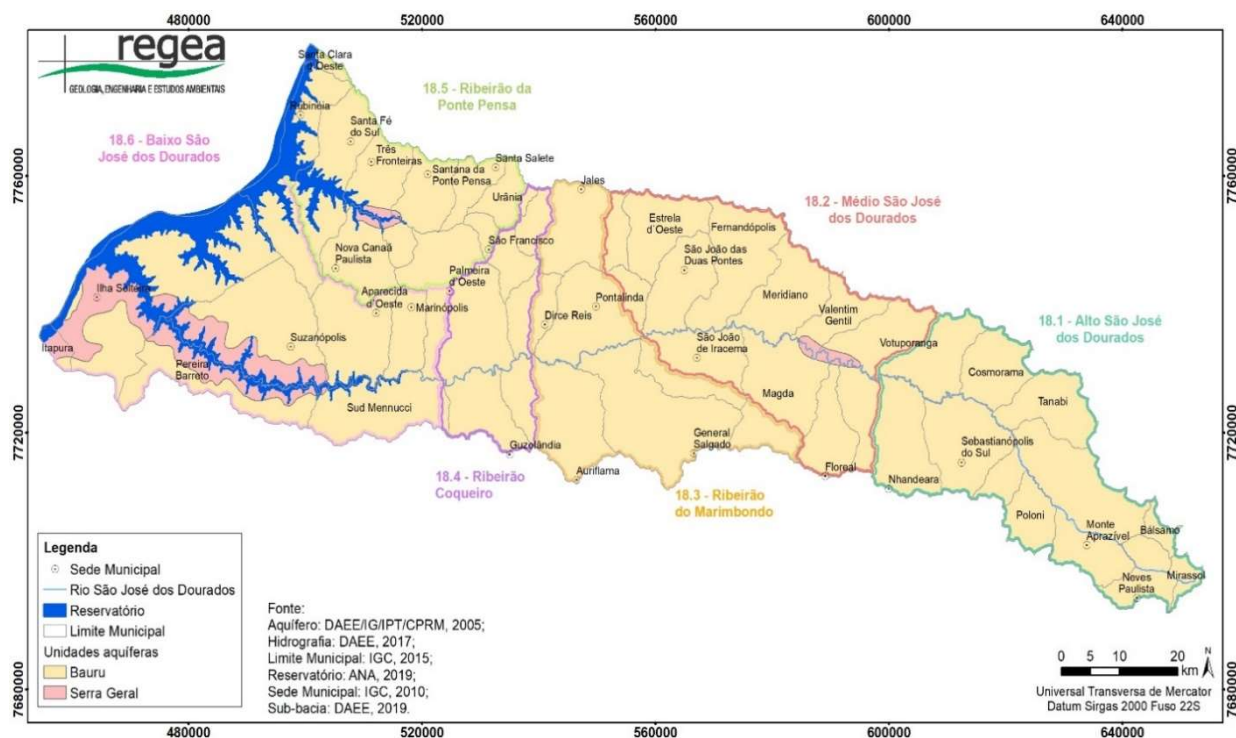
A UGRHI 18 é predominantemente composta por aquífero sedimentar (Bacia Bauru) com cerca de 94% de toda área; e, em menor escala, pelo aquífero cristalino (derrame basáltico da Formação Serra Geral, pertencente à Bacia do Paraná), com os 6% restantes (**Figura 5 e Tabela 2**).

Tabela 2 – Aquíferos: tipo e abrangência na UGRHI 18.

Tipo de aquífero	Aquífero	Área na UGRHI 18 (km²)	Abrangência na UGRHI 18 (%)
Sedimentar	Bauru	6.092,47	94,92
Fraturado	Serra Geral	326,00	5,08

Fonte: PBH-SJD, 2022.

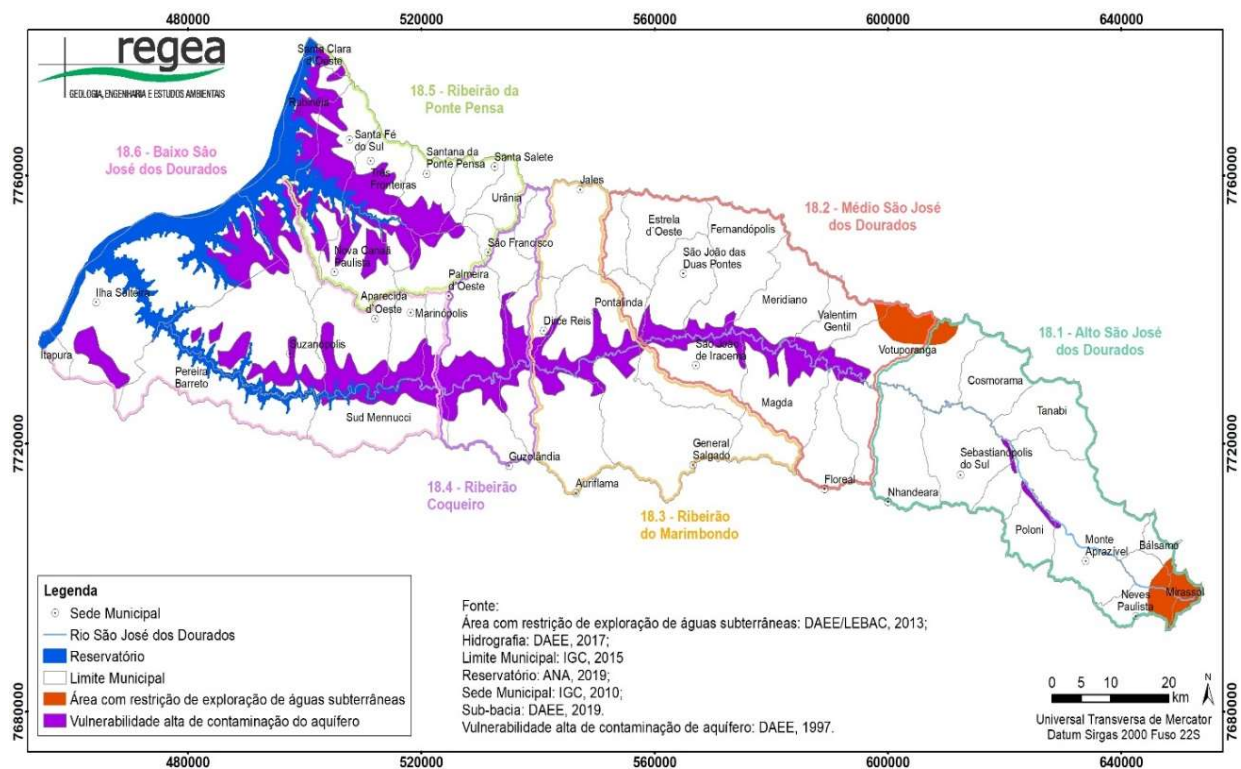
Figura 5 – Distribuição espacial das unidades aquíferas na UGRHI 18.



Fonte: PBH-SJD, 2022.

A **Figura 6** apresenta as áreas de vulnerabilidade do aquífero na UGRHI 18. O conceito de vulnerabilidade de aquífero está relacionado a sua maior ou menor suscetibilidade de ser afetado por uma carga poluidora e o mapa de vulnerabilidade permite identificar as áreas mais susceptíveis a degradação por evento antrópico.

Figura 6 - Áreas de vulnerabilidade do aquífero da UGRHI 18.



Fonte: PBH-SJD, 2022.

Segundo a atualização do Mapa de Cobertura da Terra do Estado de São Paulo, o IBGE 2018, a UGRHI 18, situada na porção oeste do estado, possui significativo percentual de áreas recobertas com pastagem com manejo (31,16%), ou seja, áreas destinadas ao pastoreio do gado e outros animais, com vegetação herbácea cultivada ou vegetação campestre (natural), ambas apresentando interferências antrópicas de alta intensidade.

No **Quadro 2** encontram-se sintetizadas as principais informações da UGRHI 18, referente à população (2022), área, reservatórios, aquíferos, mananciais, disponibilidade hídrica, atividades econômicas, vegetação nativa remanescente, a partir de dados do Banco de Indicadores da DRHi (2024) e do Plano de Bacia da UGRHI 18 (PBH-SJD, 2022).

Quadro 2 - Características gerais da UGRHI 18.

Características Gerais			
População	Total (2022)	Urbana (2022)	Rural (2022)
	229.214	207.771 (90,6%)	21.443 (9,4%)
Área	Área territorial	Área de drenagem	
	6.247,3 km²	6.728,70 km²	
Principais rios e reservatórios	Rios: São José dos Dourados e Paraná; Ribeirões: Ponte Pensa, Coqueiro e Marimbondo; Reservatórios: Ilha Solteira		
Aquíferos livres	Serra Geral e Bauru		
Principais mananciais superficiais	Nascentes do Rio São José dos Dourados e do Córrego da Água Limpa; Córrego Cabeceira Comprida; e Ribeirões Ponte Pensa e Coqueiro		
Disponibilidade hídrica superficial	Vazão média (Q _{médio})	Vazão mínima (Q _{7,10})	Vazão Q ₉₅ %
	51 m³/s	12 m³/s	16 m³/s
Disponibilidade hídrica subterrânea	Reserva Explotável		
	4 m³/s		
Principais atividades econômicas	A principal fonte econômica está ligada à pecuária de leite e fruticultura, mas a piscicultura tem apresentado destaque. Na região encontra-se um centro de pesquisas da EMBRAPA que auxilia os produtores de frutas. O setor comercial está concentrado principalmente nos municípios de Jales e Santa Fé do Sul		
Vegetação remanescente	Apresenta 799,580 km² de vegetação natural remanescente que ocupa aproximadamente 12,3% da área da UGRHI. As principais formações são a Floresta Estacional Semidecidual, Formação Pioneira com Influência Fluvial e Savana florestada		
Áreas Protegidas	Não há Unidades de Conservação (UC) na UGRHI 18.		

Fonte: DRHi (2024) e CBH-SJD (PBH-SJD, 2022).

3. QUADRO SÍNTESE DA SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Neste item apresenta-se a síntese da situação atual dos recursos hídricos na UGRHI 18 por meio das informações referentes aos indicadores de disponibilidade, demanda de água e balanço hídrico, saneamento básico e qualidade das águas, a partir do Banco de Indicadores (BI_2025) disponibilizado pela DRHi (data base 2024).

Os períodos de análise atendem à orientação da DRHi, sendo, portanto, de cinco anos para os parâmetros constantes nos Quadros Síntese. Para os parâmetros que não apresentaram dados em 2024, o período de análise compreende os cinco anos anteriores.

Além disso, o resultado de todos os indicadores, quando tratados para UGRHI como um todo, consideram os 25 municípios com Sede na bacia. Portanto, os dados dos 16 municípios que tem área territorial na bacia, mas possuem sedes em outras UGRHIs não foram considerados. Cabe ainda ressaltar que os indicadores apresentados correspondem às áreas totais dos municípios e não apenas à parcela territorial do município inserida na bacia.

Nos quadros apresentados a seguir constam os principais parâmetros analisados, indicativos da situação atual da UGRHI 18 e as orientações voltadas à gestão.

3.1. Disponibilidade, demanda de água e balanço hídrico

3.1.1 Disponibilidade

O **Quadro 3** apresenta a síntese dos dados de disponibilidade hídrica da UGRHI 18, no período de 2020 a 2024.

Para o ano de 2024, a população foi estimada com os dados do Censo 2022 e as Estimativas do Registro Civil, conforme **Tabela 3**.

Tabela 3 - População da UGRHI 18.

ANO	POUPULAÇÃO TOTAL
2020	228.976
2021	229.097
2022	229.214
2023	229.047
2024	232.326

Fonte: DRHi (2025) / do Censo 2022 e as Estimativas do Registro Civil.

Quadro 3 - Quadro Síntese de disponibilidade das águas.

Disponibilidade das águas					
Parâmetros	2020	2021	2022	2023	2024
Disponibilidade <i>per capita</i> - Vazão média em relação à população total (m³/hab.ano)	7.024,04 ●	7.020,33 ●	7.016,74 ●	6.925,65 ●	6.827,92 ●

Faixas de referência:

Disponibilidade per capita - Vazão média em relação à população total (m³/hab.ano)	Classificação
> 2500 m³/hab.ano	Boa
entre 1500 e 2500 m³/hab.ano	Bastante Boa
< 1500 m³/hab.ano	Insuficiente

Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

A análise da dinâmica demográfica e da situação dos recursos hídricos acerca da disponibilidade e demanda, saneamento e qualidade das águas no âmbito da UGRHI 18, tem por objetivo caracterizar as áreas críticas e prioritárias para o estabelecimento de ações voltadas à gestão de recursos hídricos. Os dados utilizados neste item correspondem aos parâmetros oriundos do Banco de Indicadores, disponibilizado pela DRHi em 2025.

Apesar da expressiva quantidade de mananciais superficiais existentes na UGRHI 18, observa-se em análise ao Quadro síntese, a contínua redução da disponibilidade per capita, quando considerado o parâmetro E.04-A - Disponibilidade per capita - Qmédio em relação à população total, ao longo dos anos, passando de 7.024,04 m³/hab. ano, em 2020, para 6.827,92 m³/hab. ano, em 2024. Tal queda representa uma redução de 2,79% nos quatro anos.

A UGRHI 18 ainda se apresenta em situação satisfatória em relação ao Estado de São Paulo, frente ao que o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo adota como referência - limite de 1.500 m³/hab. ano como disponibilidade per capita (UNESCO, 2003).

Mesmo com a redução ocorrida ao longo dos anos, considerando os valores de referência do parâmetro, a situação da UGRHI 18 enquadra-se em classe Boa (> 2.500 m³/hab.ano) em todos os anos do período considerado (2019 a 2024). Nota-se que, o que influencia na redução da disponibilidade é o crescimento populacional.

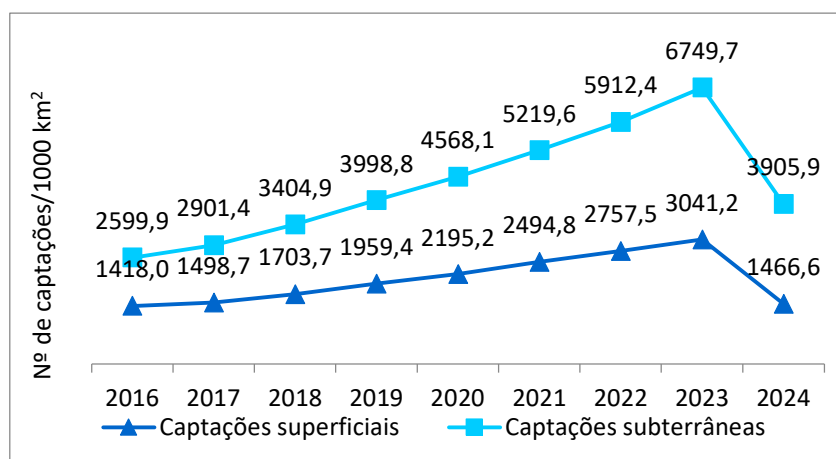
3.1.2. Demanda Total / Vazões outorgadas

É fundamental para a gestão dos recursos hídricos conhecer a demanda de água da bacia, pois reflete a pressão direta sobre a disponibilidade hídrica, podendo evidenciar situações críticas

ou de conflito pelo uso da água. Para as análises de demanda são utilizados os dados de vazão total outorgada como representativo da demanda total; a disponibilidade hídrica superficial de uma bacia hidrográfica é usualmente medida pela vazão mínima de sete dias de duração com tempo de recorrência de 10 anos ($Q_{7,10}$).

A **Figura 7** demonstra o nº de captações por 1000 km², divididos em captação subterrânea e superficial.

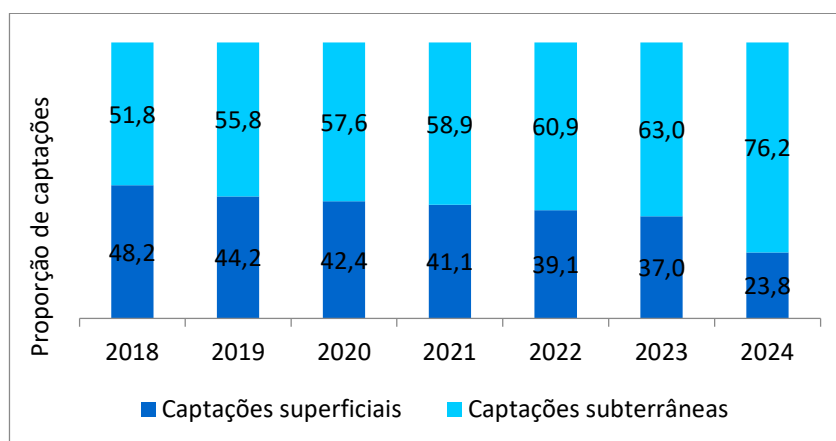
Figura 7 – Captação superficial em relação à área total da bacia e Captação subterrânea em relação à área total da bacia.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

O gráfico da **Figura 8** também demonstra que a maior parte dos pontos de captação na UGRHI 18 é proveniente de reservas subterrâneas e a variação desta proporção ao longo dos anos é significativa. Entre 2018 a 2024 a porcentagem de captação subterrânea foi de 51,8 para 76,2% do total.

Figura 8 – P.03-C - Proporção de captações de água superficial em relação ao total e P.03-D - Proporção de captações de água subterrânea em relação ao total.

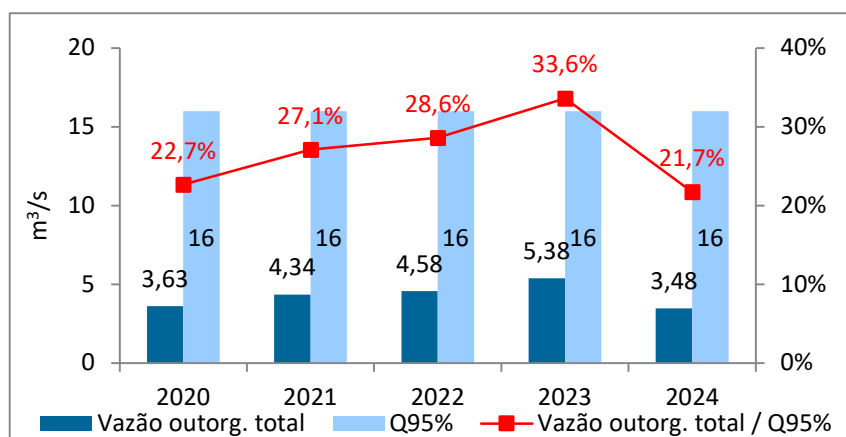


Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

No gráfico da **Figura 8** está apresentada a vazão outorgada total (superficial e subterrânea) em relação ao $Q_{95\%}$. Pode-se notar que em 2020 a vazão outorgada total correspondia a 22,7% do $Q_{95\%}$, e continuou sua tendência de crescimento, chegando em 2023 com 33,6%; significa que a vazão disponível na bacia em 95% do ano é de 16,0 m³/s e que 5,38 m³/s estão outorgados, já de acordo com os novos dados em 2024, a vazão disponível na bacia em 95% do ano é de 16,0 m³/s e 3,48 m³/s estão outorgados.

A **Figura 9** está considerando a vazão outorgada em relação à $Q_{95\%}$, a situação da UGRHI 18 se agravou, superando os 30% de comprometimento em 2023, mas caindo para 21,7% em 2024.

Figura 9 – E.07-A - Vazão outorgada total (superficial e subterrânea) em relação ao $Q_{95\%}$



- Vazão outorgada total em relação à $Q_{95\%}$ (%)	Classificação
- Vazão outorgada superficial em relação à vazão mínima superficial ($Q_{7,10}$) (%)	
- Demanda subterrânea em relação às reservas exploráveis (%)	
≤ 5%	
> 5 % e ≤ 30%	
> 30 % e ≤ 50%	
> 50 % e ≤ 100%	
> 100%	

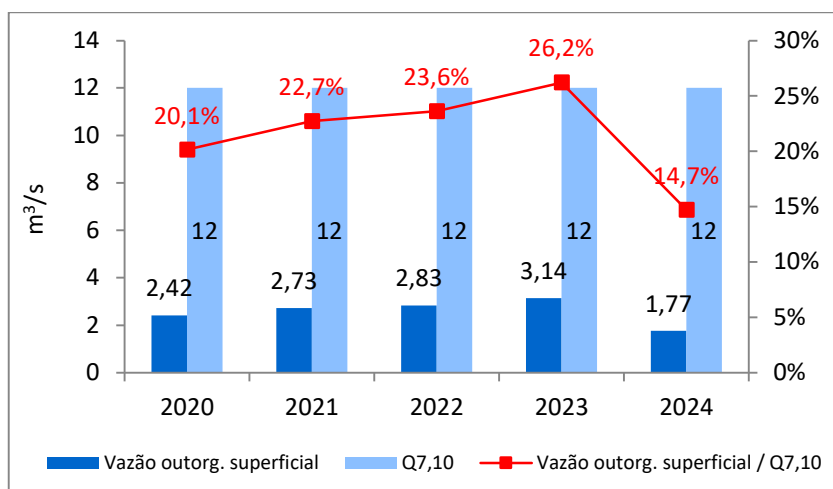
Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

A metodologia adotada pela DRHi compara a vazão total outorgada com a vazão $Q_{7,10}$ e nesse processo não se leva em consideração que grande parte das vazões outorgadas são realizadas em barramentos, os quais regularizam o volume captado sem comprometer a disponibilidade a fio d'água, gerando uma interpretação que pode não refletir a realidade.

No gráfico da **Figura 10** está apresentada a vazão outorgada superficial em relação a vazão mínima superficial ($Q_{7,10}$). Em 2020 a vazão outorgada correspondia a 20,1% do $Q_{7,10}$ e continuou

tendência de crescimento, chegando em 2023 com 26,2% e 14,7 % em 2024 devido a reestruturação dos dados de outorga.

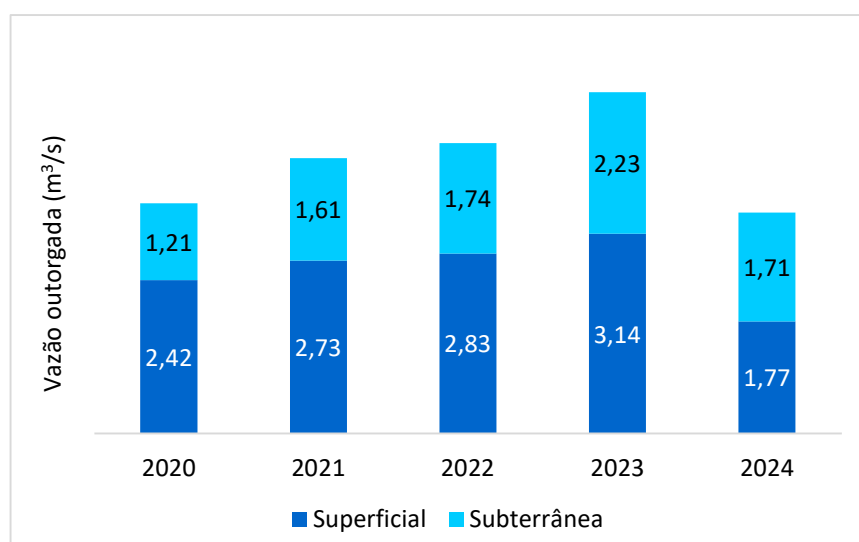
Figura 10 – E.07-C - Vazão outorgada superficial em relação a vazão mínima superficial ($Q_{7,10}$).



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

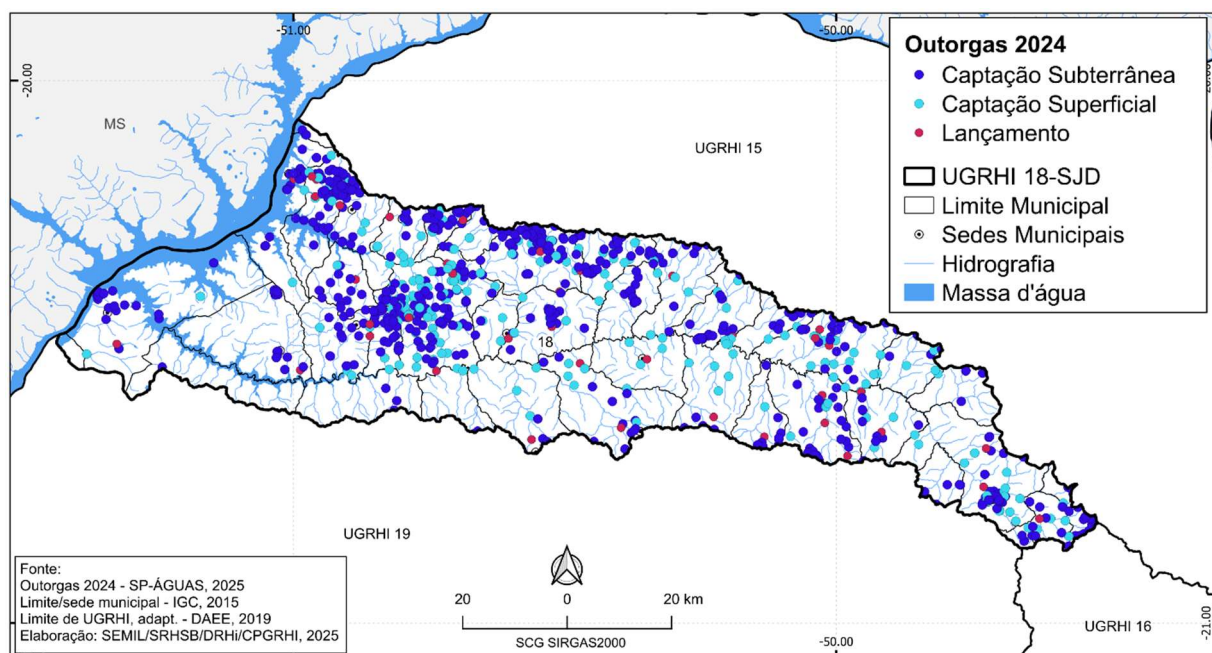
Na **Figura 11** e **12** são apresentados dados dos parâmetros decorrentes das vazões outorgadas divididas em captação superficial e subterrânea e Pontos de captação subterrânea, superficial e lançamento.

Figura 11 - Demanda total outorgada (superficial + subterrânea).



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Figura 12 – Outorgas da UGRHI 18.



Fonte: DRHI (2025).

A análise dos dados brutos demonstra que a demanda de água subterrânea passou de 1,21 m³/s no ano de 2020 para 2,23 m³/s no ano de 2023, dando indícios de que essa fonte tem sido demandada cada vez mais, mas diminuiu em 2024 para 1,71 m³/s, bem próximo da demanda por águas superficiais.

Essa queda se justifica devido à unificação das bases de dados da Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-ÁGUAS “LEGADO” e “SOE”, onde identificam-se diferenças significativas quanto aos tipos de informações e documentos fornecidos pelos usuários. Essas divergências decorrem, em parte, das alterações na legislação ocorridas paralelamente à implantação do SOE, que redefiniram as diretrizes e exigências para apresentação de documentos. O Sistema de Outorga Eletrônica (SOE) é composto por duas bases de dados: a primeira foi construída a partir de solicitações protocoladas antes de 8 de fevereiro de 2018, oriunda do sistema FCHE denominado “LEGADO”, e outra a partir de solicitações posteriores a essa data, formada pelos dados inseridos diretamente no sistema SOE.

Em 2024, a Agência Estadual de Águas de São Paulo (SP-Águas) começou a modernizar a forma como gera, armazena e utiliza as informações de outorgas. Essa atualização envolve a criação de um Data Lake, um banco de dados abrangente que reúne todas as informações sobre outorgas sob sua competência, incluindo usos da água, lançamentos, barramentos e interferências. Os dados são provenientes tanto do novo Sistema de Outorga Eletrônica (SOE), que entrou em operação em fevereiro de 2018, quanto do antigo sistema, cadastrado na

PRODESP – “Banco Legado”. Parte desse processo envolve a análise e eventual correção de dados inconsistentes, como coordenadas geográficas incorretas, outorgas vencidas ou duplicadas presentes no banco e informações de vazão incompletas ou imprecisas, que dificultavam o cálculo da vazão outorgada e do balanço hídrico. Por isso, os dados coletados a partir de 2024, que já refletem essa modernização, apresentam diferenças nos valores de vazão em comparação com a série histórica até 2023. Em suma, houve uma queda na vazão outorgada total em todas as UGRHIs na ordem de 25%, em relação a 2023. A partir da extração dos bancos SOE e Legado, foram aplicados uma série de filtros. Apesar das dificuldades de comparação, optou-se por manter a série histórica, reconhecendo seu valor para a compreensão da evolução do uso da água no estado.

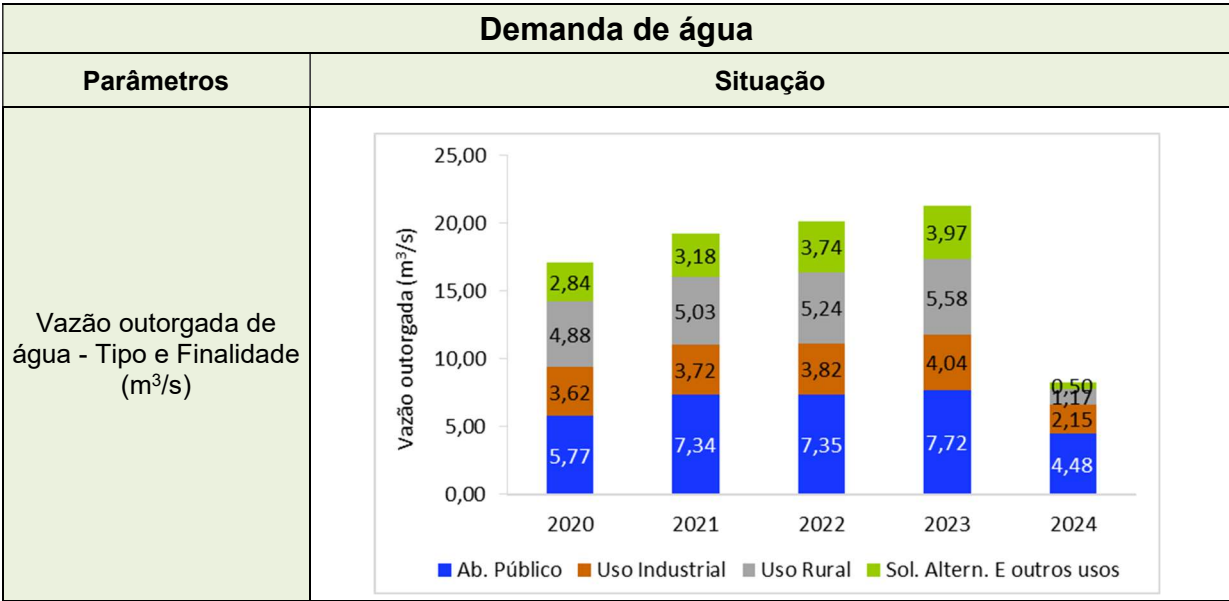
Nos indicadores de demanda de água, nota-se que as vazões outorgadas para uso de águas superficiais seguem predominantes na UGRHI 18, apresentando no ano de 2023 aumento significativo, com incremento de 46% entre 2019 e 2023, passando de 2,15 m³/s para 3,14 m³/s. Já em 2024 apresentou queda na vazão devido a reestruturação na base de dados da SP Águas.

Contudo, a partir de 2024 deverá ser observada nova tendência em função da sanitização dos dados realizado pela Agência SP-Águas.

3.1.3. Finalidade da Demanda

O **Quadro 4** apresenta a demanda de água, considerando as vazões outorgadas de água divididas por tipo e finalidade.

Quadro 4 – Demanda de água.

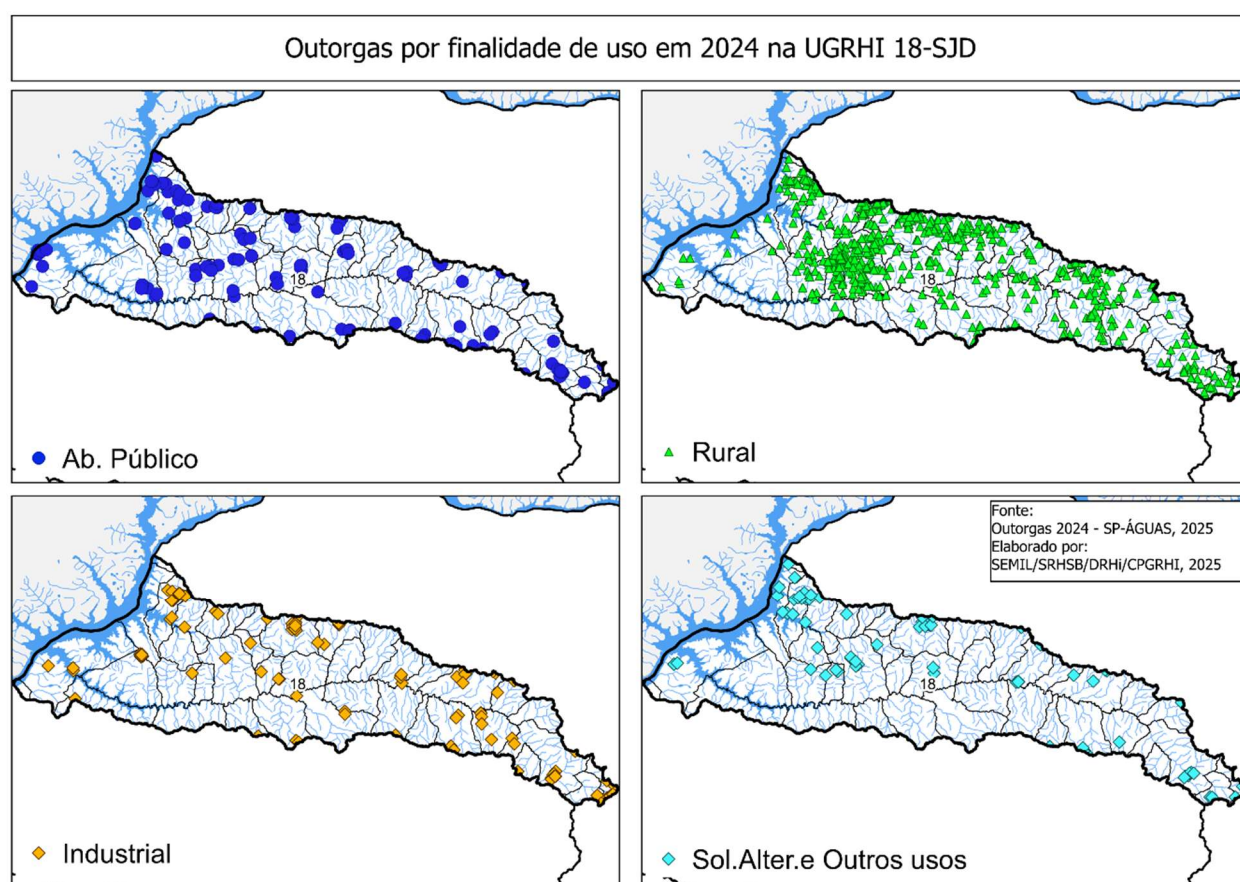


Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

A análise das demandas por setor (**Quadro 4 e Figura 13**), demonstra que o abastecimento público ainda é o setor com a maior demanda, apresentando crescimento de 2020 a 2023, passando de 5,77 m³/s, para 7,72 m³/s, mas diminuindo para 4,48 m³/s em 2024. Todos os outros usos (industrial, rural e Sol. Alternativas) que apresentaram aumento na demanda nos anos entre 2020 e 2023, tiveram redução significativa em 2024, também devido a reestruturação de dados da SP-Águas.

Verifica-se que o número de outorgas para soluções alternativas diminuiu de 2023 para 2024, em razão do processo de sanitização conduzido pela SP-Águas.

Figura 13 - Pontos de outorgas por finalidade de uso na UGRHI 18.



Fonte: Banco de dados DRHI/SEMIL (2025).

Neste item também se apresenta a análise dos parâmetros de demanda de água superficial e subterrânea na UGRHI 18, destacando os impactos das mesmas para os diferentes usos.

3.1.4. Rios de Domínio da União

As captações em rios que banham mais de um Estado são de domínio da União e outorgadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. São também outorgadas pela ANA as captações que se encontram em locais sob influência dos barramentos em cursos d’água sob domínio da União.

No **Quadro 5** são apresentado as Outorgas em rios da União referentes aos anos de 2020 a 2024.

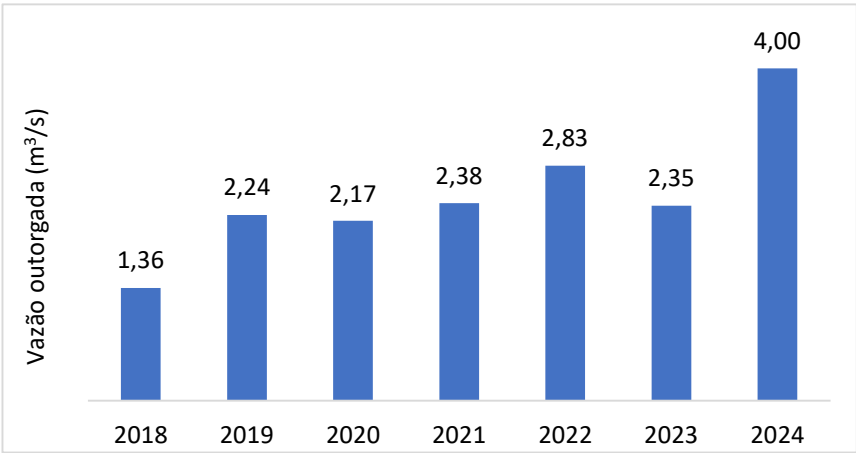
Quadro 5 - Outorgas em rios da União.

Vazão outorgada de água em rios de domínio da União (m³/s)	2020	2021	2022	2023	2024
	2,167	2,377	2,829	2,347	4,002

Em análise ao **Quadro 5** e gráfico da **Figura 14**, observa-se uma redução da vazão outorgada em rios de domínio da União, em 2023 e um aumento de 70% em 2024.

A Agência emitiu em 2024, cerca de 4 mil atos de regularização de usos de recursos hídricos e editou regras especiais de uso da água – Marcos Regulatórios, Alocações de Água, Outorga com Gestão de Garantia e Prioridade (OGP), Outorga com Gestão Autônoma (OGA) e Outorga com Gestão Compartilhada (OGC) – em mais de 50 sistemas hídricos locais, caracterizados por sua criticidade em termos de comprometimento hídrico. Tais instrumentos regulatórios se pautaram na ampla participação pública e evidências técnicas para a promoção da segurança hídrica nesses territórios.

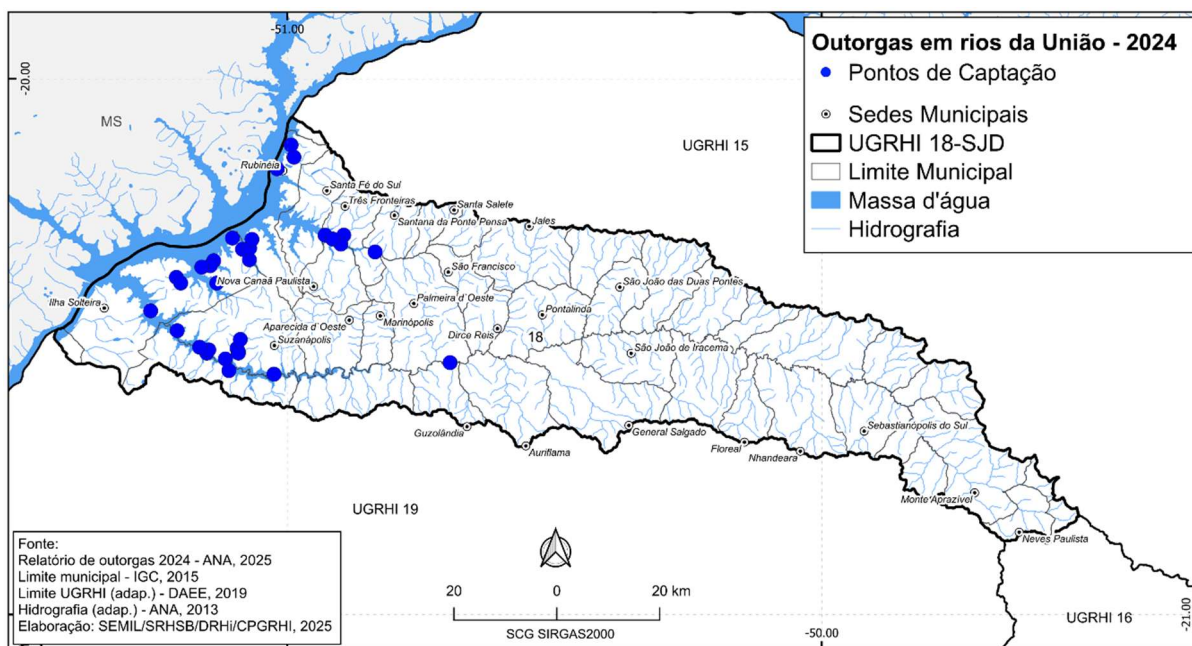
Figura 14 - P.01-D - Vazão outorgada de água em rios de domínio da União.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

As outorgas para captação de águas superficiais estão concentradas nas regiões do Rio São José dos Dourados, no Ribeirão Ponte Pensa e no Reservatório de Ilha Solteira, no Rio Paraná. Na **Figura 15** pode ser visualizada a concentração dos pontos de outorga de captação em rios de domínio da União, segundo o Relatório de Outorgas 2024 da ANA (ANA, 2025).

Figura 15 – Outorgas de captação em rios de domínio da União.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

3.1.5. Balanço Hídrico

No Quadro síntese também são apresentados os indicadores referentes ao balanço hídrico. De acordo com os valores de referência, a Vazão outorgada total em relação à vazão média (%), Vazão outorgada total em relação à Q95% (%) e Vazão outorgada superficial em relação à vazão mínima superficial (Q7,10) (%) estão classificadas com a cor verde, ou seja, menores que 30%. Cabe ressaltar que não há uma escala qualitativa de classificação para o indicador, apenas percentual, representado em escala de cores.

O balanço hídrico se apresenta como uma ferramenta de gestão capaz de identificar pressões e potenciais conflitos que podem incidir sobre os recursos hídricos. É um elemento fundamental para orientar a gestão e o planejamento na bacia hidrográfica a fim de garantir a segurança hídrica. O balanço hídrico quantitativo é, portanto, um indicador do nível de comprometimento hídrico, tendo como papel identificar quanto da disponibilidade hídrica está sendo utilizada para atendimento de usos consuntivos.

O **Quadro 6** apresenta as vazões outorgadas em relação as vazões de referência.

Quadro 6 – Balanço.

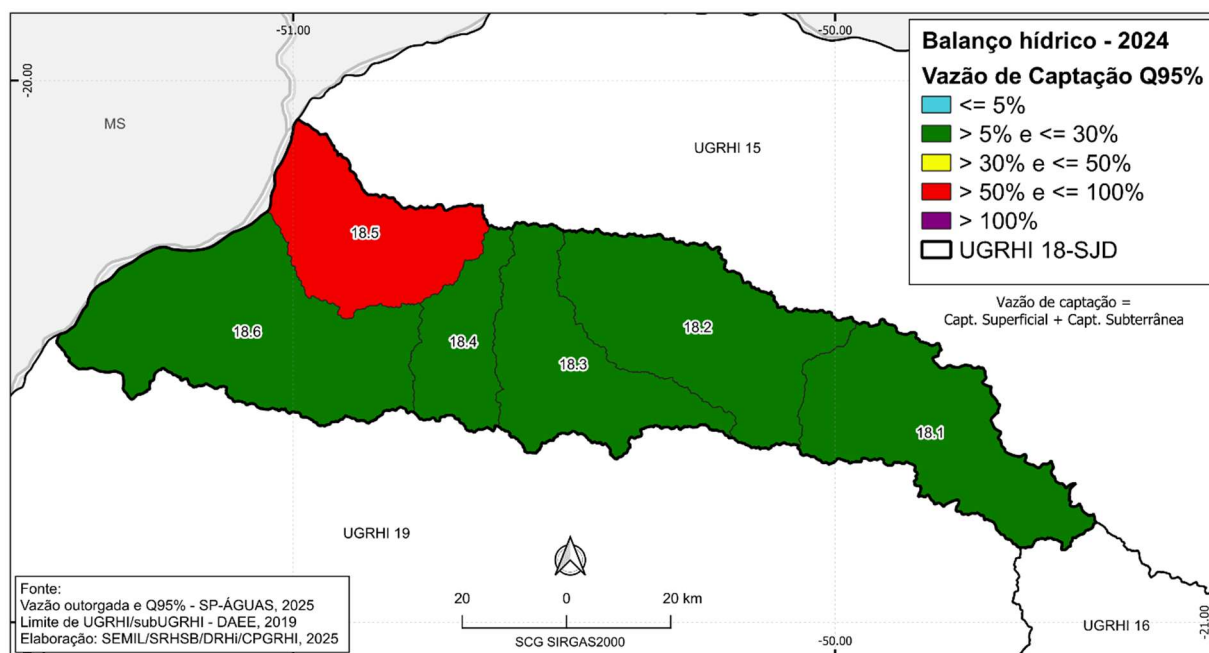
Parâmetros	2019	2020	2021	2022	2023
Vazão outorgada total em relação à vazão média (%)	7,1	8,5	9,0	10,5	6,8
Vazão outorgada total em relação à Q _{95%} (%)	22,7	27,1	28,6	33,6	21,7
Vazão outorgada superficial em relação à vazão mínima superficial (Q _{7,10}) (%)	20,1	22,7	23,6	26,2	14,7
Vazão outorgada subterrânea em relação às reservas explotáveis (%)	30,2	40,3	43,6	55,8	42,8

Faixas de referência:

- Vazão outorgada total em relação à Q _{95%} (%) - Vazão outorgada superficial em relação à vazão mínima superficial (Q _{7,10}) (%) - Demanda subterrânea em relação às reservas explotáveis (%)	Classificação
≤ 5%	
> 5 % e ≤ 30%	
> 30 % e ≤ 50%	
> 50 % e ≤ 100%	
> 100%	
Vazão outorgada total em relação à vazão média (%)	Classificação
≤ 2,5%	
> 2,5 % e ≤ 15%	
> 15 % e ≤ 25%	
> 25% e ≤ 50%	
> 50%	

Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Figura 16 - Balanço Hídrico 2024 – Vazão de captação Q95%.



Fonte: DRHi (2025).

Na **Figura 16**, no que se refere ao Balanço Hídrico de 2024 – Vazão de captação Q95%, é possível observar que apenas a Microbacia Ribeirão Ponte Pensa está avaliada em situação vermelha (crítica).

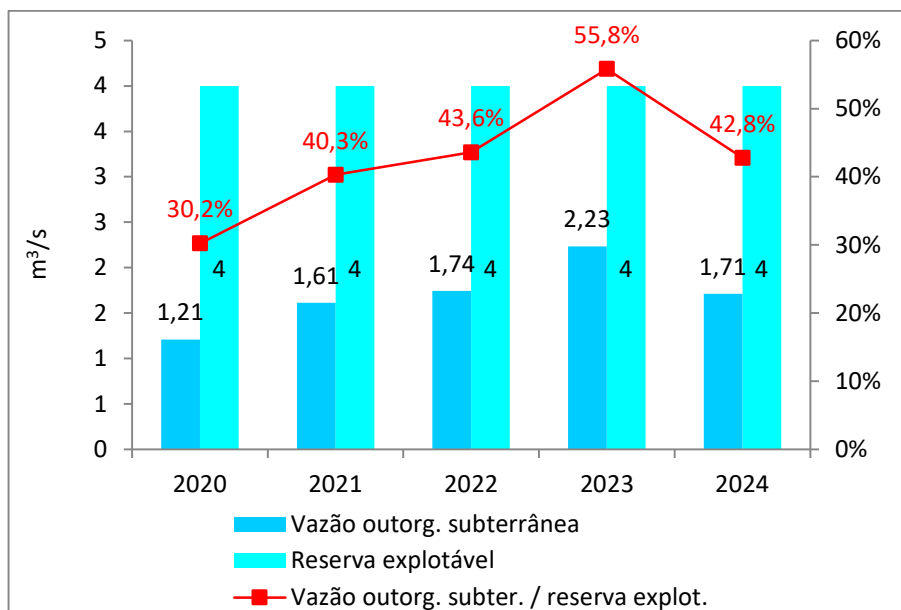
A disponibilidade subterrânea é calculada por meio da estimativa do volume de água que está disponível para consumo, sem comprometimento das reservas totais, ou seja, a reserva explorável é semelhante ao volume infiltrado.

Entre 2020 e 2023, a demanda por água subterrânea aumentou de 1,21 m³/s para 2,23 m³/s, e 1,71 m³/s no ano de 2024, como ilustrado no gráfico da **Figura 17**.

Na análise apresentada no Quadro síntese, observa-se que na UGRHI 18, no ano de 2024 a vazão outorgada em relação às reservas exploráveis apresenta-se na faixa de atenção (> 30 % e ≤ 50%) com 42,8%. Cabe ressaltar que não há uma escala qualitativa de classificação para o indicador, apenas percentual representado em escala de cores.

Em 2024, por meio das Deliberações CBH-SJD nº 279/2023 de 08/02/2024 e CBH-SJD nº 289/2024 de 21/05/2024, o CBH-SJD priorizou o atendimento às metas estabelecidas no Plano de Bacia da UGRHI 18 voltadas a aumentar as informações afim de subsidiar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos na UGRHI e o aproveitamento dos recursos hídricos e segurança hídrica.

Figura 17– E.07-D - Vazão outorgada subterrânea em relação as reservas explotáveis.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Quanto a demanda de água, os dados não retratam a disponibilidade subterrânea per capita, mas indica constante comprometimento da reserva explotável, quando analisado o gráfico de vazão outorgada de água.

3.1.6. Áreas críticas

Sub-bacia Ribeirão Ponte Pensa: Balanço Hídrico de 2024 – Vazão de captação Q95%, está avaliada em situação vermelha (crítica).

3.1.7. Tendência

Eventos extremos na distribuição das chuvas têm sido observados frequentemente na região, com alterações na sua frequência e intensidade, que podem ser indícios de mudança climática e de alterações nos padrões da precipitação.

Devido a regularização dos usos de recursos hídricos a tendência é o aumento da demanda, somado às ações antrópicas, efeitos das mudanças climáticas, alteração do uso e ocupação do solo, a tendência é a diminuição da disponibilidade hídrica. Entretanto, com a SANITIZAÇÃO do banco de dados da Agência SP-Águas deverá ser observada uma nova tendência, com situações mais favoráveis, contudo, devendo ser analisadas com cautela pelo Colegiado ano a ano.

Quanto a demanda de água subterrânea, os dados não retratam a disponibilidade subterrânea per capita, mas indica constante comprometimento da reserva explorável.

3.1.8. Orientações para gestão

O Monitor de Secas é um programa de acompanhamento regular e periódico da situação da seca no Brasil, cujos resultados consolidados são divulgados por meio de mapas mensais nos quais se observa o fenômeno da seca (Disponível em: <https://monitordesecas.ana.gov.br/mapa?mes=9&ano=2024>). Em São Paulo, devido às chuvas abaixo da média e piora nos indicadores, houve o avanço da seca fraca no litoral norte e Vale do Paraíba; da moderada no centro do estado; e da grave no Oeste. Os impactos são de curto e longo prazo no Noroeste, e de curto prazo nas demais áreas.

Nota rápida: “disponibilidade não é só “ter mais água”. É também evitar perdas, melhorar qualidade para ampliar usos e operar reservatórios/aquíferos de forma inteligente ao longo do ano”.

As orientações para gestão estão associadas ao conjunto de ações do Plano de Bacia voltadas à temática que envolvem a avaliação e a ampliação da oferta hídrica na UGRHI, relacionadas aos aspectos identificados na análise de disponibilidade, demanda e balanço hídrico.

Diante do cenário apresentado e as tendências observadas, propõem-se que sejam desenvolvidas iniciativas em linhas que visem:

- a) Ampliar o controle e fiscalização sobre os usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
- b) Fomentar estudo para aprimorar a cobrança do uso dos recursos hídricos;
- c) Fomentar estudos hidrogeológicos para delimitação de áreas de restrição e controle em regiões críticas;
- d) Fomentar plano de contingência para serem implementados em períodos de estiagem prolongada visando diminuição de consumo de água pelos usuários;
- e) Fomentar estudo/diagnóstico da utilização do Aquífero Bauru;
- f) Fomentar estudo/diagnóstico ambiental das nascentes, por sub-bacia;
- g) Fomentar Projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras com vistas à racionalização de uso de água pelos diferentes setores usuários; e
- h) Fomentar ações e programas prioritários previstos no Plano de Educação Ambiental da UGRHI 18 e Projetos de educação e sensibilização ambiental, em específico, sobre medidas de adaptação a cenários que considerem a mudança do clima.

3.2. Saneamento básico

Os dados relacionados ao saneamento básico na UGRHI 18 são apresentados por meio dos indicadores e respectivos parâmetros de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais.

Foram utilizados dados disponibilizados pela DRHi por meio do Banco de Indicadores 2025, ano base 2024.

3.2.1. Abastecimento de água

Sobre os dados referentes ao abastecimento de água, em 2024 houve a transição do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) para o SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico) que ensejou mudanças nos indicadores coletados, tratados e disponibilizados pelo órgão responsável.

O **Quadro 7** apresenta a síntese dos dados de Saneamento básico da UGRHI 18, especificamente sobre abastecimento de água, de 2019 a 2023.

São analisados 2 (dois) parâmetros: E.06-H - Índice de atendimento urbano de água e E.06-D - Índice de perdas do sistema de distribuição de água.

Quadro 7 - Quadro Síntese de Saneamento Básico – Abastecimento de água.

Parâmetros	2019	2020	2021	2022	2023
Índice de atendimento urbano de água (%)	● 99,7	● 99,7	● 99,7	s/d	100
Índice de perdas do sistema de distribuição de água (%)					

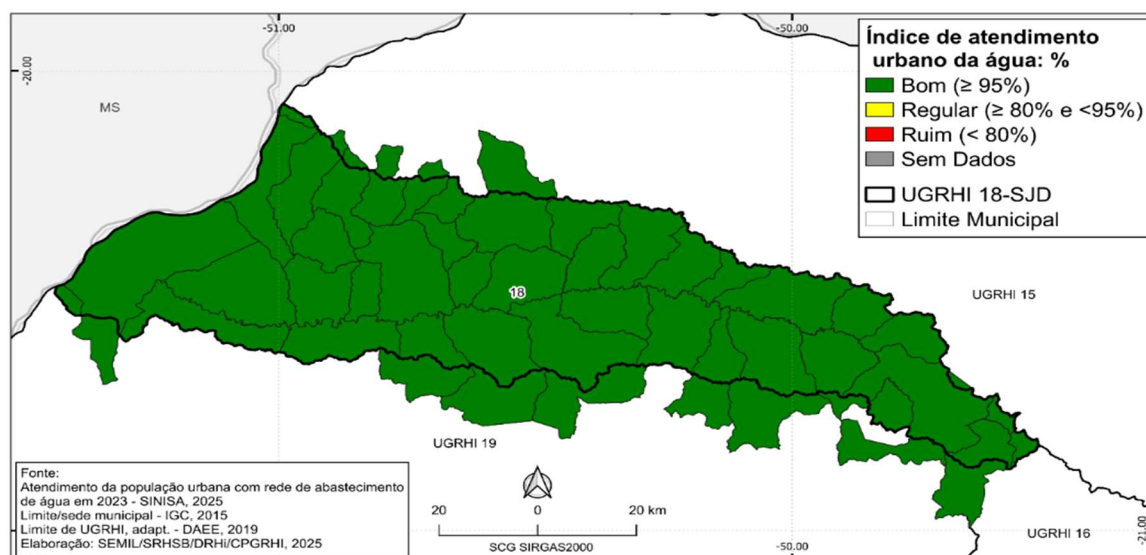
Faixas de referência:

Índice de atendimento urbano de água	Classificação
< 80%	Ruim
≥ 80% e < 95%	Regular
≥ 95%	Bom

Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Quanto ao índice de atendimento urbano de água, não há dados para o ano de 2022, mas os valores apresentam estabilidade no índice de atendimento desde 2018, e no ano de 2023 atingiu 100%.

Figura 18 - Índice de atendimento urbano de água %.



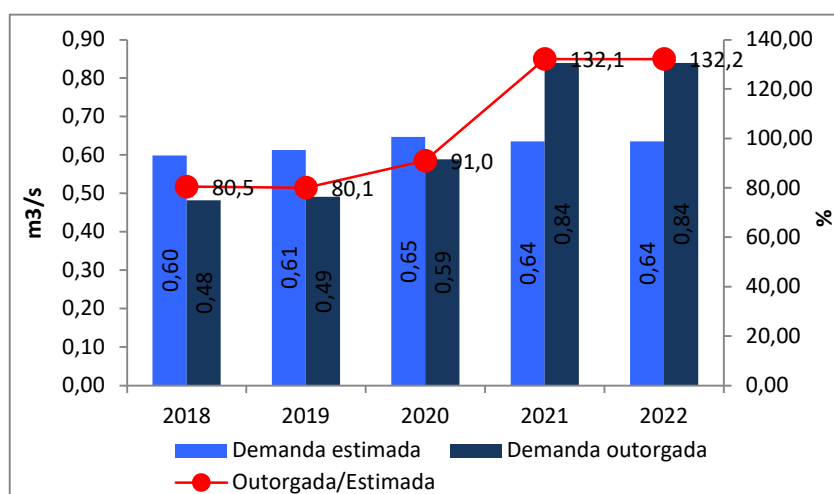
Fonte: DRHi (2025)

O parâmetro P.02-E - Demanda estimada para abastecimento urbano corresponde ao volume estimado de água superficial e subterrânea requerido para abastecimento urbano, que aponta para as atividades socioeconômicas para as quais o recurso se destina e abrange especificamente o uso para abastecimento urbano.

O parâmetro R.05-G - Vazão outorgada para uso urbano/volume estimado para abastecimento urbano corresponde à relação entre a vazão total outorgada para captações de água destinadas a uso urbano e o volume de água estimado para atender ao abastecimento urbano. Para cálculo desse parâmetro são consideradas apenas as vazões outorgadas pelo SP-Águas, portanto, não estão consideradas as vazões captadas em cursos d'água federais.

Considerando o ano de 2022, verifica-se uma demanda estimada para abastecimento público urbano na UGRHI 18 de 0,64m³/s (**Figura 19**). Os dados demonstram que em 2022 os valores de vazão outorgada para uso urbano/volume estimado para abastecimento urbano (Outorgada/Estimada), para a UGRHI 18, apresentou um aumento substancial, passando de 80,5% em 2018 para 132,2% em 2022. Ainda em análise à **Figura 19**, pode-se observar que a demanda outorgada é maior que a demanda estimada, segundo o histórico de dados dos Relatórios de Situação anteriores, desde o ano 2021.

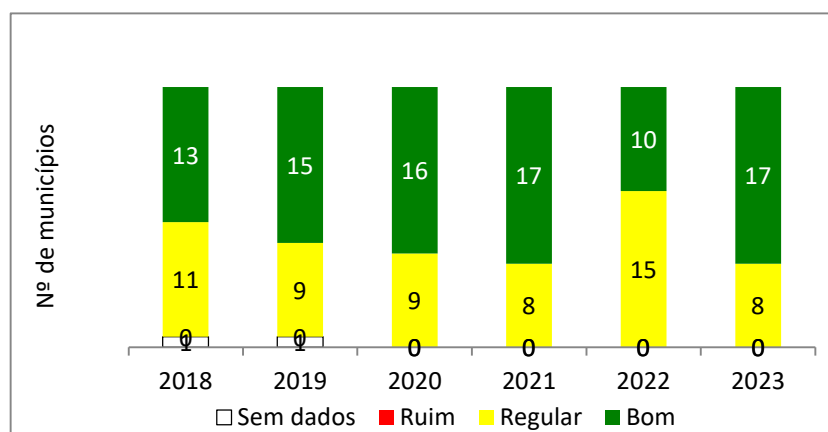
Figura 19 - Demanda estimada para abastecimento urbano e R.05-G - Vazão outorgada para uso urbano / Volume estimado para abastecimento urbano.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2024).

O índice de atendimento de água (urbana e rural), representa a porcentagem da população que é efetivamente atendida por abastecimento público de água e está ligado à qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos.

Figura 20 - Índice de atendimento de água.



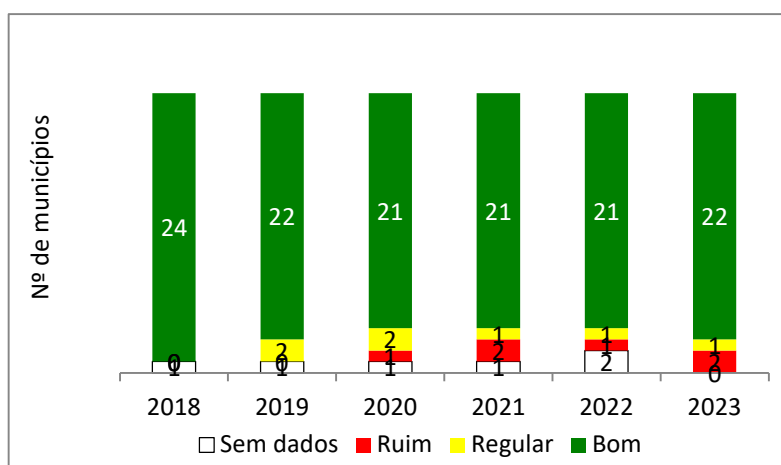
Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Em relação ao índice de atendimento de água (E.06-A), os dados apresentados na **Figura 20**, referentes aos anos de 2018 a 2023, demonstram que no ano de 2023, 08 municípios da UGRHI 18 se encontram na faixa de referência classificada como “Regular” ($\geq 80\%$ e $< 95\%$) e 17 municípios apresentam índice de atendimento de água acima de 95%, considerado “Bom”.

Com relação ao índice de perdas do sistema de distribuição de água (E.06-D), ressalta-se que, trata-se de um percentual estimado de perdas do sistema público de abastecimento e está fortemente ligado à qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos, uma vez que a deficiência do recurso hídrico pode promover o uso de captações particulares e/ou o aumento de fontes alternativas e risco de consumo de água não potável.

Em análise à **Figura 21**, nota-se que em 2023, a maioria dos municípios (22) se enquadram em classe considerada como “Bom”; no entanto, o município de Santa Fé do Sul classifica-se como “Regular”, e os municípios de Suzanápolis e Ilha Solteira como “Ruim”. Tais dados demonstram a necessidade de superar o grande desafio que consiste em atingir níveis satisfatórios de eficiência de distribuição de água.

Figura 21 - Índice de perdas do sistema de distribuição de água.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

3.2.1.1 Áreas críticas

Atendimento de água:

- ✓ As áreas em atenção para o “atendimento de água” são as áreas rurais.

Atendimento urbano de água:

- ✓ Em relação ao indicador de abastecimento público urbano os municípios da UGRHI 18 merecem atenção em decorrência da vazão outorgada ser maior do que a vazão estimada para abastecimento.

Perdas totais de água na distribuição:

- ✓ O município de Santa Fé do Sul classificado como “Regular”, e os municípios de Suzanópolis e Ilha Solteira classificados como “Ruim”.

3.2.1.2. Tendência

A tendência quanto ao abastecimento público urbano é manter-se no estado “bom” para os municípios da UGRHI 18.

Quanto ao índice de perdas no sistema de distribuição, a tendência é positiva em vista dos investimentos via FEHIDRO realizados pelos administradores municipais.

3.2.1.3 Orientações para gestão

Considerando o Índice de atendimento urbano de água, classificado como “bom” em todos os municípios em 2023, destaca-se a necessidade de adequar a situação de perdas totais de água na distribuição, pois os municípios de Suzanópolis e Ilha Solteira estão classificados com Índice “ruim”; a situação mostra-se como alerta para seguir observando o comportamento nos próximos anos, diante do crescimento populacional atrelado a cobertura de abastecimento.

Cabe ressaltar que a redução de perdas e o uso racional da água são ações de fundamental importância à UGRHI 18, para que a eficiência da distribuição dos recursos hídricos seja aumentada.

Face ao exposto, ressalta-se a necessidade de composição de diagnósticos municipais mais detalhados, de elaboração de projetos e de articulação para melhoria nos sistemas de distribuição de água dos municípios da UGRHI. Propõe-se que sejam atendidas, nesse sentido, iniciativas constantes no Plano de Bacias em linhas que visem:

- a) Promover a revisão e atualização de Planos Municipais de Saneamento Básico;
- b) Incentivar as discussões entre os atores com vistas a melhoria do desempenho do município que se encontra em patamar considerado “Regular” na distribuição de água;
- c) Fomentar ações de redução e manutenção das perdas nos sistemas de distribuição de água, conforme priorização constante no Plano das Bacias;

- d) Promover a revisão dos planos municipais de perdas, alinhando suas metas às do Plano das Bacia;
- e) Incentivar o desenvolvimento de Plano de segurança da água;
- f) Fomentar Projetos (básicos e/ou executivos), obras ou serviços em sistemas de abastecimento, visando controle e redução de perdas de água; e
- g) Fomentar ações e programas prioritários previstos no Plano de Educação Ambiental da UGRHI 18 e Projetos de educação e sensibilização ambiental.

Em 2024, por meio das Deliberações CBH-SJD nº 279/2023 de 08/02/2024 e CBH-SJD nº 289/2024 de 21/05/2024, o CBH-SJD priorizou o atendimento às metas estabelecidas no Plano de Bacia da UGRHI 18 voltadas ao alcance de uma média de 25% de perdas globais nos municípios da bacia e aproveitamento dos recursos hídricos e segurança hídrica.

3.2.2. Esgotamento sanitário

O **Quadro 8** apresenta a síntese dos dados de esgotamento sanitário para o período de 2020 a 2024.

Quadro 8 - Quadro Síntese de Saneamento Básico – Esgotamento sanitário.

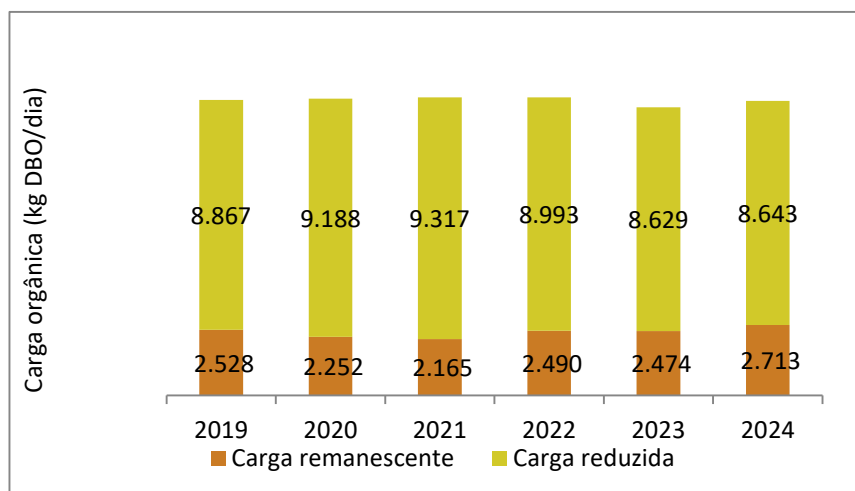
Saneamento básico - Esgotamento sanitário					
	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto coletado * (%)	● 98,9	● 98,0	● 98,3	● 98,1	● 96,0
Esgoto tratado * (%)	● 98,9	● 98,0	● 98,3	● 98,1	● 96,0
Esgoto reduzido * (%)	● 80,3	● 81,1	● 78,3	● 77,7	● 76,1
Esgoto remanescente * (kg DBO _{5,20} /dia)	● 2.252	● 2.165	● 2.490	● 2.474	● 2.713
ICTEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município					

Faixas de referência:

Esgoto coletado	
Esgoto tratado	
< 50%	Ruim
≥ 50% e < 90%	Regular
≥ 90%	Bom
Esgoto reduzido	
< 50%	Ruim
≥ 50% e < 80%	Regular
≥ 80%	Bom

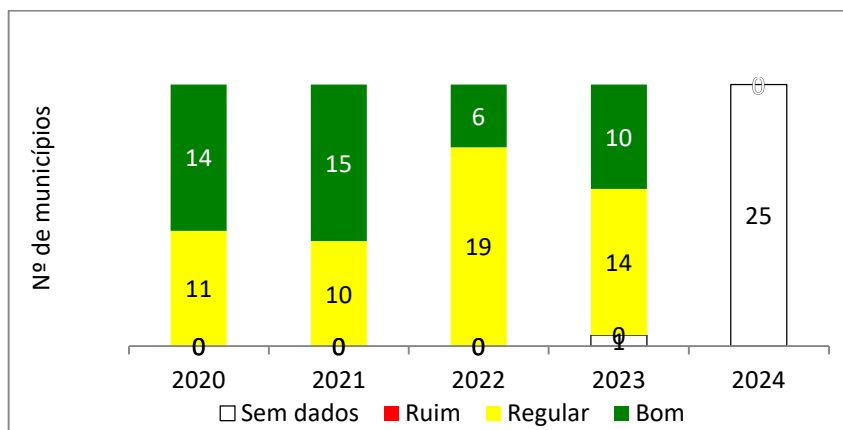
Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Figura 22 - Carga orgânica poluidora doméstica gerada e Carga orgânica poluidora doméstica remanescente.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Figura 23 - Número de municípios atendidos por rede de esgoto.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Em relação aos parâmetros R.02-B - Proporção de efluente doméstico coletado em relação ao efluente doméstico total gerado, R.02-C - Proporção de efluente doméstico tratado em relação ao efluente doméstico total gerado e R.02-D - Proporção de redução da carga orgânica poluidora doméstica, nota-se em análise à **Tabela 4** que, no ano de 2024, a proporção de efluente doméstico coletado em relação ao efluente doméstico total gerado médio na UGRHI 18 é de 96%.

Quanto à proporção de redução da carga orgânica poluidora doméstica, a média da UGRHI 18 é de 76,1% em 2024, situação considerada regular ($\geq 50\%$ e $< 90\%$).

Tabela 4 – Proporção de efluente doméstico coletado em relação ao efluente doméstico total gerado, Proporção de efluente doméstico tratado em relação ao efluente doméstico total gerado e Proporção de redução da carga orgânica poluidora doméstica.

Anos	Coletado	Tratado	Reduzido	% Remanescente
2013	97,3%	97,3%	76,8%	23,2%
2014	96,6%	96,6%	76,4%	23,6%
2015	95,4%	95,4%	76,0%	24,0%
2016	95,3%	95,3%	77,2%	22,8%
2017	97,7%	97,7%	77,9%	22,1%
2018	97,7%	97,7%	77,7%	22,3%
2019	97,9%	97,9%	77,8%	22,2%
2020	98,9%	98,9%	80,3%	19,7%
2021	98,0%	98,0%	81,1%	18,9%
2022	98,3%	98,3%	78,3%	21,7%
2023	98,1%	98,1%	77,7%	22,3%
2024	96,0%	96,0%	76,1%	23,9%

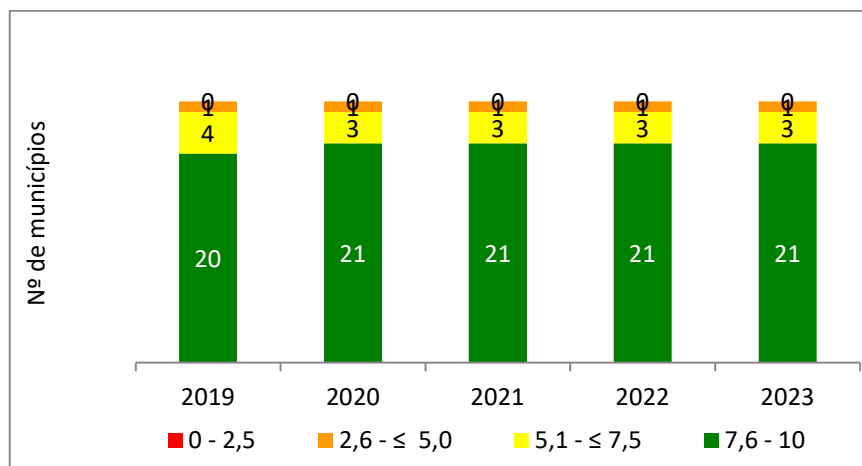
Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Os parâmetros R.02-B - Proporção de efluente doméstico coletado em relação ao efluente doméstico total gerado e R.02-C - Proporção de efluente doméstico tratado em relação ao efluente doméstico total gerado permaneceram acima dos 90% em todos os anos da série histórica.

Com relação ao parâmetro proporção de redução da carga orgânica poluidora doméstica (R.02-D), apesar da melhora na redução apresentada no ano de 2021, a UGRHI 18 apresenta queda na eficiência de redução do esgoto de 2022 à 2024, mantendo-se em situação classificada como regular.

Em relação ao ICTEM (R.02-E), quando analisado o Mapa do Quadro síntese, verifica-se que, em 2024, a grande maioria dos municípios apresentou um bom índice. Destacam-se 5 (cinco) municípios, Ilha Solteira, Suzanápolis, Rubinéia, São João de Iracema e Neves Paulista, que apresentam ICTEM pouco satisfatória (faixa amarela); e o município de São Francisco que continua em situação que demanda atenção, estando na faixa entre 2,6 e 5,0 (faixa laranja).

Figura 24 – ICTEM-Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

3.2.2.1. Áreas críticas

Em relação ao ICTEM (R.02-E), destacam-se 5 (cinco) municípios, Ilha Solteira, Suzanópolis, Rubinéia, São João de Iracema e Neves Paulista, que apresentam ICTEM pouco satisfatória (faixa amarela); e o município de São Francisco que continua em situação que demanda atenção, estando na faixa entre 2,6 e 5,0 (faixa laranja).

3.2.2.2. Tendência

A situação da UGRHI 18 é satisfatória quando considerados os valores para esgotos coletados e tratados. Os dados apresentados no Quadro síntese demonstram uma estabilidade no índice de atendimento desde 2020, reduzindo em 2024 ao patamar de 96%, mas mantendo-se na faixa de referência como “Bom”.

3.2.2.3 Orientações para gestão

Ressalta-se que, para redução da carga orgânica são necessários investimentos na implantação de sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos dos municípios da UGRHI, bem como, em melhoria dos sistemas existentes. Face ao exposto, o CBH-SJD priorizou o atendimento às metas estabelecidas no Plano de Bacia da UGRHI 18 voltadas a aumentar a eficiência do tratamento de esgoto dos municípios da UGRHI. Em 2024, o CBH-SJD direcionou recursos financeiros para o município de Santa Fé do Sul “Aquisição com instalação de sistema

de aeração, composto por 8 aeradores, com rotor horizontal flutuante, operante em baixa rotação, para aplicação na lagoa de maturação da ETE no Córrego da Mula”.

Em 2024, por meio das Deliberações CBH-SJD nº 279/2023 de 08/02/2024 e CBH-SJD nº 289/2024 de 21/05/2024, o CBH-SJD priorizou o atendimento às metas estabelecidas no Plano de Bacia da UGRHI 18 voltadas a aumentar a eficiência do tratamento de esgoto dos municípios da UGRHI.

Face ao exposto, faz-se necessário o acompanhamento dos indicadores por município, a fim de aferir o cumprimento de metas e maximizar o ganho das ações previstas no Plano das Bacia.

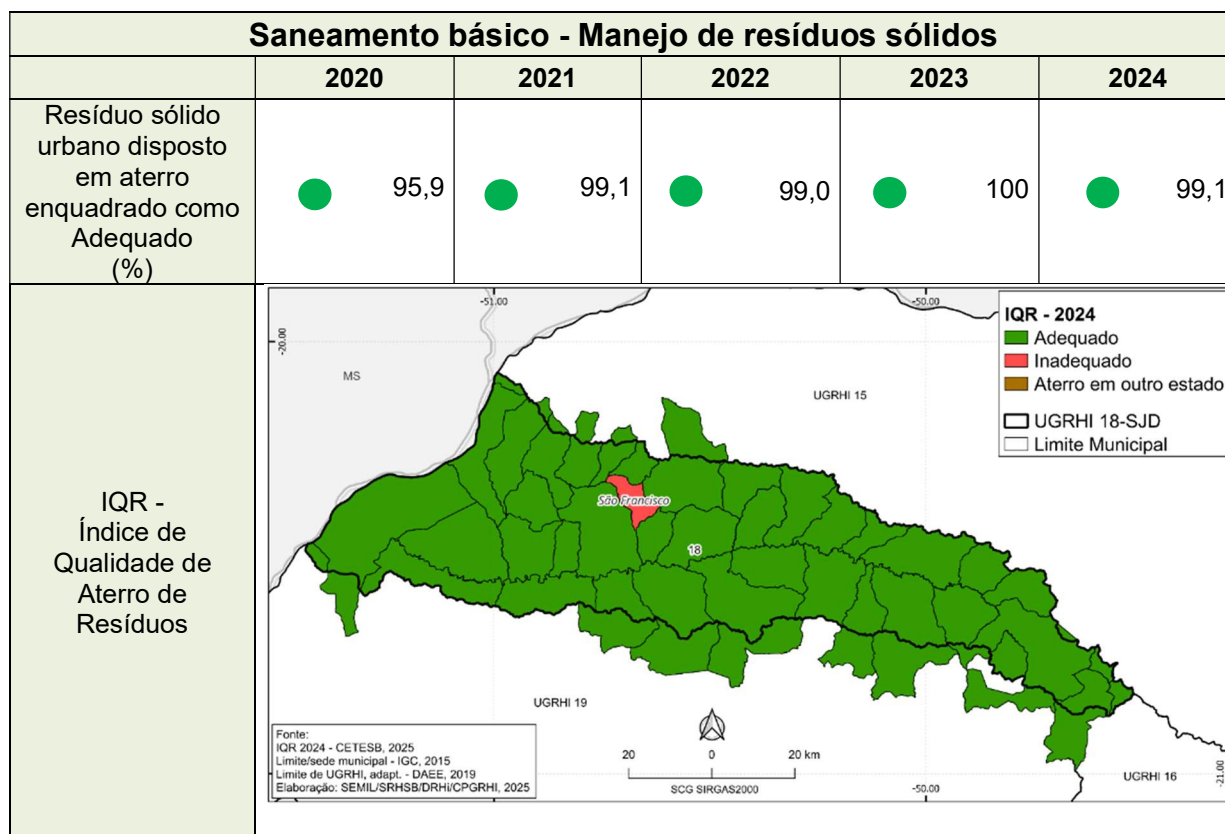
É preciso que os municípios que se apresentam em pior situação busquem alternativas para melhoria nos índices de esgotamento sanitário, assim, é de extrema importância a aproximação ao CBH buscando apoio e recursos para desenvolver e implementar ações eficazes. Na sequência elencam-se orientações previstas para gestão:

- a) Fomentar estudos/projetos relacionados à melhoria nos sistemas de tratamento existentes;
- b) Promover a revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico, de forma que todos os municípios se enquadrem às exigências legais para a questão e assegurar que as suas metas estejam vinculadas às metas do Plano de Bacia;
- c) Fomentar, nos Planos Municipais de Saneamento Básico, a proposição de meios para atendimento da população rural dispersa;
- d) Fomentar obras de sistemas de esgotamento sanitário, incluindo sistemas individuais alternativos de saneamento, bem como de tratamento de efluentes provenientes de ETE;
- e) Fomentar ações e programas prioritários previstos no Plano de Educação Ambiental da UGRHI 18 e Projetos de educação e sensibilização ambiental, especialmente voltados à capacitação de operadores de ETes.

3.2.3. Manejo de resíduos sólidos

O **Quadro 9** apresenta a síntese dos dados de manejo de resíduos sólidos para o período de 2020 a 2024, considerando 2 (dois) parâmetros: P.04-A - Resíduo sólido urbano gerado e R.01-C - IQR da instalação de destinação final de resíduo sólido urbano.

Quadro 9 - Quadro Síntese de Saneamento Básico – Manejo de resíduos sólidos.



Faixas de referência:

RSU disposto em aterro Adequado	
< 50%	Ruim
≥ 50% e < 90%	Regular
≥ 90%	Bom

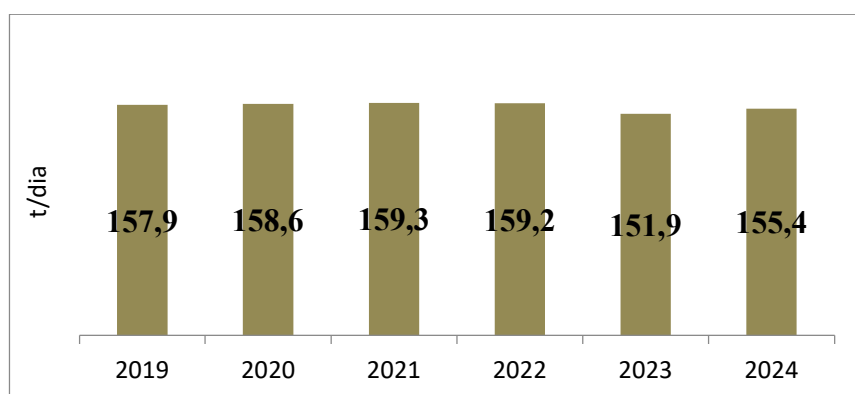
Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Observando os dados de manejo de resíduos sólidos nos anos de 2020 a 2024, vale destacar que em todo o período, o manejo foi classificado como “Bom”, sendo que em 2023, 100% do montante de resíduo sólido urbano gerado na UGRHI 18 foi enquadrado em aterro classificado como Adequado. Já em 2024, o manejo caiu para 99,1% devido ao município de São Francisco que por não possui a Licença de Operação válida teve que destinar seus resíduos para outro município (Valentim Gentil).

A partir da estimativa de população dos municípios foram geradas estimativas de produção de resíduos sólidos urbano para a UGRHI 18, apresentadas no Banco de Indicadores da DRHi.

No ano de 2024 foram geradas 155,4 toneladas/dia de resíduos sólidos urbanos na UGRHI 18, apresentando crescimento de 2.3 % em relação ao ano anterior, como demonstrado na **Figura 25**.

Figura 25 - Resíduo sólido urbano gerado na UGRHI 18.



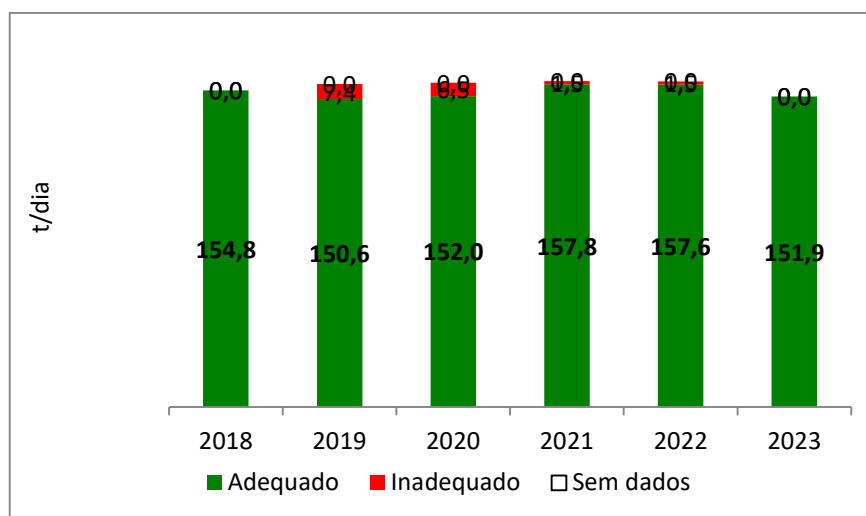
Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

É válido mencionar que o tratamento e a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos são uma medida importante para evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Para tanto, em relação ao manejo de resíduos sólidos são avaliados outros dois parâmetros: R.01-B - Resíduo sólido urbano disposto em aterro e R.01-C - IQR da instalação de destinação final de resíduo sólido urbano.

O parâmetro R.01-B - Resíduo sólido urbano disposto em aterro corresponde à quantidade estimada de resíduo sólido urbano gerado, encaminhado para tratamento e/ou destinação em aterro em relação ao enquadramento do aterro utilizado pelo município. Este parâmetro permite dimensionar a resposta em relação à pressão exercida pela geração de RSU.

A quantidade estimada de resíduos sólidos urbanos gerada na UGRHI 18 e encaminhada para tratamento e/ou destinação em aterro em relação ao seu enquadramento, ano de 2023 pode ser verificada na **Figura 26**.

Figura 26 - Resíduo sólido urbano disposto em aterro: t/dia de resíduo/IQR.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Para análise dos parâmetros (P.04-A e R.01-C) considera-se a quantidade estimada de resíduo sólido urbano gerado encaminhado para tratamento e/ou destinação em aterro em relação ao enquadramento do aterro utilizado pelos municípios da UGRHI 18. O parâmetro permite dimensionar a resposta em relação à pressão exercida pela geração de resíduos sólidos urbanos. O IQR (CETESB, 2024) varia de 0 a 10, sendo considerado “adequado” entre 7,1 e 10 e “inadequado” entre 0,0 e 7,0. Nos últimos anos a UGRHI 18 vem apresentando pequenas variações no IQR, mantendo-se sempre no patamar considerado como “Adequado” de acordo com a classificação da CETESB. No ano de 2024, o único município que apresentou IQR classificado como “Inadequado”, foi o município de São Francisco devido ao vencimento de sua Licença de Operação, mas que já está regular em 2025.

3.2.3.1. Áreas críticas

Considerando os dados atuais, o Município de São Francisco, classificado como “Ruim”, necessita de especial atenção quanto a gestão dos resíduos sólidos.

3.2.3.2. Tendência

A análise da situação da Bacia demonstra que, em relação aos resíduos, no que se refere o IQR, é confortável. Considerando a melhora na situação da UGRHI 18 quanto a gestão de resíduos sólidos, e com a informação de que para 2025 o Município de São Francisco já regularizou a destinação dos resíduos, a tendência da UGRHI é 100 de satisfação.

3.2.3.3. Orientações para gestão

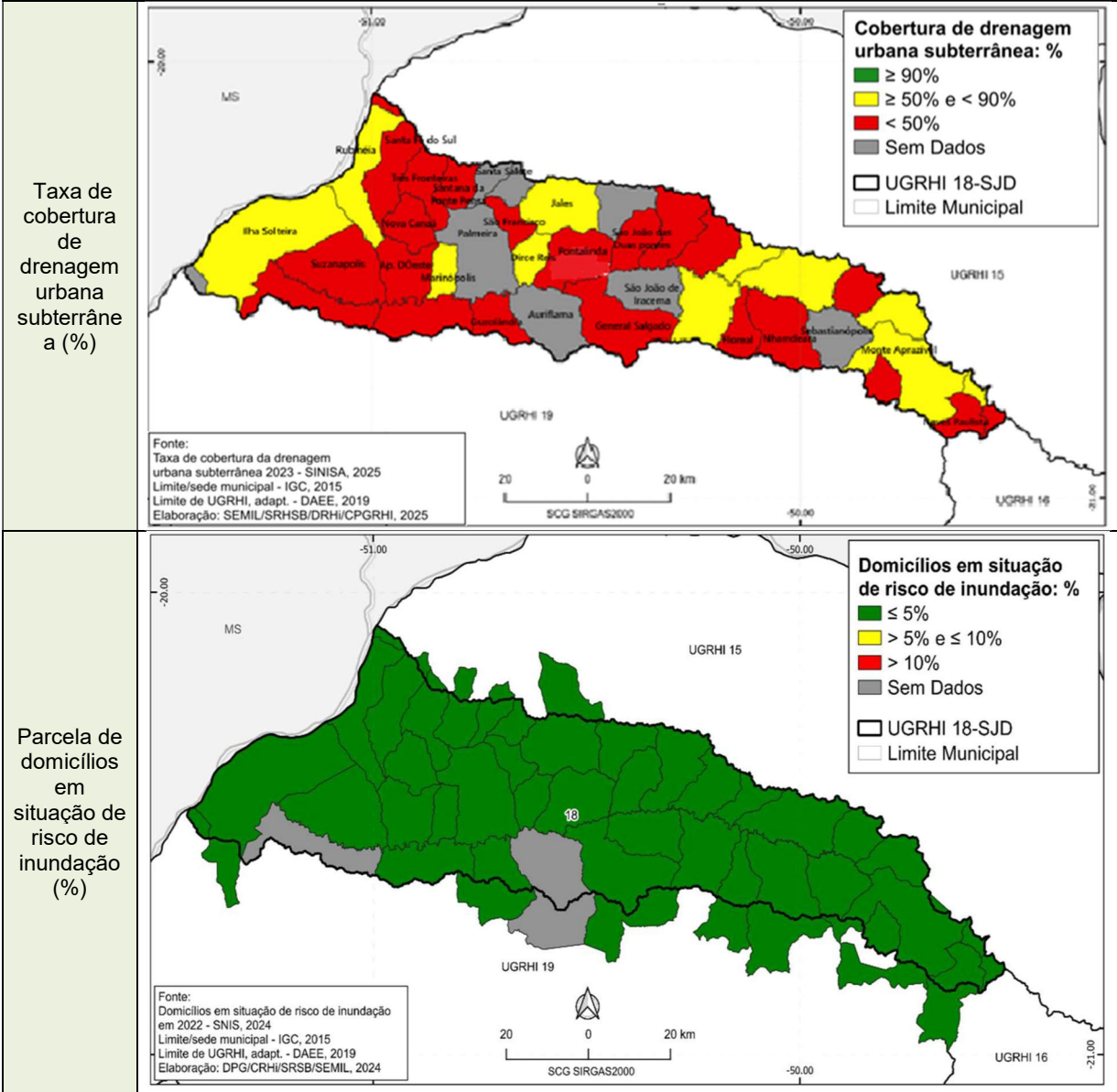
Reitera-se que o tratamento e destinação adequados dos resíduos sólidos urbanos é uma medida importante para evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

Portanto, mantém-se o direcionamento em fomentar no âmbito do Comitê, o manejo, a destinação e a disposição final adequada dos resíduos sólidos.

3.2.4. Drenagem de águas pluviais

O **Quadro 10** apresenta a síntese dos dados de drenagem de águas pluviais considerando 2 (dois) parâmetros: E.06-G - Taxa de cobertura de drenagem urbana subterrânea e E.08-B - Parcela de domicílios em situação de risco de inundação.

Quadro 10 - Quadro Síntese de Saneamento Básico – Drenagem de águas pluviais.



Faixas de referência:

Cobertura de drenagem urbana subterrânea	
< 50%	Ruim
≥ 50% e < 90%	Regular
≥ 90%	Bom

Domicílios em situação de risco de inundação	
> 10%	Ruim
> 5% e ≤ 10%	Regular
≤ 5%	Bom

Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Em análise ao mapa do Quadro síntese, para o parâmetro E.06-G - Taxa de cobertura de drenagem urbana subterrânea, observa-se o grau de atendimento em relação à infraestrutura de drenagem urbana subterrânea nos municípios da UGRHI 18. Nenhum município apresentou índice “Satisfatório”, ou seja, acima de 90%. Do total dos 25 municípios da UGRHI, 6 (seis) municípios encontram-se em situação “Regular” (Ilha Solteira, Rubinéia, Marinópolis, Jales, Dirce Reis e Monte Aprazível), 05 municípios estão sem dados (Santa Salete, Palmeira D’Oeste, Auriflama, São João de Iracema e Sebastianópolis do Sul) e os outros 14 municípios em situação “Ruim” (<50%).

Com relação ao parâmetro E.08-B - Parcela de domicílios em situação de risco de inundação, que avalia a quantidade de domicílios urbanos sujeitos a riscos de inundação para possibilitar o dimensionamento dos efeitos negativos em área urbana, em análise ao mapa do respectivo parâmetro, nota-se que todos os municípios se classificam em situação “Boa” (<= 5% de risco).

Por meio das Deliberações CBH-SJD nº 263/2023 de 30/03/2023, CBH-SJD nº 273/2023 de 23/05/2023, CBH-SJD nº 279/2024 de 08/02/2024 e CBH-SJD nº 289/2024 de 21/05/2024, o CBH-SJD priorizou o atendimento às metas estabelecidas no Plano de Bacia da UGRHI 18 voltadas a prevenção e controle de processos de erosão e assoreamento, visando a melhoria ou recuperação dos corpos d’água e contenção de inundações, alagamentos e regularizações de descargas na bacia.

Em 2024, o CBH-SJD priorizou o atendimento às metas estabelecidas no Plano de Bacia da UGRHI 18 voltadas a prevenir e controlar processos de erosão e assoreamento, visando a melhoria ou recuperação dos corpos d’água e contenção de inundações, alagamentos e regularizações de descargas na UGRHI. Direcionou recursos financeiros para Obras de drenagem urbana para controle de erosão no município de Nova Canaã Paulista, Construção de rede de drenagem para escoamento em vias do município Rubineia, Implantação de galeria de águas pluviais no município de Votuporanga, Plano diretor de controle de erosão rural do município da estância turística de Santa Fé do Sul, Plano diretor municipal de controle de erosão rural de Jales, Plano diretor de controle de erosão rural do município de Gurolândia.

3.2.4.1. Áreas críticas

As áreas consideradas críticas são todos os municípios da UGRHI 18 com percentual abaixo de 50% das vias públicas urbanas atendidas por redes de águas pluviais, além dos municípios em situação regular e sem dados, pois o objetivo é atingir o patamar de “Bom”.

3.2.4.2. Tendência

A tendência é a melhora gradual na cobertura da drenagem urbana, conforme apoio financeiro do FEHIDRO.

3.2.4.3. Orientações para gestão

Os dados demonstram que os domicílios da UGRHI 18 não apresentam risco de inundação, apesar da reduzida taxa de cobertura de drenagem urbana subterrânea.

No entanto, faz-se necessário ações voltadas às soluções de drenagem das águas pluviais, tendo em vista a alta suscetibilidade dos solos da bacia à erosão e assoreamento. Nesse sentido, propõem-se:

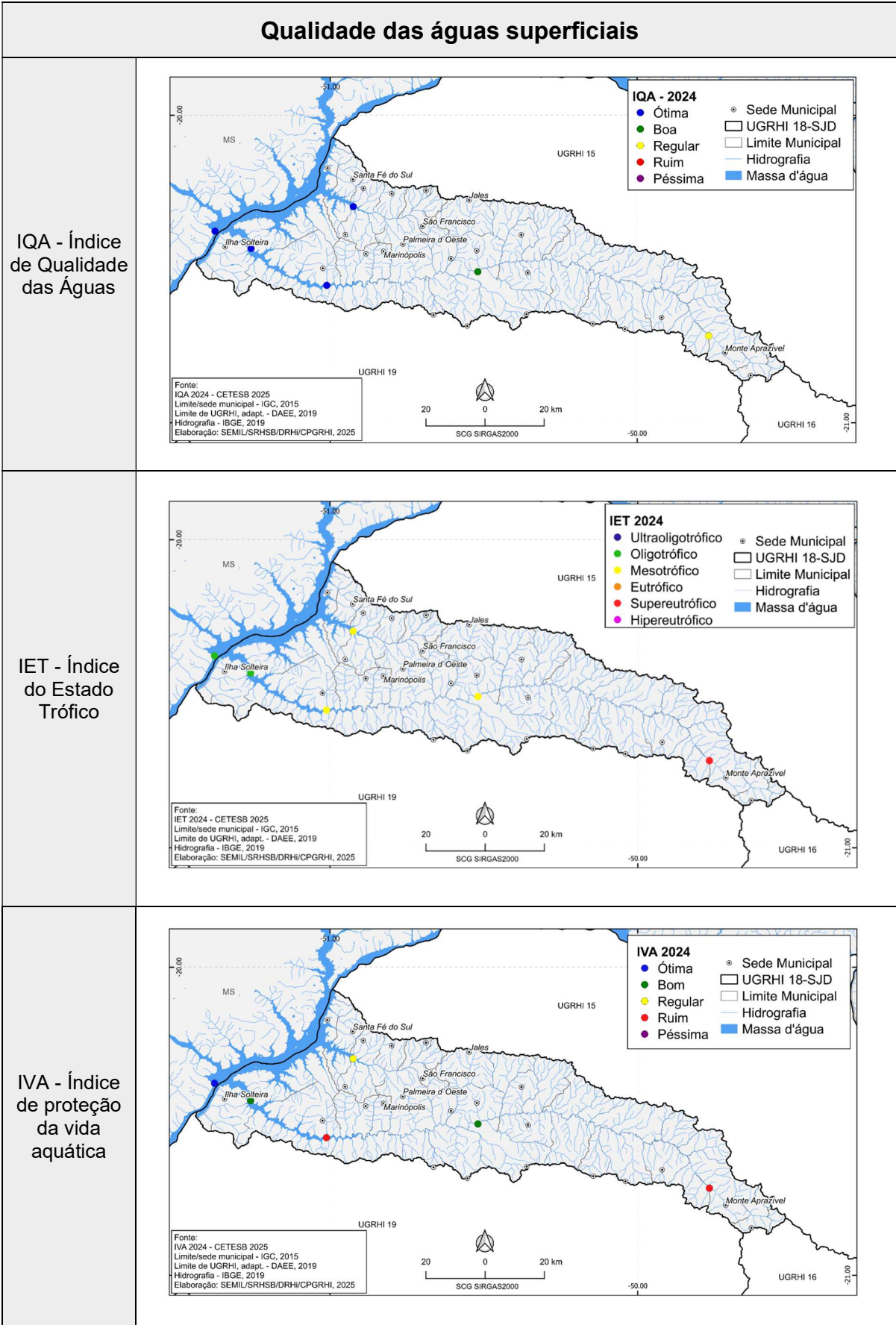
- a) Fomentar a elaboração/revisão de planos municipais de drenagem urbana;
- b) Fomentar estudos para o controle de processos erosivos e projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras para prevenção, prioritariamente em bacias de abastecimento, nascentes e áreas de recarga;
- c) Fomentar projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras para contenção de inundações, alagamentos, inclusive por técnicas de infiltração e armazenamento; e regularizações de descargas e dispositivos de lançamento de drenagem.

3.3. Qualidade das águas superficiais e subterrâneas

3.3.1 Qualidade das águas superficiais

No **Quadro 11** é apresentada a síntese dos dados de qualidade de água superficiais na UGRHI 18 por meio do mapa de IQA (Índice de Qualidade das Águas), mapa IET (Índice do Estado Trófico) e mapa do IVA (Índice de proteção da vida aquática), sendo ambos referentes ao ano de 2024 (CETESB, 2025).

Quadro 11 - Quadro Síntese de Qualidade das águas superficiais.



Fonte: DRHi (2025)

O valor do Índice de Qualidade das Águas (IQA) considera nove parâmetros relevantes para avaliação da qualidade da água, sendo: temperatura, pH, oxigênio dissolvido, demanda bioquímica de oxigênio, *Escherichia coli* / coliforme termotolerantes, nitrogênio total, fósforo total, sólidos totais e turbidez.

Os dados de Índice de Qualidade da Água (IQA) de 2024, divulgados pela CETESB (2025) para 6 pontos de monitoramento na UGRHI 18, indicam que a maioria dos pontos (4) foi classificada como em condição “ótima”, 1 ponto como “boa” e 1 ponto como “regular”, localizado no início do Rio São José dos Dourados. A classificação “regular” nesse ponto sugere impactos ambientais decorrentes de possíveis fatores como o lançamento de efluentes domésticos ou industriais sem tratamento adequado, uso e ocupação inadequados do solo com ausência de vegetação ripária, incremento de cargas difusas devido a atividades agrícolas ou pecuárias intensivas, além de possíveis alterações hidrodinâmicas que comprometem a diluição natural de poluentes. Esses elementos podem estar contribuindo para a degradação da qualidade da água nesse trecho específico.

O Índice de Estado Trófico (IET), tem por finalidade classificar os corpos d’água em diferentes graus de trofia, ou seja, avaliar a qualidade da água quanto ao enriquecimento por nutrientes e seu efeito, relacionado ao crescimento excessivo de Algas e Cianobactérias.

Com base no Índice de Estado Trófico (IET), observa-se que 1 ponto é classificado como "Oligotrófico", 3 pontos como "Mesotrófico" e 1 ponto como "Supereutrófico". Esses resultados indicam uma variação significativa nos níveis de trofia ao longo do rio, refletindo diferentes concentrações de nutrientes e intensidades de impacto ambiental nos trechos analisados. O ponto classificado como "Supereutrófico" requer atenção especial, pois evidencia uma condição de elevado impacto ambiental e potencial degradação da qualidade hídrica. Entre os fatores que podem estar contribuindo para este cenário, destacam-se: o excesso de aporte de nutrientes (fósforo e nitrogênio) decorrente de fontes pontuais e difusas, alterações no uso e ocupação do solo, déficit de vazão e mudanças hidrodinâmicas, além da intensificação das atividades agrícolas e pecuárias na bacia hidrográfica.

O Índice de Qualidade de Água para a Proteção da Vida Aquática e de Comunidades Aquáticas (IVA) é utilizado pela CETESB como o objetivo de avaliar a qualidade das águas visando a proteção da fauna e flora aquáticas.

Os resultados do IVA podem ser influenciados negativamente, pelo grau de trofia, pela presença de substâncias tóxicas e pela alteração de parâmetros essenciais a vida aquática (pH, Oxigênio Dissolvido e Toxicidade).

Em 2024 foram apresentados dados de IVA (CETESB, 2025) para 6 pontos de monitoramento na UGRHI 18. Dos pontos (2) indica uma situação considerada “boa”, seguido da situação “regular” em 1 ponto localizado no Braço do Ribeirão da Ponte Pensa e 2 pontos consta como situação “ruim” localizados no Rio São José dos Dourados. A classificação “ruim” nesses trechos pode estar associada ao lançamento de efluentes sem tratamento, impacto de atividades agropecuárias, ausência de mata ciliar e redução na capacidade de autodepuração devido a alterações no regime hídrico. Esses fatores contribuem para a deterioração da qualidade da água neste ponto crítico.

Com relação ao ano anterior, verifica-se que nenhuma estação de monitoramento foi adicionada à rede. A avaliação integral da UGRHI acaba sendo comprometida em função da insuficiência de pontos de monitoramento.

É importante destacar que a análise para águas superficiais fica prejudicada, já que na UGRHI 18 a rede atual de pontos não reflete em visão detalhada o verdadeiro impacto dos fenômenos naturais, nem daqueles derivados da atividade humana, além de não apresentar uma periodicidade, tendo 5 pontos desativados em 2020. Tal fato demonstra a necessidade de investimentos em monitoramento e sistemas de informação sobre recursos hídricos na bacia e principalmente nos programas voltados às ações de melhoria da qualidade das águas.

Na UGRHI 18 a rede de monitoramento da CETESB para a qualidade da água superficial conta com 6 pontos, localizados no Braço do Ribeirão Ponte Pensa, Braço do Rio São José dos Dourados, no Rio São José dos Dourados e no Reservatório de Ilha Solteira, que são analisados por meio de 4 parâmetros – IQA, IAP, IVA e IET (**Quadro 12**). Cada um dos parâmetros é analisado a seguir, com base nos dados disponibilizados pela DRHi para elaboração do Relatório de Situação 2025.

Quadro 12- Pontos de monitoramento das águas superficiais na UGRHI 18.

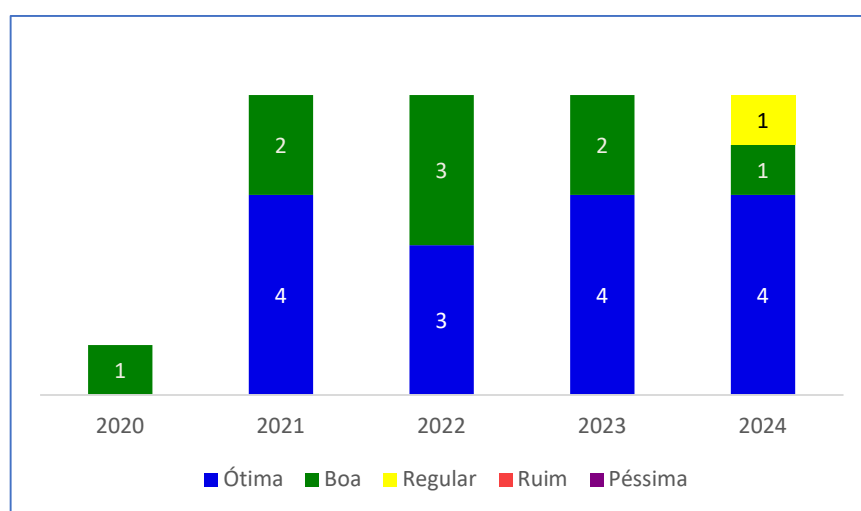
Corpo hídrico	Município	Nome do ponto	Parâmetros avaliados 2023
Braço do Rib. Ponte Pensa	Três Fronteiras	BPEN 02400	IQA, IVA, IET
Braço do Rio São José dos Dourados	Suzanópolis	BSJD 02200	IQA, IET
	Ilha Solteira	BSJD 02900	IQA, IVA, IET
Reservatório de Ilha Solteira		ISOL 02995	IQA, IVA, IET
Rio São José dos Dourados	Monte Aprazível	SJDO 02150	IQA, IET
	General Salgado	SJDO 02500	IQA, IET

Fonte: Elaborado a partir de dados da DRHI (2025).

Em 2024, o monitoramento da qualidade da água superficial na UGRHI 18 foi realizado nos 6 pontos, sendo que, 1 ponto apresenta resultado “Regular”, outro ponto apresenta resultado “Bom” e 4 pontos resultado “Ótimo” para o parâmetro E.01-A - IQA - Índice de Qualidade das Águas.

Em análise ao gráfico da **Figura 27**, verifica-se que de 2023 a 2024 manteve-se a quantidade de pontos “ótimos”, e dos 2 pontos “bons” um mudou para “Regular”. Os melhores resultados foram observados no ponto localizado no Reservatório de Ilha Solteira (ISOL02995). A distribuição espacial do IQA está apresentada no Quadro 11.

Figura 27 – E.01-A - IQA - Índice de Qualidade da Água.



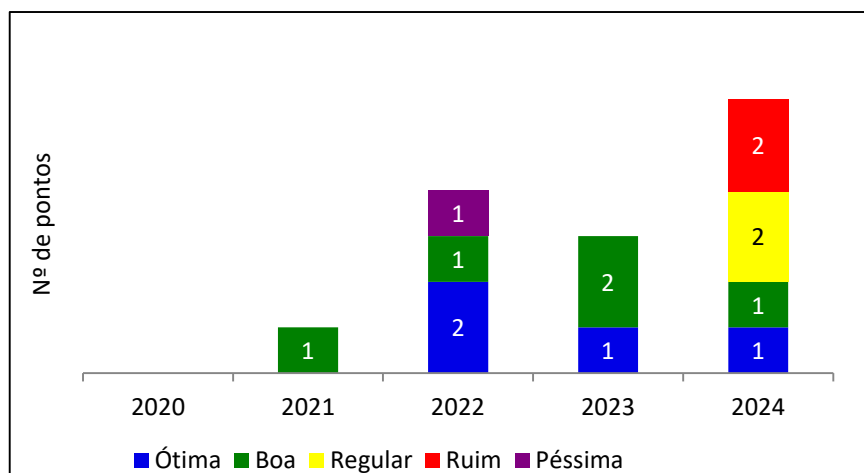
Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Em relação ao Índice de qualidade da água bruta com vistas ao abastecimento público (IAP), que avalia a qualidade da água bruta de mananciais, não constam dados históricos para análise do período.

Em 2024, o E.01-C - IVA - Índice de Qualidade das Águas para a Proteção da Vida Aquática foi avaliado em 6 pontos de monitoramento (BPEN02400, BSJD02900 e ISOL02995). Em análise ao gráfico é possível observar que 1 ponto se encontra em classe “Ótima”, 2 pontos encontram-se em classe “Boa”, seguido da situação “regular” em 1 ponto e 2 pontos consta como situação “ruim”, (**Figura 28**).

A classificação “ruim” nesses trechos pode estar associada ao lançamento de efluentes sem tratamento, impacto de atividades agropecuárias, ausência de mata ciliar e redução na capacidade de autodepuração devido a alterações no regime hídrico. Esses fatores contribuem para a deterioração da qualidade da água neste ponto crítico.

Figura 28 – E.01-C - IVA - Índice de Qualidade das Águas para a Proteção da Vida Aquática.

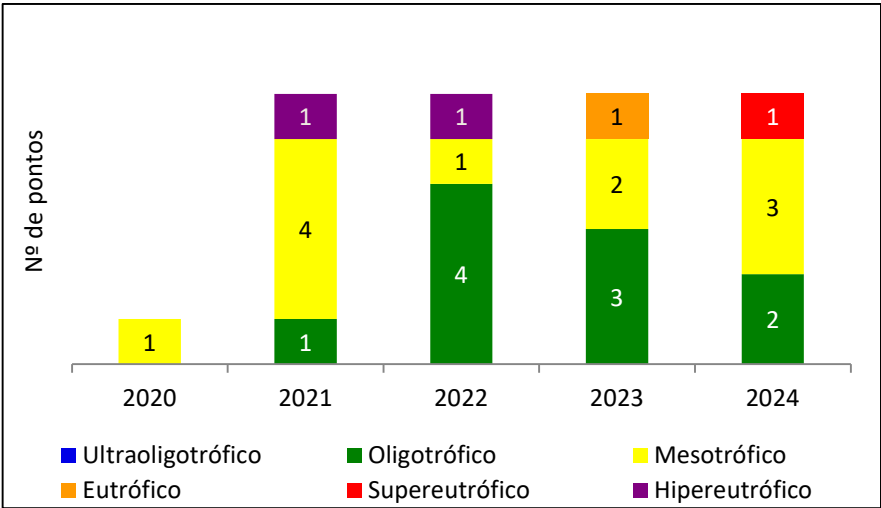


Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

O E.01-D - IET - Índice de Estado Trófico é calculado a partir da concentração de fósforo total e de clorofila na coluna d'água. A origem do fósforo na coluna d'água pode ser pontual, do lançamento de esgotos domésticos, ou difusa, decorrente do carreamento de sólidos para a coluna d'água, assoreamento, etc.

Na **Figura 29** é apresentado o gráfico correspondente aos resultados do monitoramento do parâmetro E.01-D. Com base no Índice de Estado Trófico (IET), observa-se que 1 ponto é classificado como "Oligotrófico", 3 pontos como "Mesotrófico" e 1 ponto como "Supereutrófico". Esses resultados indicam uma variação significativa nos níveis de trofia ao longo do rio, refletindo diferentes concentrações de nutrientes e intensidades de impacto ambiental nos trechos analisados. O ponto classificado como "Supereutrófico" requer atenção especial, pois evidencia uma condição de elevado impacto ambiental e potencial degradação da qualidade hídrica. Entre os fatores que podem estar contribuindo para este cenário, destacam-se: o excesso de aporte de nutrientes (fósforo e nitrogênio) decorrente de fontes pontuais e difusas, alterações no uso e ocupação do solo, déficit de vazão e mudanças hidrodinâmicas, além da intensificação das atividades agrícolas e pecuárias na bacia hidrográfica.

Figura 29 – E.01-D - IET - Índice de Estado Trófico.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Na **Tabela 5** são apresentados os dados disponibilizados pela DRHi referentes ao ano de 2023 para os 6 pontos de monitoramento na UGRHI 18, correspondente aos parâmetros IQA, IAP, IVA e IET. A **Tabela 6** apresenta as categorias e faixas de classificação dos índices de qualidade de água (CETESB, 2024).

Tabela 5 – Resultados do monitoramento das águas superficiais na UGRHI 18, por ponto de monitoramento.

Nome do Ponto	Ano	IQA	IAP	IVA	IET
BPEN02400	2024	87	sd	3,8	55
BSJD02200	2024	88	sd	4,8	57
BSJD02900	2024	87	sd	3,4	50
ISOL02995	2024	92	sd	2,4	50
SJDO02150	2024	49	sd	6,2	64
SJDO02500	2024	63	sd	3,2	57

IQA – Índice de Qualidade das Águas; IAP - Índice de Qualidade das Águas Brutas para Fins de Abastecimento Público; IVA - Índice de Qualidade das Águas para Proteção da Vida Aquática; IET – Índice do Estado Trófico

Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2024).

Tabela 6 – Categorias e faixas de classificação dos índices de qualidade da CETESB.

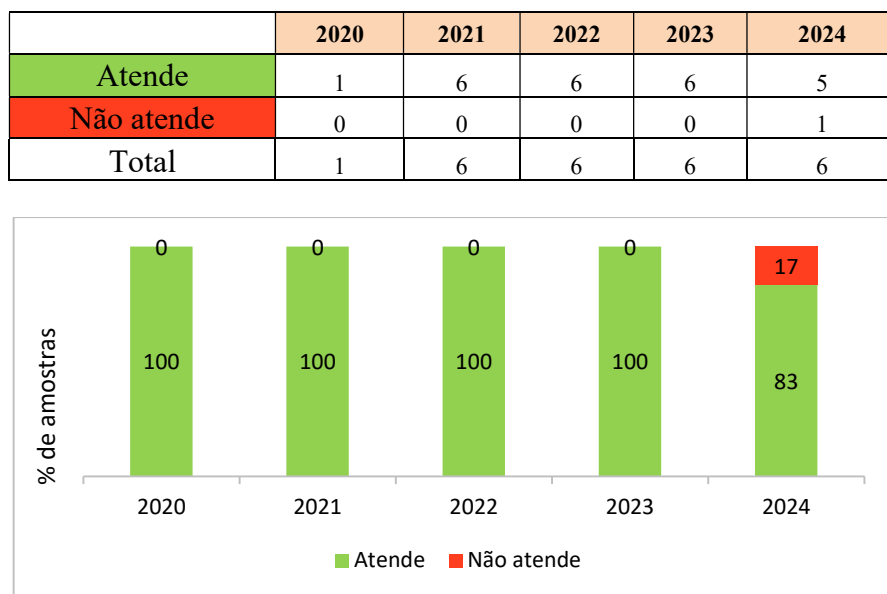
Índice de Qualidade	Categoria					
IQA	Ótima 79 < IQA ≤ 100	Boa 51 < IQA ≤ 79	Regular 36 < IQA ≤ 51		Ruim 19 < IQA ≤ 36	Péssima IQA ≤ 19
IAP	Ótima 79 < IAP ≤ 100	Boa 51 < IAP ≤ 79	Regular 36 < IAP ≤ 51		Ruim 19 < IAP ≤ 36	Péssima IAP ≤ 19
IVA	Ótima IVA ≤ 2,5	Boa 2,6 ≤ IVA ≤ 3,3	Regular 3,4 ≤ IVA ≤ 4,5		Ruim 4,6 ≤ IVA ≤ 6,7	Péssima IVA ≥ 6,8
IET	Ultraoligotrófico IET ≤ 47	Oligotrófico 47 < IET ≤ 52	Mesotrófico 52 < IET ≤ 59	Eutrófico 59 < IET ≤ 63	Supereutrófico 63 < IET ≤ 67	Hipereutrófico IET > 67

IQA – Índice de Qualidade das Águas; IAP - Índice de Qualidade das Águas Brutas para Fins de Abastecimento Público; IVA - Índice de Qualidade das Águas para Proteção da Vida Aquática; IET – Índice do Estado Trófico

Fonte: CETESB, 2024.

Na **Figura 30** são apresentados os dados em relação ao parâmetro E.01-E, correspondente à concentração de Oxigênio Dissolvido na água (OD), avaliado em 6 pontos de monitoramento na UGRHI 18. Os resultados demonstram que 100% das amostras “atendem” a legislação entre 2020 a 2023, no entanto, em 2024, 1 dos 6 pontos não atendeu aos critérios legais da Resolução CONAMA nº 357/2005, correspondendo a 17% das amostras.

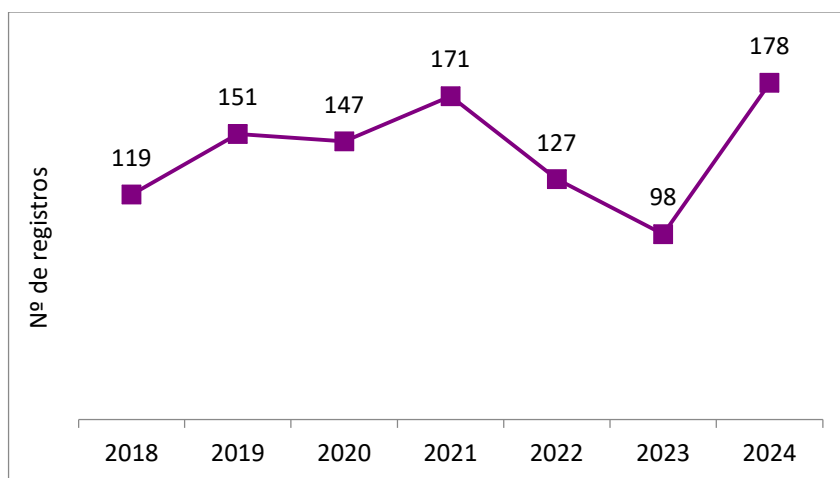
Figura 30 – E.01-E - Concentração de oxigênio dissolvido (atendimento à legislação).



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Quanto aos registros de reclamações de mortandade de peixes (I.02-A) na UGRHI 18, houve aumento em 2022 chegando a 4 reclamações no ano, reduzindo a zero no ano de 2023, e apresentando 3 reclamações em 2024. (**Figura 31**).

Figura 31 – I.02-A - Registro de reclamação de mortandade de peixes.

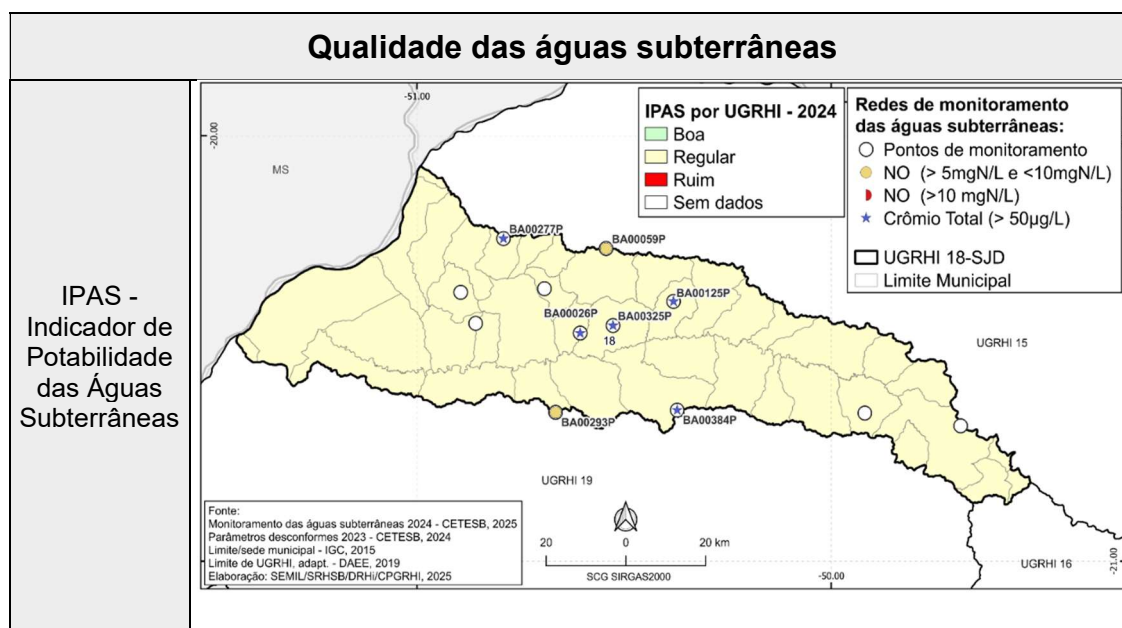


Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

3.3.2 Qualidade das Águas Subterrâneas

No **Quadro 13** apresenta-se a síntese dos dados de qualidade das águas subterrâneas na UGRHI 18, obtida a partir do mapa do IPAS (Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas), referente ao ano de 2024 (CETESB, 2025).

Quadro 13 - Quadro Síntese de Qualidade das águas subterrâneas.



Faixas de referência:

IPAS - Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas	
% de amostras em conformidade com os padrões de potabilidade	
> 67%	Bom
> 33% e ≤ 67%	Regular
≤ 33%	Ruim

Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

Na UGRHI 18 somente 25% do abastecimento é feito por meio de sistema misto e os outros 75% do abastecimento público de água é realizado exclusivamente por meio de captação de águas subterrâneas, ou seja, mais de 90% da população da UGRHI é abastecida por água subterrânea. A UGRHI 18 tem 12 (doze) pontos de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, todos poços tubulares utilizados para abastecimento público, onde 11 (onze) captam água do Aquífero Bauru e 1 (um) do Aquífero Serra Geral. Esse monitoramento verifica as concentrações de crômio e nitrato que se encontram em desconformidade com o padrão de potabilidade.

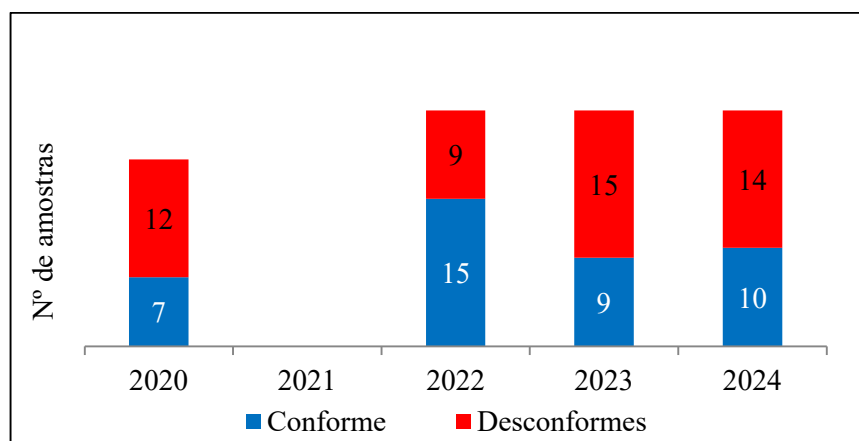
O IPAS consiste em um índice composto utilizado para avaliar a adequação da água subterrânea ao consumo humano, com base em parâmetros físico-químicos e microbiológicos

estabelecidos pela legislação vigente. Esse indicador permite classificar a qualidade das águas subterrâneas em diferentes faixas de potabilidade, possibilitando a identificação de áreas críticas e o acompanhamento temporal da evolução da qualidade. Dessa forma, o IPAS constitui um instrumento técnico de apoio à gestão e ao monitoramento dos recursos hídricos subterrâneos, contribuindo para a definição de estratégias de proteção e recuperação dos aquíferos.

Identificou-se uma lacuna no banco de dados referente aos anos de 2020 e 2021, sendo que, em 2024, diversos pontos de monitoramento permanecem sem informações disponíveis. Apenas 2 pontos apresentam dados, ambos classificados como “regular”, indicando que as amostras analisadas atendem entre $>33\%$ e $\leq 67\%$ dos parâmetros de potabilidade estabelecidos pela legislação vigente. Essa classificação "regular" sugere possíveis problemas que podem estar comprometendo os aquíferos, devido à contaminação difusa por atividades agropecuárias, fontes pontuais de poluição como fossas sépticas e efluentes inadequados, ausência de proteção nas áreas de recarga e a insuficiência do monitoramento, que limita uma avaliação abrangente da qualidade das águas subterrâneas.

O índice de qualidade de água subterrânea (I.05-C - Classificação da água subterrânea) reflete a qualidade da água bruta utilizada para abastecimento público. Em 2024 verificou-se que, 14 amostras foram consideradas não potáveis (desconformes), conforme mostra a **Figura 32**. Não constam informações referentes ao ano de 2021 para o parâmetro citado.

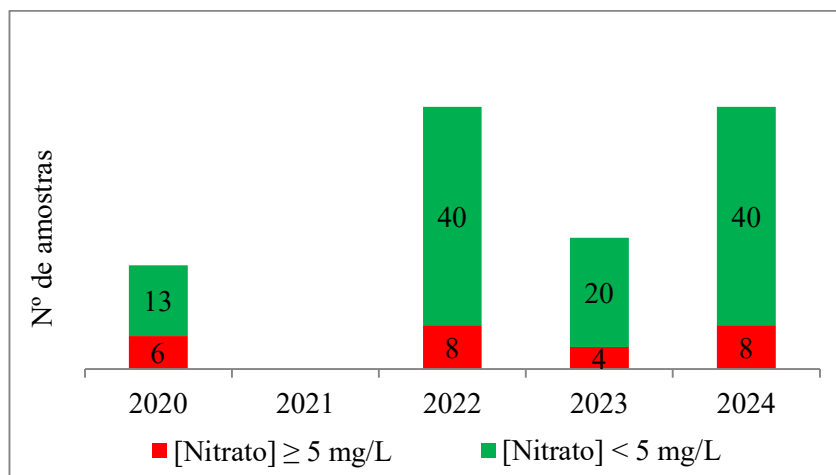
Figura 32 – I.05-C - Classificação da água subterrânea.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

O nitrato é resultado do processo final de degradação da matéria orgânica, indicando que, quando em alta concentração nas águas subterrâneas, há contaminação antrópica. O parâmetro E.02-A - Concentração de Nitrato é avaliado na **Figura 33**. Não constam informações referentes ao ano de 2021 para o parâmetro. Em 2024, 40 amostras se apresentaram dentro dos padrões legais (abaixo de 5mg/L).

Figura 33 – E.02-A - Concentração de Nitrato.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

3.3.2.1 Áreas críticas

No quesito qualidade das águas superficiais, a maior criticidade é a quantidade de pontos de monitoramento que são insuficientes.

Em 2024, o índice de qualidade de água subterrânea (I.05-C - Classificação da água subterrânea) reflete a qualidade da água bruta utilizada para abastecimento público e em 2024 verificou-se que, 14 amostras (de um total de 24) foram consideradas não potáveis (desconformes).

Outro ponto crítico é que também em 2024, 08 amostras de um total de 48 (= 16,67%) amostras se apresentaram acima dos padrões legais de nitrato (acima de 5mg/L), ou seja, apresentando contaminação antrópica.

3.3.2.2 Tendências

De forma geral, a tendência do monitoramento é estável e positiva, com predomínio consistente de boas condições de água, com algumas flutuações naturais e pequena quantidade de pontos de qualidade inferior. Apesar da preocupação com a quantidade de amostras desconformes, observa-se que de 2022 a 2024, a proporção de amostras em conformidade se mantém.

3.3.2.3 Orientações para gestão

É pouco conhecida a relação entre as questões de disponibilidade, qualidade e usos das águas subterrâneas. O Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados de 2022 faz uma abordagem bem sucinta em relação ao assunto. Por isso deve-se atentar com mais cuidado para estas questões, necessitando um conhecimento mais amplo acerca deste tema.

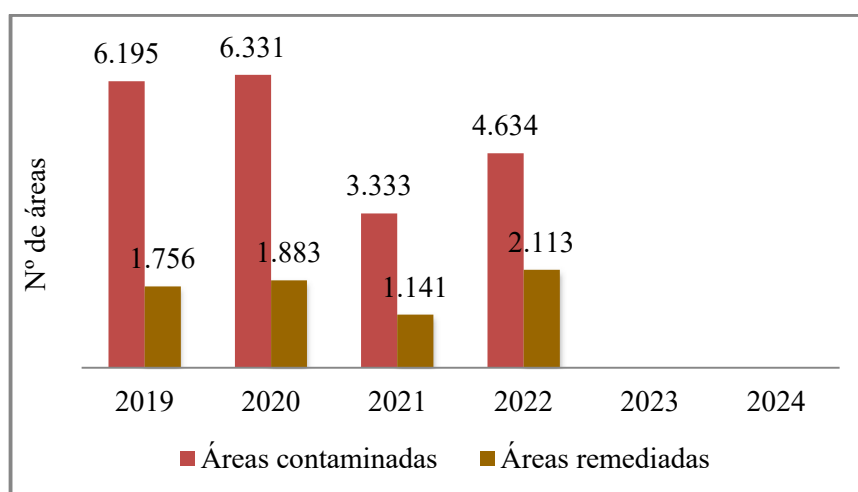
Portanto, propõe-se que sejam tomadas iniciativas constantes no Plano de Bacia em linhas que visem:

- a) Fomentar no monitoramento da qualidade da água, preferencialmente de maneira integrada ao monitoramento quantitativo;
 - b) Fomentar ações para a melhoria no tratamento de efluentes, principalmente os oriundos de áreas urbanas;
- Fomentar ações visando a proteção de mananciais

3.4. Poluição das águas

A **Figura 34** demonstra o número de áreas correspondentes aos parâmetros P.06-A – Áreas contaminadas em que o contaminante atingiu o solo ou a água e R.03-A – Áreas remediadas. Nota-se que as áreas contaminadas na UGRHI 18 vêm diminuindo ao longo dos anos; em 2021 apresentou uma redução, mas em 2022 o número voltou a crescer e em 2023 e 2024 faltaram os dados para análise.

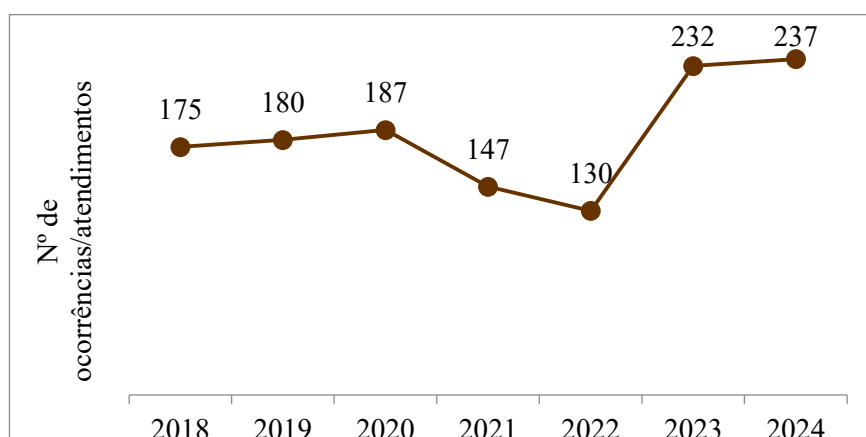
Figura 34 – P.06-A – Áreas contaminadas em que o contaminante atingiu o solo ou a água.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

O número de registros de ocorrências de contaminação do solo ou da água em decorrência de descarga, derrame ou vazamento de substâncias poluentes (P.06-B e R.03-B) na UGRHI 18 era nulo desde 2019, mas em 2024 ocorreram 7 ocorrências, conforme demonstrado na **Figura 35**.

Figura 35 - Ocorrência de descarga/derrame de produtos químicos no solo ou na água: n° de ocorrências/ano.



Fonte: Banco de Indicadores da DRHi (2025).

A quantificação destes eventos acontece a partir da consulta ao REQ - Registro de Emergências Químicas, que é um banco de dados das emergências químicas atendidas pela CETESB. Ressalta-se que os dados utilizados se referem somente aos atendimentos efetuados pelo Setor de Operações de Emergência ou pelos técnicos das Agências Ambientais.

4. Avaliação da gestão

Neste item apresenta-se a análise da atuação do colegiado no âmbito de suas câmaras técnicas e plenário. Para tanto, são apresentadas a seguir, as ações tomadas ao longo do ano de 2024 voltadas à gestão dos recursos hídricos na UGRHI 18.

No **Quadro 13** tem-se a quantidade de reuniões, a frequência média de participação, as deliberações aprovadas pelo CBH-SJD e as principais discussões e encaminhamentos das reuniões de suas Câmaras Técnicas. As pautas, atas e deliberações aprovadas e publicadas poderão ser consultadas na íntegra no site do SIGRH, disponível em: <https://sigrh.sp.gov.br/cbhsjd>.

Quadro 14 - Quadro Síntese da Gestão dos Recursos Hídricos – Atuação do colegiado.

Plenário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados			
Ano	Nº de Reuniões	Frequência média de participação nas reuniões (%) *	Nº Deliberações aprovadas
2024	03	50,43	18
Principais realizações no período			
No ano de 2024, o Plenário do CBH-SJD realizou 2 (duas) Reuniões Ordinárias (a RO 72ª e a RO 74ª) e 1 (uma) Reunião Extraordinária (RE 73ª). Entre as decisões tomadas, destacam-se: ✓ Aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2023 com base em Indicadores dos Recursos Hídricos da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (UGRHI - 18) Ano Base 2022; ✓ Aprova a atualização do Plano de Ações e Programa de Investimentos da Bacia Hidrográfica da UGRHI 18, PA/PI 2024-2027; ✓ Fixa prazos e procedimentos para apresentação e análise de solicitações visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO/2024; ✓ Aprova diretrizes e critérios para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO - compensação financeira e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao ano de 2024; ✓ Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios São José dos Dourados para o exercício de 2024; ✓ Aprova o Relatório Anual de Atividades de 2023 e o Plano de Trabalho de 2024 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados; ✓ Aprova o Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (PEA-SJD); ✓ Aprova o Plano de Capacitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados – CBH-SJD, para os anos de 2024 - 2027; ✓ Aprova o Plano de Comunicação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São José dos Dourados –CBH-SJD, para os anos 2024-2027; ✓ Indica prioridades de investimento FEHIDRO referente ao exercício de 2024; ✓ Aprova aditamento de recursos do FEHIDRO - compensação financeira do Contrato FEHIDRO nº018/2023 - Capacitação dos Produtores Rurais quanto a importância dos Procedimentos de Outorga e Licenciamento Ambiental na UGRHI 18 – SJD - FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AGRÍCOLA; ✓ Fixa prazos e procedimentos para apresentação e análise de solicitações visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO/2024 – Saldo Remanescente; ✓ Aprova diretrizes e critérios para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO – compensação financeira e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao ano de 2024 - Saldo Remanescente; ✓ Indica prioridades de investimentos, visando a distribuição dos Recursos da CFURH - FEHIDRO 2024 - Saldo Remanescente;			

✓ Aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2024 com base em Indicadores dos Recursos Hídricos da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (UGRHI - 18) Ano Base 2023 e atualização do PA/PI para o quadriênio 2024-2027; ✓ Aprova o calendário eleitoral, os procedimentos para cadastramento e recadastramento, eleição e indicação dos representantes das entidades dos Segmentos: Estado, Municípios e Sociedade Civil do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados para o período 2025/2027; ✓ Fixa prazos e procedimentos para apresentação e análise de solicitações visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO/2025; e ✓ Dispõe sobre Diretrizes e Critérios para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO -compensação financeira e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao ano 2025, e dá outras providências. * número médio de membros presentes por reunião / número de integrantes do CBH

Câmaras Técnicas do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados		
Câmara Técnica	Nº Reuniões	Principais Discussões e Encaminhamentos
CT-PLA	8	✓ Elaboração de deliberações para diretrizes e critérios de financiamento e para prazos e procedimentos de solicitações ao FEHIDRO referentes a 2024. ✓ Análise de Projetos FEHIDRO/2024, incluindo saldo remanescente. ✓ Discussão e contribuições ao <i>Relatório de Situação</i> do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (UGRHI 18 – Ano base 2023) e à atualização do PAPI/2024-2027. ✓ Revisão da ação A1.2.1.3 (diagnóstico do uso do Aquífero Bauru na Bacia do Rio São José dos Dourados), prevista no Programa de Investimento do CBH-SJD. ✓ Elaboração de minutas de deliberações, incluindo: ✓ Calendário eleitoral, procedimentos de cadastramento e eleição de representantes dos segmentos (Estado, Municípios e Sociedade Civil) para o período 2025-2027. ✓ Diretrizes e critérios para obtenção de recursos financeiros do FEHIDRO/2025 (compensação financeira e cobrança pelo uso de recursos hídricos). ✓ Prazos e procedimentos para solicitações ao FEHIDRO/2025.
CT-EA	06	✓ Organização das atividades comemorativas da Semana da Água/2024. ✓ Análise de empreendimentos do FEHIDRO/2024, incluindo saldo remanescente. ✓ Revisão do <i>Relatório de Situação dos Recursos Hídricos/2024</i> com base nos indicadores da UGRHI-18 (ano-base 2023) e atualização do PAPI/2024-2027 do CBH-SJD. ✓ Elaboração de minutas de deliberações “ad referendum” do CBH-SJD, contemplando:

Câmaras Técnicas do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados		
Câmara Técnica	Nº Reuniões	Principais Discussões e Encaminhamentos
		✓ Aprovação do calendário eleitoral, procedimentos de cadastramento e eleição para representantes (Estado, Municípios e Sociedade Civil) no período 2025-2027. ✓ Definição de diretrizes e critérios para obtenção de recursos do FEHIDRO/2025, relativos à compensação financeira e cobrança pelo uso de recursos hídricos. ✓ Estabelecimento de prazos e procedimentos para solicitações de recursos ao FEHIDRO/2025.
CT-SANRURAL	02	✓ Discussão da ação A1.2.1.3 do Programa de Investimento do CBH-SJD: realização de estudo/diagnóstico sobre a utilização do Aquífero Bauru na Bacia do Rio São José dos Dourados. ✓ Elaboração de minutas de deliberações “ad referendum” do CBH-SJD, incluindo: ✓ Relatório de Situação dos Recursos Hídricos/2024 com base nos indicadores da UGRHI-18 (ano-base 2023) e atualização do PAPI/2024-2027. ✓ Calendário eleitoral e procedimentos para cadastramento, recadastramento e eleição de representantes dos segmentos (Estado, Municípios e Sociedade Civil) para o período 2025-2027. ✓ Diretrizes e critérios para obtenção de recursos financeiros do FEHIDRO/2025 (compensação financeira e cobrança pelo uso dos recursos hídricos). ✓ Prazos e procedimentos para apresentação e análise de solicitações ao FEHIDRO/2025. *As reuniões conjuntas realizadas por mais de uma Câmara Técnica foram contabilizadas em ambas.

Fonte: CBH-SJD, 2025.

5. ANÁLISE DAS INDICAÇÕES FEHIDRO E ACOMPANHAMENTO DO PA/PI 2024-2027

No presente item apresenta-se a análise dos empreendimentos indicados com recursos do FEHIDRO em 2024 e sua distribuição nos PDCs, bem como, a análise da conformidade dos empreendimentos com o estipulado no Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI 2024-2027). Também é analisada a correspondência dos empreendimentos indicados no quadriênio 2024-2027 com os percentuais previstos na Deliberação CRH nº 254 de 21 de julho de 2021 e o acompanhamento das ações indicadas no PA/PI 2020-2023.

5.1 Acompanhamento das ações do PA/PI 2020-2023

O acompanhamento das ações previstas no Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2020–2023 tem como objetivo avaliar o andamento e os resultados alcançados no período, de forma a subsidiar o processo de planejamento, monitoramento e revisão das metas e diretrizes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (CBH-SJD).

Essa etapa visa verificar o nível de execução física e financeira das ações, bem como identificar gargalos, avanços e oportunidades de aprimoramento na implementação das iniciativas previstas no Plano de Bacia Hidrográfica (PBH-SJD). O processo de acompanhamento permite ainda avaliar as ações executadas e os objetivos estratégicos estabelecidos para a gestão dos recursos hídricos da UGRHI 18.

Os resultados obtidos a partir desse monitoramento constituem base técnica essencial para orientar a atualização do PA/PI 2024–2027, garantindo a continuidade das ações, a readequação de metas e a inclusão de novas iniciativas conforme as demandas e desafios identificados no território da bacia.

Dessa forma, o acompanhamento sistemático das ações do PA/PI 2020–2023 reforça o compromisso do CBH-SJD com a transparência, eficiência e efetividade da gestão hídrica, promovendo uma tomada de decisão mais fundamentada e participativa.

Tabela 7 – Acompanhamento das ações indicadas em 2020 a 2023.

ANO	Nome do Empreendimento	Tomador	Tipo	Código SUBPDC	Data de Conclusão ou Cancelamento	Status	SubStatus	% Execução Física	Fonte de Recurso	Valor Aprovado	Valor Aditado	Valor Financiado	Valor Pago
2020	Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados - UGRHI 18	ASSOCIACAO INSTITUTO CULTURAL JANELA ABERTA	Não Estrutural	1.2	30/05/2025	Conclusão	Total	100	CFURH	R\$ 224.699,13	R\$ -00	R\$ 224.699,13	R\$ 224.699,13
	Plano de Bacia Hidrográfica da UGRHI 18- SJD (revisão e atualização)	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AGRICOLA - FUNDAG	Não Estrutural	2.1	07/06/2024	Conclusão	Total	100	CFURH	R\$ 391.414,62	R\$ 97.853,66	R\$ 489.268,28	R\$ 489.268,28
	VALORES								CFURH	R\$ 616.113,75	R\$ 97.853,66	R\$ 713.967,41	R\$ 713.967,41
2021	Melhorias no sistema de esgotamento sanitário - Suzanópolis/SP	MUNICIPIO DE SUZANAPOLIS	Estrutural	3.1	13/10/2025	Conclusão	Parcial – Des. - Dev. 1º parcela	0	Cobrança	R\$ 170.000,00	R\$ -00	R\$ 170.000,00	R\$ 153.000,00
	Desassoreamento parcial da ETE para melhoria da eficiência do tratamento do esgoto do município de Suzanópolis/SP	MUNICIPIO DE SUZANAPOLIS	Estrutural	3.1	27/06/2023	Conclusão	Total	100	Cobrança	R\$ 170.000,00	R\$ -00	R\$ 169.552,63	R\$ 169.552,63
	Controle de perdas em sistema de abastecimento de água através de identificação de vazamentos não visíveis, não aflorantes e detectáveis por método acústico de pesquisa	MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL	Não Estrutural	5.1	24/06/2024	Conclusão	Total	100	CFURH	R\$ 244.711,35	R\$ -00	R\$ 122.355,67	R\$ 122.355,67
	Projeto técnico para execução de obra de prevenção e contenção da erosão do solo e assoreamento dos corpos d'água - córrego do Coqueiro, bairro da Itapirema	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO	Não Estrutural	3.4	18/09/2023	Conclusão	Total	100	CFURH	R\$ 300.975,60	R\$ -00	R\$ 300.975,60	R\$ 300.975,60
	VALORES								Cobrança	R\$ 340.000,00	R\$ -00	R\$ 339.552,63	R\$ 322.552,63
	VALORES								CFURH	R\$ 545.686,95	R\$ -00	R\$ 423.331,27	R\$ 423.331,27

ANO	Nome do Empreendimento	Tomador	Tipo	Código SUBPDC	Data de Conclusão ou Cancelamento	Status	SubStatus	% Execução Física	Fonte de Recurso	Valor Aprovado	Valor Aditado	Valor Financiado	Valor Pago
2022	Capacitação dos produtores rurais quanto a importância dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental na UGRHI 18 - SJD	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AGRÍCOLA - FUNDAG	Não Estrutural	8.1	24/07/2025	Conclusão	Total	100	CFURH	R\$ 150.000,00	R\$ 35.589,03	R\$ 181.089,03	R\$ 181.089,03
	SS-Sala de Situação no CBH SJD e Monitoramento de Recursos Hídricos Agro hidrológicos	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AGRÍCOLA - FUNDAG	Não Estrutural	2.5	03/08/2023	Cancelado	Cancelado	0	CFURH	R\$ 851.322,10	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00
	VALORES								CFURH	R\$ 1.001.322,10	R\$ 35.589,03	R\$ 181.089,03	R\$ 181.089,03
2023	Obras de drenagem urbana para controle de erosões (Rua 10)	MUNICIPIO DE NOVA CANAA PAULISTA	Estrutural	7.1	18/07/2025	Conclusão	Total	100	Cobrança	R\$ 326.210,88	R\$ -00	R\$ 244.976,93	R\$ 244.976,93
	Construção de Rede de Drenagem para escoamento em vias do Município	MUNICIPIO DE RUBINEIA	Estrutural	7.1	15/01/2024	Cancelado	Cancelado	0	Cobrança		R\$ -00		R\$ -00
	Obras de drenagem urbana para evitar problemas erosivos	MUNICIPIO DE NOVA CANAA PAULISTA	Estrutural	7.1	14/05/2025	Conclusão	Total	100	CFURH	R\$ 234.846,05	R\$ -00	R\$ 209.733,96	R\$ 209.733,96
	Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural do Município da Estância Turística de Santa Fé do Sul/SP	MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL	Não Estrutural	1.2	16/10/2025	Conclusão	Total	100	CFURH	R\$ 169.015,86	R\$ -00	R\$ 66.310,00	R\$ 66.310,00
	Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural	MUNICIPIO DE JALES	Não Estrutural	1.2		Em execução	Aprovada conclusão física	100	CFURH	R\$ 170.230,71	R\$ -00	R\$ 127.669,86	R\$ 127.669,86

	Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão do Município de Guzolândia, na bacia São José dos Dourados.	MUNICIPIO DE GUZOLANDIA	Não Estrutural	1.2	03/01/2025	Cancelado	Cancelado	0	CFURH	R\$ 166.889,88	R\$ -00	R\$ 166.889,88	R\$ -00
	Drenagem Urbana - Implantação de Galeria de Águas Pluviais no Bairro "Vila Carvalho II"	MUNICIPIO DE VOTUPORANGA	Estrutural	7.1		Em execução	Aprovada lib. parcela	50	CFURH	R\$ 546.436,79	R\$ -00	R\$ 430.956,23	R\$ 339.417,05
	Melhorias em Saneamento no bairro rural Vila Cruzeiro	SUPERINTENDENCIA DE AGUA, ESGOTOS E MEIO AMBIENTE DE VOTUPORANGA	Estrutural	3.1	16/10/2025	Conclusão	Total	100	CFURH	R\$ 181.777,13	R\$ -00	R\$ 162.990,19	R\$ 162.990,19
	Elaboração do Plano Diretor para Combate às Perdas no Sistema de Abastecimento Público de Água no Município de Santa Fé do Sul - SP	MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL	Não Estrutural	1.2		Em execução	Aprovada lib. parcela	60	CFURH	R\$ 167.935,24	R\$ -00	R\$ 121.505,00	R\$ 121.505,00
	VALORES								Cobrança	R\$ 326.210,88	R\$ -00	R\$ 244.976,93	R\$ 244.976,93
	VALORES								CFURH	R\$ 1.637.131,66	R\$ -00	R\$ 1.286.055,12	R\$ 1.027.626,06

No exercício de 2020, foram indicados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (CBH-SJD) dois empreendimentos, ambos classificados como não estruturais, com fonte de recurso proveniente da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), totalizando o valor de R\$ 616.113,75 em recursos FEHIDRO. Os empreendimentos foram: Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados – UGRHI 18, proposto pela Associação Instituto Cultural Janela Aberta, e Plano de Bacia Hidrográfica da UGRHI 18 – SJD (revisão e atualização), proposto pela Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (Fundag). Verifica-se que ambos os empreendimentos foram concluídos, atendendo aos objetivos previstos.

Em 2021, o CBH-SJD indicou quatro empreendimentos, sendo dois de caráter não estrutural e dois estruturais. Foram eles: Melhorias no sistema de esgotamento sanitário e Desassoreamento parcial da ETE para melhoria da eficiência do tratamento de esgoto, ambos no Município de Suzanópolis; Controle de perdas no sistema de abastecimento de água por meio de detecção acústica de vazamentos não visíveis e não aflorantes, no Município de Santa Fé do Sul; e Projeto técnico para execução de obras de prevenção e contenção de erosão e assoreamento de corpos d'água – Córrego do Coqueiro, Bairro Itapirema, no Município de São Francisco. Os empreendimentos foram financiados com recursos da CFURH, no valor de R\$ 545.686,95, e da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, no valor de R\$ 340.000,00, totalizando R\$ 885.686,95 em recursos FEHIDRO. Todos os empreendimentos encontram-se concluídos.

No exercício de 2022, foram indicados dois empreendimentos, ambos de caráter não estrutural, propostos pela Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (Fundag): Capacitação dos produtores rurais quanto à importância dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental na UGRHI 18 – SJD e SS – Sala de Situação no CBH-SJD e Monitoramento de Recursos Hídricos Agro-Hidrológicos. A fonte de recurso foi a CFURH, totalizando R\$ 1.001.322,10 em recursos FEHIDRO. O empreendimento Capacitação dos produtores rurais foi concluído, enquanto o projeto SS – Sala de Situação no CBH-SJD e Monitoramento de Recursos Hídricos Agro-Hidrológicos foi cancelado, em razão do não enquadramento da proposta nas ações financiáveis pelo FEHIDRO para esta tipologia de tomador. De acordo com o item 14.6 do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO), a montagem e operação de salas de situação, bem como a aquisição de equipamentos e acessórios de informática destinados à implantação e modernização de sistemas de informação e monitoramento de recursos hídricos, são ações financiáveis

exclusivamente para entidades estaduais e municipais de direito público, da administração direta ou indireta, e para Agências de Bacia, conforme suas atribuições institucionais. Ainda, conforme o subitem 14.6.3(c), a produção e divulgação de dados hidrometeorológicos mediante operação e manutenção de salas de situação é restrita a tais instituições, em conformidade com a Deliberação CRH nº 256/2021. Considerando que o tomador se caracteriza como Entidade da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, a proposta não atendeu aos critérios de elegibilidade do FEHIDRO, resultando em seu cancelamento.

Em 2023, foram indicados nove empreendimentos, sendo quatro de caráter não estrutural e cinco estruturais, com recursos provenientes da CFURH (R\$ 1.637.131,66) e da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (R\$ 326.310,88), totalizando R\$ 1.963.442,54 em recursos FEHIDRO aprovados. Dentre esses empreendimentos, dois foram cancelados: Construção de Rede de Drenagem para Escoamento em Vias do Município, no Município de Rubinéia, e Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão do Município de Guzolândia, devido ao não atendimento das complementações técnicas solicitadas pelo agente técnico. Três empreendimentos encontram-se em execução, sendo eles: Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural, no Município de Jales; Drenagem Urbana – Implantação de Galeria de Águas Pluviais no Bairro Vila Carvalho II, no Município de Votuporanga; e Elaboração do Plano Diretor para Combate às Perdas no Sistema de Abastecimento Público de Água, no Município de Santa Fé do Sul. Os quatro empreendimentos concluídos em 2023 foram: Obras de drenagem urbana para controle de erosões (Rua 10) e Obras de drenagem urbana para evitar problemas erosivos, ambos no Município de Nova Canaã Paulista; Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural, no Município da Estância Turística de Santa Fé do Sul; e Melhorias em saneamento no bairro rural Vila Cruzeiro, executado pela Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga (SAEV).

De forma geral, entre os exercícios de 2020 e 2023, o CBH-SJD indicou dezessete empreendimentos, totalizando aproximadamente R\$ 4,47 milhões em recursos FEHIDRO. Deste total, dez empreendimentos foram concluídos (59%), três encontram-se em execução (18%) e quatro foram cancelados (23%). Observa-se, portanto, que os empreendimentos indicados vêm mantendo uma boa taxa de execução e conclusão das ações planejadas no âmbito do PA/PI 2020–2023, demonstrando efetividade na aplicação dos recursos e alinhamento às diretrizes do Plano de Bacia Hidrográfica da UGRHI 18.

Contudo, verifica-se que o CBH-SJD não atendeu integralmente às ações propostas no PA/PI 2020–2023, em razão da ausência de tomadores interessados em determinadas ações e também pela apresentação de propostas de empreendimentos que não se enquadraram nos requisitos mínimos estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO, o que inviabilizou sua aprovação e execução. Além disso, observa-se que muitos municípios enfrentam dificuldades relacionadas à limitação de seus quadros técnicos, que, em geral, são reduzidos e sobrecarregados. Essa limitação impacta diretamente na capacidade de elaboração de projetos tecnicamente adequados, dificultando a efetiva tomada das ações previstas.

5.2. Indicações de empreendimentos ao FEHIDRO em 2024

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) tem por objetivo financiar programas e ações, vinculados diretamente às metas estabelecidas pelo Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) e em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), a partir de recursos oriundos da cobrança por uso de recursos hídricos na UGRHI e recursos da compensação financeira por uso de recursos hídricos (CFURH).

Em 2024, por meio das deliberações CBH-SJD nº 279/2024 de 08/02/2024 e CBH-SJD nº 289/2024 de 21/05/2024, o CBH-SJD aprovou as diretrizes e critérios para obtenção de recursos financeiros do FEHIDRO (compensação financeira e cobrança pelo uso da água), destinados à UGRHI 18, em atendimento ao Plano de Ação e do Programa de Investimentos (PA/PI 2024-2027), constante da Deliberação CBH-SJD nº 278/2024 de 08/02/2024, e às metas estabelecidas no Plano de Bacia da UGRHI 18 com vistas a:

- ✓ Aumentar as informações a fim de subsidiar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos na UGRHI;
- ✓ Prevenir e controlar processos de erosão e assoreamento, visando a melhoria ou recuperação dos corpos d'água;
- ✓ Aumentar a proporção de cobertura vegetal na UGRHI;
- ✓ Alcance de uma média de 25% de perdas globais nos municípios da bacia;
- ✓ Reduzir a demanda sobre os mananciais;
- ✓ Contenção de inundações, alagamentos e regularizações de descargas na UGRHI;

- ✓ Aumentar a eficiência do tratamento de esgoto dos municípios da UGRHI;
- ✓ Capacitar os atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos.

Posteriormente, por meio das deliberações CBH-SJD nº 286/2024 de 21/05/2024 e CBH-SJD nº 290/2024 de 23/08/2024, o Comitê indicou as prioridades de investimentos para 2024, visando a distribuição dos Recursos FEHIDRO (cobrança e compensação). Foram indicados 4 empreendimentos, no valor montante de R\$ 1.589.395,07. Na **Tabela 8** encontram-se os empreendimentos FEHIDRO indicados pelo CBH-SJD em 2024, para aplicação dos recursos do FEHIDRO, na modalidade não reembolsável.

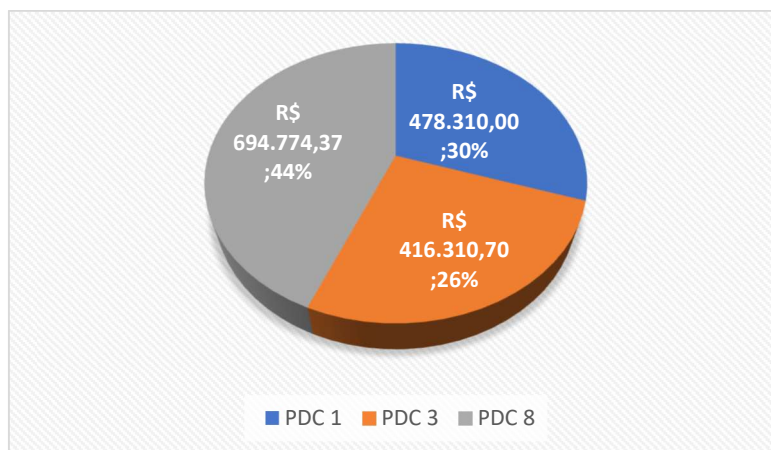
Em relação aos valores de investimentos, o gráfico da **Figura 36** demonstra os valores monetários correspondentes aos empreendimentos indicados em 2024. A maior parcela de recursos FEHIDRO (44%) foi direcionada ao PDC 8 (Capacitação e Comunicação Social), no montante de R\$ 694.774,37.

Tabela 8 - Indicações de Empreendimentos ao FEHIDRO em 2024.

Tomador	Empreendimento	PDC	Valor FEHIDRO (R\$)	Modalidade
Polícia Ambiental do estado de São Paulo - CPAMB	Estudo/diagnóstico ambiental das nascentes, por sub-bacia, na UGRHI-18	1	478.310,00	Não reembolsável
Associação Instituto Cultural Janela Aberta	Formação para gestores e técnicos na Bacia Hidrográfica SJD: Governança em Saneamento e elaboração de Projetos FEHIDRO	8	333.460,42	Não reembolsável
Município de Santa Fé do Sul	Aquisição com instalação de sistema de aeração, composto por 08 aeradores, com motor horizontal, flutuante, operante em baixa rotação, para aplicação na lagoa de maturação da ETE córrego da Mula.	3	416.310,70	Não reembolsável
Município de Santa Fé do Sul	Capacitação de agentes públicos de saúde quanto a sensibilização do descarte correto de resíduos sólidos da população no Município de Santa Fé do Sul, na UGRHI 18	8	361.313,95	Não reembolsável
Valor Total			R\$ 1.589.395,07	

Fonte: Elaborado no âmbito deste empreendimento a partir de dados das Deliberações CBH-SJD nº 286/2024 de 21/05/2024, CBH-SJD nº 290/2024 de 23/08/2024 e SIGAM (2025).

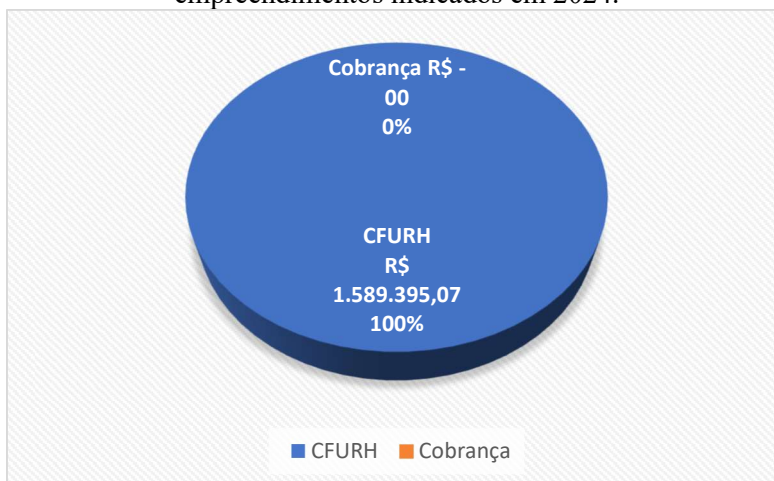
Figura 36 - Valores totais correspondentes aos empreendimentos indicados em 2024, por PDC.



Fonte: Elaborado no âmbito deste empreendimento a partir de dados das Deliberações CBH-SJD nº 286/2024 de 21/05/2024, CBH-SJD nº 290/2024 de 23/08/2024 e SIGAM (2025).

Quanto à fonte de recurso, 100% do valor de investimento corresponde à compensação financeira – CFURH. O gráfico da **Figura 37** demonstra os valores e percentual de distribuição de recursos da cobrança e CFURH nos empreendimentos indicados pelo CBH-SJD no ano de 2024.

Figura 37 – Percentual de distribuição de recursos do FEHIDRO (Cobrança e CFURH) nos empreendimentos indicados em 2024.



Fonte: Elaborado no âmbito deste empreendimento a partir de dados das Deliberações CBH-SJD nº 286/2024 de 21/05/2024, CBH-SJD nº 290/2024 de 23/08/2024 e SIGAM (2025).

5.3. Situação dos empreendimentos indicados em 2024

Por meio de consulta ao portal do SIGAM/SEMIL - FEHIDRO, em outubro de 2025, foi possível analisar a situação dos empreendimentos indicados pelo CBH-SJD em 2024 (**Tabela 8 e Figura 36**). Do total de empreendimentos indicados, 3 encontram-se

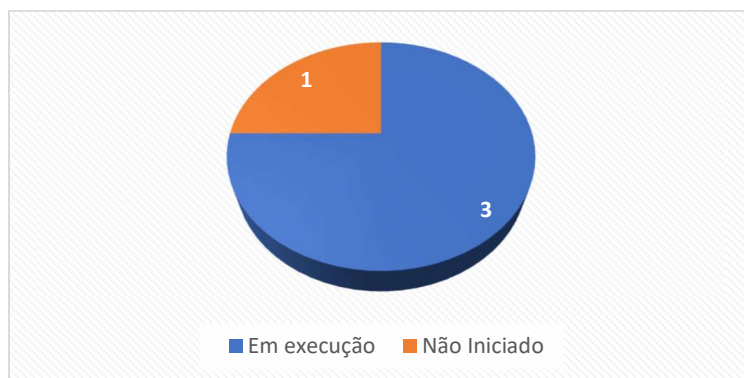
em execução e 1 não iniciado (tomador solicitou a dilação de prazo para finalização do processo licitatório).

Tabela 9 - Situação dos empreendimentos indicados pelo CBH-SJD ao FEHIDRO em 2024, por PDC.

Tomador	Empreendimento	PDC	Valor FEHIDRO (R\$)	Status	Fonte de Recurso
Polícia Ambiental do estado de São Paulo - CPAMB	Estudo/diagnóstico ambiental das nascentes, por sub-bacia, na UGRHI-18	1	478.310,00	Em execução	CFURH
Associação Instituto Cultural Janela Aberta	Formação para gestores e técnicos na Bacia Hidrográfica SJD: Governança em Saneamento e elaboração de Projetos FEHIDRO	8	333.460,42	Em execução	CFURH
Município de Santa Fé do Sul	Aquisição com instalação de sistema de aeração, composto por 08 aeradores, com motor horizontal, flutuante, operante em baixa rotação, para aplicação na lagoa de maturação da ETE córrego da Mula.	3	416.310,70	Em execução	CFURH
Município de Santa Fé do Sul	Capacitação de agentes públicos de saúde quanto a sensibilização do descarte correto de resíduos sólidos da população no Município de Santa Fé do Sul, na UGRHI 18	8	361.313,95	Não Iniciado	CFURH
Valor Total			R\$ 1.589.395,07		

Fonte: Elaborado no âmbito deste empreendimento a partir de dados das Deliberações CBH-SJD nº 286/2024 de 21/05/2024, CBH-SJD nº 290/2024 de 23/08/2024 e SIGAM (2025).

Figura 38 - Situação dos empreendimentos indicados pelo CBH-SJD em 2024.



Fonte: Elaborado no âmbito deste empreendimento a partir de dados do SIGAM/SEMIL -FEHIDRO (2025).

Cabe ressaltar que 74% dos empreendimentos referem-se a ações não estruturais a serem executadas nos municípios da UGRHI 18, e 26% a ações estruturais, que compreendem serviços e obras a serem executados nos municípios da UGRHI, conforme ilustrado na **Figura 39**.

Figura 39 – Percentual de ações estruturais e não estruturais.



Fonte: Elaborado no âmbito deste empreendimento a partir de dados do SIGAM/SEMIL – FEHIDRO (2025).

5.4. Atendimento à Deliberação CRH nº 254/2021

Neste item realiza-se a análise dos empreendimentos indicados pelo CBH-SJD em 2024, em conformidade ao Artigo 1º da Deliberação CRH nº 254/2021, que define as faixas percentuais para aplicação anual dos recursos do FEHIDRO, das fontes Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos (CFURH) e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (Cobrança), observadas na elaboração e alterações do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI). A saber:

I. Indicação para investimento de no máximo 25% (vinte e cinco por cento) nos PDCs 1 e 2 e seus respectivos subPDCs;

II. Indicação para investimento de no mínimo 60% (sessenta por cento) em até 3 (três) PDCs dos PDCs 3 a 8 e seus respectivos subPDCs; e

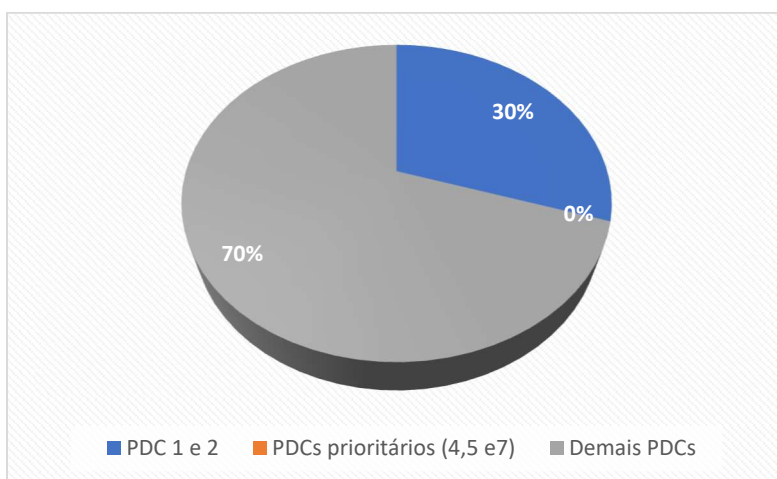
III. Indicação para investimento de no máximo 15% (quinze por cento) nos demais PDCs e seus respectivos subPDCs.

Conforme mencionado, o Plano de Ações e Programa de Investimentos da Bacia Hidrográfica da UGRHI 18 (PA/PI 2024-2027) foi atualizado em 2024 por meio da Deliberação CBH-SJD nº 278/2024 de 08/02/2024, objeto de análise para este item.

Com relação aos valores disponíveis, em 2024 foram arrecadados R\$ 1.351.453,96 de recursos com a cobrança pelo uso da água e R\$ 2.244.516,13 de CFURH. Para o ano de 2024 estavam previstos no PA/PI do CBH-SJD, a estimativa de investimentos, na ordem de R\$ 5.244.000,00 (constando valores acumulados da cobrança referente a outros anos), foram indicados empreendimentos que somam R\$ 1.589.395,07 (valor FEHIDRO).

Para a análise apresentada neste item foram considerados todos os empreendimentos indicados em 2024. Portanto, o gráfico apresentado na **Figura 40** ilustra os percentuais de empreendimentos indicados pelo CBH-SJD em 2024, agrupados conforme prioridades de PDCs.

Figura 40– Indicação por prioridade de PDC, em 2024.



Fonte: Elaborado no âmbito deste empreendimento a partir de dados das Deliberações CBH-SJD nº 286/2024 de 21/05/2024, CBH-SJD nº 290/2024 de 23/08/2024 e SIGAM (2025).

Na **Tabela 10** encontram-se os valores e percentuais previstos no ano, por PDC e em função dos limites de percentuais estabelecidos pela Deliberação CRH nº 254 de 21

de julho de 2021. Constatam como prioritários, além dos PDCs 1 e 2, os PDCs 4, 5 e 7, obedecendo ao percentual planejado de investimento em atendimento à Deliberação supracitada. A tabela também apresenta o balanço entre os recursos e percentuais previstos no PA/PI 2024-2027 e o efetivamente indicado pelo CBHSJD em 2024, por PDC.

Em relação ao atendimento à Deliberação CRH nº 254/2021, verifica-se que nos PDCs 1 e 2 previa-se no PA/PI investimentos de 23% do total dos recursos; no ano de 2024, 30% dos recursos foram direcionados ao PDC 1. O Comitê não fez indicações para empreendimentos enquadrados nos PDC prioritários (4, 5 e 7), e 70% para os PDCs não prioritários.

Tabela 10 – Síntese da indicação dos projetos ao FEHIDRO em 2024 com recursos da CFURH e situação em relação ao PA/PI 2024-2027 e à Deliberação CRH nº 254/2021.

Prioridades	PDC	Previsto PA/PI (ANO 2024)			Indicado pelo CBH (ANO 2024)		
		Valor (R\$)	%	% em atendimento à Deliberação CRH nº 254/2021	Valor (R\$)	%	% em atendimento à Deliberação CRH nº 254/2021
PDC 1 e 2	1	1.200.000,00	23%	23%	478.310,00	30%	30%
	2	-	0,00		-	0,00	
Prioritários	4	1.300.000,00	25%	63%	-	0,00	0,00
	5	694.000,00	13%		-	0,00	
	7	1.300.000,00	25%		-	0,00	
Demais PDCs	3	416.477,41	8%	14%	416.310,70	26%	70%
	6	-	0,00		-	0,00	
	8	333.522,59	6%		694.774,37	44%	
Valor Total		5.244.000,00	100%	100%	1.589.395,07	100%	100%

Fonte: Elaborado no âmbito deste empreendimento a partir de dados das Deliberações CBH-SJD nº 286/2024 de 21/05/2024, CBH-SJD nº 290/2024 de 23/08/2024 e SIGAM (2025).

Nota-se o esforço de gestão do Comitê para o atendimento à Deliberação 254/2021. De acordo com as deliberações do CBH, as ações são propostas para atender aos percentuais previstos no PA/PI, entretanto, fato que demanda destaque é que pode se dar a ausência de tomadores para determinadas ações e também por apresentarem propostas de empreendimentos que não se enquadram nos requisitos mínimos previstos no MPO. Além disso, observa-se que muitos municípios enfrentam dificuldades relacionadas à limitação de seus quadros técnicos, que, em geral, são reduzidos e sobrecarregados. Essa limitação impacta diretamente na capacidade de elaboração de projetos tecnicamente adequados, dificultando a efetiva tomada das ações previstas.

5.5. Adequação do Plano de ação e Programa de investimentos (PA/PI 2024-2027)

Em atendimento à Deliberação CRH nº 279/2023, o CBH-SJD aprovou a Deliberação CBH-SJD nº 291/2025 de 25/03/2025, contendo a atualização do Plano de ação e Programa de investimentos (PA/PI 2024-2027), tendo como metas para o quadriênio:

- ✓ Totalidade dos municípios da UGRHI com Planos de Saneamento;
- ✓ Aumentar as informações a fim de subsidiar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos na bacia;
- ✓ Aprimorar e implementar os instrumentos da política estadual de recursos hídricos;
- ✓ Revisão dos valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- ✓ Ampliar as redes de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, e aumentar a integração entre as redes quali e quantitativa e seus respectivos bancos de dados;
- ✓ Prevenir e controlar processos de erosão e assoreamento, visando a melhoria ou recuperação dos corpos d'água;
- ✓ Aumentar a proporção de cobertura vegetal na bacia;
- ✓ Alcance de uma média de 25% de perdas globais nos municípios da bacia;
- ✓ Reduzir a demanda sobre os mananciais;
- ✓ Fomentar ações de reúso de água na bacia;
- ✓ Contenção de inundações, alagamentos e regularizações de descargas na UGRHI;
- ✓ Aumentar a eficiência do tratamento de esgoto dos municípios da UGRHI;
- ✓ Aproveitamento dos recursos hídricos e segurança hídrica;
- ✓ Capacitar os atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos.

Para o quadriênio 2024-2027 estão previstos investimentos na ordem de R\$ 12 milhões. Especificamente para o ano de 2026 estão previstos investimentos que correspondem a quase R\$ 6,5 milhões de recursos da compensação e da cobrança pelo uso da água, a serem aplicados nos PDCs e seus respectivos subPDCs, voltados às seguintes ações:

- ✓ Realizar a revisão e atualização dos Planos Municipais de Saneamento Básico;
- ✓ Realizar o levantamento das comunidades isoladas, diagnóstico das estruturas de esgotamento sanitários precários na UGRHI e proposição de soluções;
- ✓ Realizar estudo/diagnóstico da utilização do Aquífero Bauru, Serra Geral e Guarani;
- ✓ Realizar a ampliação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo das águas superficiais e subterrâneas da UGRHI, visando também a melhoria da integração da rede existente e dos demais pontos instalados
- ✓ Elaborar estudos para o controle de processos erosivos e projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras para prevenção, prioritariamente em bacias de abastecimento, nascentes e áreas de recarga;
- ✓ Recuperar APPs nas margens de rios e córregos, prioritariamente nascentes e áreas de recarga da UGRHI;
- ✓ Elaborar Projetos (básicos e/ou executivos), obras ou serviços em sistemas de abastecimento, visando controle e redução de perdas de água;
- ✓ Elaborar projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras para contenção de inundações, alagamentos, inclusive por técnicas de infiltração e armazenamento; e regularizações de descargas e dispositivos de lançamento de drenagem;
- ✓ Realizar obras de sistemas de esgotamento sanitário, incluindo sistemas individuais alternativos de saneamento, bem como de tratamento de efluentes provenientes de ETE;
- ✓ Elaborar projetos (básicos e/ou executivos), executar obras ou serviços em sistemas de abastecimento, visando propor soluções alternativas e a ampliação da rede de distribuição, das demais estruturas de apoio ao abastecimento; e
- ✓ Ações e programas prioritários previstos no Plano de Educação Ambiental da UGRHI 18 e Projetos de educação e sensibilização ambiental definidos no planejamento da Câmara Técnica de Educação Ambiental.

5.6. Adequação do Plano de ação e Programa de investimentos PA/PI 2024-2027

Além das ações previstas no Plano de Bacia Hidrográfica da UGRHI 18 – São José dos Dourados (PBH-SJD, 2022–2031) e contempladas no Plano de Ação e Programa de Investimentos PA/PI 2024–2027, e considerando a análise detalhada apresentada no item 4 deste relatório, propõe-se a inclusão de uma nova iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento da gestão integrada dos recursos hídricos.

Na atualização do PBH-SJD (2022–2031) foram identificadas áreas com restrição de disponibilidade hídrica e vulnerabilidade à escassez, refletindo um cenário de stress hídrico e de potencial conflito pelo uso da água. Diante desse contexto, propõe-se a execução do Plano de Segurança Hídrica Quantitativo e/ou Qualitativo, ação estratégica voltada à avaliação e mitigação de riscos associados à disponibilidade (aspecto quantitativo) e à qualidade (aspecto qualitativo) das águas na bacia hidrográfica.

O plano tem como objetivo garantir a continuidade e a segurança do abastecimento para os diferentes usos (abastecimento público, industrial, agrícola e ecológico), por meio da identificação de vulnerabilidades, definição de medidas preventivas e corretivas e implementação de mecanismos de monitoramento e resposta a eventos críticos. Além disso, busca subsidiar a gestão da bacia a partir de um diagnóstico integrado da disponibilidade e demanda hídrica, considerando aspectos quantitativos, qualitativos e institucionais.

A ação está alinhada às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6, especialmente à meta 6.4, que trata da eficiência no uso e do acesso sustentável à água, em consonância com os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997).

Essa iniciativa se insere no escopo do PDC 1 – Bases Técnicas em Recursos Hídricos, Sub-PDC 1.2 – Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos, configurando-se como ação prioritária para o fortalecimento da segurança hídrica da UGRHI 18. Sua integração ao planejamento estratégico existente representa um avanço na consolidação de uma gestão hídrica mais eficiente, preventiva e adaptativa, em consonância com os desafios e oportunidades identificados no contexto da bacia hidrográfica.

Tabela 11 – Atualização do PA/PI 2024-2027.

Prioridade	PDC*	sub-PDC	Meta	Ação	Abrangência	Áreas prioritárias	Prazo	Responsáveis pela execução	Fonte de recurso	Estimativa de investimento (R\$)			
										2024	2025	2026	2027
PDC 1 e 2	1. Bases Técnicas em Recursos Hídricos	1.2 – Planejamento e gestão de recursos hídricos	M1.1.1 Totalidade dos municípios com Planos de Saneamento	A1.1.1 Revisão e Atualização dos Planos Municipais de Saneamento Básico	UGRHI	Floreal, Ilha Solteira, Santa Fé do Sul, São João de Iracema e Suazanópolis	Curto	A definir	Cobrança		R\$ 658.910,54	R\$ 250.000,00	
		1.2 – Planejamento e gestão de recursos hídricos	M1.2.1 Aumentar as informações afim de subsidiar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos na UGRHI	A1.2.1.2 Realizar o levantamento das comunidades isoladas, diagnóstico das estruturas de esgotamento sanitário precárias na UGRHI e proposição de soluções	UGRHI	UGRHI 18	Médio	CETESB, Ent.Soc.Civil	Cobrança			R\$ 150.000,00	
				A1.2.1.3 Realizar estudo/diagnóstico da utilização do Aquífero Bauru, Serra Geral e Guarani	UGRHI	UGRHI 18	Curto	A definir	Cobrança			R\$ 300.000,00	
				A1.2.1.4 Realizar estudo/diagnóstico ambiental das nascentes, por sub-bacia, na UGRHI	UGRHI	UGRHI 18	Curto	A definir	CFURH	R\$ 478.310,00			
				A1.2.1.7 Realizar um Plano de Segurança Hídrica quantitativo e/ou qualitativo. Elaborar estudo relacionado a escassez hídrica e ao estabelecimento de alternativas para situações de emergência	UGRHI	UGRHI 18	Curto	A definir	CFURH			R\$ 300.000,00	
	2. Gerenciamento dos Recursos Hídricos	2.1 - Planos de Recursos Hídricos e Relatórios de Situação	M2.2.1 Aprimorar e implementar os instrumentos da política estadual de recursos hídricos	A2.1.1.1. Revisar e atualizar o Plano de Bacia da UGRHI 18 e dos respectivos Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos	UGRHI	UGRHI 18	Médio	A definir	Cobrança				R\$ 461.664,40
		2.3 - Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos	M2.3.1. Revisão de valores para cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Estudo de Fundamentação para revisão de valores para cobrança pelo uso dos recursos hídricos	UGRHI	UGRHI 18	Alto	A definir	Cobrança				

		2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	M2.5.1 Ampliar as redes de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, e aumentar a integração entre as redes quali e quantitativa e seus respectivos bancos de dados	A2.5.1.2 Ampliação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo das águas superficiais e subterrâneas da UGRHI, visando também a melhoria da integração da rede existente e dos demais pontos instalados	UGRHI	UGRHI 18	Curto	A definir	Cobrança	-		R\$ 600.000,00	R\$ 450.322,93
Total PDCs										R\$ 478.310,00	R\$ 658.910,54	R\$ 1.600.000,00	R\$ 911.987,33
PDCs Prioritários	4. Proteção dos Recursos Hídricos	4.1 - Controle de processos erosivos	M4.1.1 Prevenir e controlar processos de erosão e assoreamento, visando a melhoria ou recuperação dos corpos d'água	A4.1.1.1 Elaborar estudos para o controle de processos erosivos e projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras para prevenção, prioritariamente em bacias de abastecimento, nascentes e áreas de recarga	Municipal	Floreal, General Salgado, Ilha Solteira, Jales, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Palmeira d' oeste, Santa Fé do Sul, Sebastianópolis do Sul, Cosmorama, Monte Aprazível, Poloni, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Tanabi, Três Fronteiras e Votuporanga	Curto	Municípios	CFURH/ Cobrança			R\$ 1.699.988,44	R\$ 600.000,00

		4.2 - Soluções Baseadas na Natureza	M4.2.1 Aumentar a proporção de cobertura vegetal na UGRHI	A4.2.1.1 Recuperar APPs nas margens de rios e córregos, prioritariamente nascentes e áreas de recarga da UGRHI	Municipal	Santa Clara d'Oeste (Crítico); Aparecida d'Oeste, Auriflama, Balsamo, Cosmorama, Dirce Reis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Floreal, General Salgado, Guzolândia, Itapura, Jales, Marinópolis, Monte Aprazível, Nhandeara, Palmeira d'Oeste, Poloni, Pontalinda, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Sebastianópolis do Sul, Suzanópolis, Tanabi, Urandia, Valentim Gentil e Votuporanga (Alerta)	Curto	Municípios	CFURH/ Cobrança			R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
5. Gestão da Demanda	5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	M5.1.1 Alcance de uma média de 25% de perdas globais nos municípios da Bacia	A5.1.1.1 Elaborar Projetos (básicos e/ou executivos), obras ou serviços em sistemas de abastecimento, visando controle e redução de perdas de água	Municipal	Ilha Solteira, Suzanópolis e Santa Fé do Sul, Neves Paulista e São João de Iracema.	Curto	Municípios, Serv. Munic., Operadoras de Saneamento	Cobrança				R\$ 1.000.000,00	
	5.2 - Racionalização de uso	M5.2.1 Reduzir a demanda sobre os mananciais	A5.2.1.1 Elaborar Projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras com vistas à racionalização de uso de água pelos diferentes setores usuários.	Municipal	Todos os municípios com sede na UGRHI	Curto	Municípios, Serv. Munic., Operadoras de Saneamento	Cobrança					
	5.3 - Reuso	M5.3.1 Fomentar ações de reuso de água na UGRHI	A5.3.1.1 Elaborar Projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras que subsidiem o reuso da água pelos diferentes setores usuários	Municipal	Todos os municípios com sede na UGRHI	Curto	Municípios, Serv. Munic., Operadoras de Saneamento	Cobrança					

	7. Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos	7.1 - Ações estruturais de micro ou macro drenagem para mitigação de inundações e alagamentos	M7.1.1 Contenção de inundações, alagamentos e regularizações de descargas na UGRHI	A7.1.1.1 Elaborar projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras para contenção de inundações, alagamentos, inclusive por técnicas de infiltração e armazenamento; e regularizações de descargas e dispositivos de lançamento de drenagem	Municipal	Obras indicadas no Plano/Estudo de Drenagem do Município e para Projetos com necessidade de Readequação/Ampliação	Curto	Municípios	CFURH		R\$ 2.024.027,48	R\$ 800.000,00	R\$ 400.409,31
Total PDCs											R\$ 2.024.027,48	R\$ 3.999.988,44	R\$ 1.500.409,31
Não Prioritários	3. Qualidade das águas	3.1 - Esgotamento sanitário	M3.1.1 Aumentar a eficiência do tratamento de esgoto dos municípios da UGRHI	A3.1.1.2 Realizar obras de sistemas de esgotamento sanitário, incluindo sistemas individuais alternativos de saneamento, bem como de tratamento de efluentes provenientes de ETE	Municipal	São João de Iracema, São Francisco, Neves Paulista, Floreal, Pontalinda, Suzanópolis, Santa Fé do Sul, Rubinéia, Monte Aprazível, Sebastianópolis do Sul, Nhandeara, Dirce Reis, Palmeira d'Oeste, Marinópolis Aparecida d'Oeste, Nova Canaã Paulista, Santa Salete e Santana da Ponte Pensa	Curto	Municípios, Serv. Munic., Operadoras de Saneamento	CFURH	R\$ 416.310,70		R\$ 250.000,00	R\$ 346.248,30
	6. Abastecimento e Segurança Hídrica	6.1 Captação de recursos hídricos	M6.1.1 Aproveitamento dos recursos hídricos e segurança hídrica	A6.1.1.1 Elaborar projetos (básicos e/ou executivos), executar obras ou serviços em sistemas de abastecimento, visando propor soluções alternativas e a ampliação da rede de distribuição, das demais estruturas de apoio ao abastecimento	Municipal	Dirce Reis, Gurolândia, Marinópolis, Nhandeara, Pontalinda, Santa Salete, São João de Iracema, Sebastianópolis do Sul, Suzanópolis e Neves Paulista	Curto	Municípios	Cobrança			R\$ 250.000,00	
	8. Capacitação e comunicação social	8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	M8.1.1 Capacitar os atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos	A8.1.1.1 Ações e programas prioritários previstos no Plano de Educação Ambiental da UGRHI 18 e Projetos de educação e sensibilização ambiental definidos no planejamento da Câmara Técnica de Educação Ambiental	UGRHI	UGRHI 18	Curto	Entidades Soc. Civil, Municípios	CFURH	R\$ 694.774,37	R\$ 621.422,94	R\$ 350.000,00	
*DELIBERAÇÃO CRH Nº 246, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021								Total PDCs		R\$ 694.774,37	R\$ 621.422,94	R\$ 850.000,00	R\$ 346.248,30
								TOTAL GERAL		R\$ 1.173.084,37	R\$ 3.304.360,96	R\$ 6.449.988,44	R\$ 2.758.644,94

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Relatório de Situação traz a análise de um conjunto de parâmetros capazes de sintetizar a situação da UGRHI 18, no que diz respeito à disponibilidade hídrica, demanda de água, saneamento e qualidade das águas, além da gestão do Comitê de Bacia Hidrográfica e uma avaliação dos investimentos realizados na UGRHI 18.

A análise é feita, basicamente, sobre os dados disponibilizados e apresentados nos Quadros Síntese, os quais trazem resultados gerais para a UGRHI, para cada uma das temáticas elencadas. No entanto, para a avaliação mais precisa, foram considerados os dados brutos disponibilizados pela DRHi, apresentados por meio de indicadores individuais para cada um dos municípios e das estações de monitoramento, o que possibilita a análise refinada das informações.

Ressalta-se que um dos aspectos de grande relevância abordado neste Relatório, é a questão da disponibilidade hídrica; evidencia-se que, a disponibilidade de água superficial na bacia apresenta-se com tendência de contínua redução do volume de água disponível por habitante.

Outro ponto de relevância é quanto as condições de saneamento na UGRHI 18, mais especificamente, a necessidade de ações para redução de perdas de água, para que sejam reduzidas a patamares aceitáveis e em atendimento à meta prevista no Plano de Bacia. Em relação ao esgotamento sanitário, a UGRHI 18 tem boa performance histórica dos indicadores, com investimentos realizados ao longo dos anos. Contudo, notou-se uma queda na eficiência nos últimos anos da série de dados apresentada.

Faz-se necessário considerar ainda que, ações no âmbito da qualidade, principalmente aquelas que envolvem obras e melhorias nas condições dos sistemas de esgotamento e prevenir e controlar processos de erosão e assoreamento, visando a melhoria ou recuperação dos corpos d'água, demandam investimentos financeiros, mas refletem resultados nos médio e longo prazos.

Permeando todas as temáticas, conclui-se ser essencial o desenvolvimento de ações direcionadas a aumentar as informações afim de subsidiar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos na bacia. Por fim, em atendimento às disposições das deliberações pertinentes do CRH, foram apresentadas adequações e o acompanhamento no Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI). Também foi realizada a atualização do PA/PI para o quadriênio 2024-2027.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. São Paulo, 1991. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html>>.

CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Resumo Executivo – Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo 2021. São Paulo, 2022.

COBRAPE. Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos. Subsídios Técnicos para o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020 -2023: Volume 1 - Diagnóstico Síntese- Tomo I - Caracterização e Situação dos Recursos Hídricos (Relatório Final). São Paulo: Governo do Estado de SP. 257 p. 2020

COMITE DE BACIA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS. Deliberação “Ad Referendum” CBH-SJD nº 278/2024 de 08/02/2024. Aprova a alteração do Plano de Ações e Programa de Investimentos da Bacia Hidrográfica da UGRHI 18, PA/PI 2024-2027 da Deliberação CBH-SJD nº. 261/2022 de 07/12/2022.

COMITE DE BACIA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS. DELIBERAÇÃO CBH-SJD nº 263/2023 de 30/03/2023. Aprova diretrizes e critérios para obtenção de recursos financeiros do FEHIDRO - compensação financeira e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, destinados à UGRHI - 18, referentes ao ano de 2023, e da outras providências.

COMITE DE BACIA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS. DELIBERAÇÃO CBH-SJD nº 273/2023 de 23/05/2023. Aprova diretrizes e critérios para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO – compensação financeira e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao ano de 2023 Saldo Remanescente, e dá outras providências.

COMITE DE BACIA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS. DELIBERAÇÃO CBH-SJD nº 275/2023 de 12/09/2023. Aprova a alteração do Plano de Ações e Programa de

Investimentos da Bacia Hidrográfica da UGRHI 18, PA/PI 2020-2023 da Deliberação CBH-SJD no. 261/2022 de 07/12/2022.

COMITE DE BACIA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS. DELIBERAÇÃO CBH-SJD nº 272/2023 de 23/05/2023. Indica prioridades de investimentos, visando a distribuição dos Recursos do CFURH - FEHIDRO 2023.

COMITE DE BACIA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS. DELIBERAÇÃO CBH-SJD nº 276/2023 de 12/09/2023. Indica prioridades de investimento FEHIDRO referente ao exercício de 2023 – Saldo Remanescente e dá outras providências.

COMITE DE BACIA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS. Relatório Diagnóstico do Plano de Bacia da unidade de gerenciamento de recursos hídricos do rio São José dos Dourados UGRHI - 18. São Paulo, Regea, 2021.

COMITE DE BACIA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS. Relatório Prognóstico do Plano de Bacia da unidade de gerenciamento de recursos hídricos do rio São José dos Dourados UGRHI - 18. São Paulo, Regea, 2021.

CRH. DELIBERAÇÃO CRH Nº 254 DE 21 DE JULHO DE 2021. Aprova critérios para priorização de investimentos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) nas indicações ao FEHIDRO, revoga a Deliberação CRH nº 188, de 09/11/2016, e dá outras providências.

Disponível

em:

<https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/21037/5del_crh_254_prioriz_invest_- fehidro_papi.pdf>. Acesso em: 15/07/2022.

CRH. Deliberação CRH nº 275/2022. Aprova os critérios, os prazos e os procedimentos para a elaboração e atualização dos Planos de Recursos Hídricos das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHis e dá outras providências.

DRHi - DIRETORIA DE RECURSOS HÍDRICOS. Banco de Indicadores para Gestão dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (2024). Base de dados preparada pela Coordenadoria de Planejamento e Gerenciamento de recursos Hídricos (CPGRHi), em Microsoft Office Excel. São Paulo: DRHi, 2024 (Não publicado).

REGEA - GEOLOGIA, ENGENHARIA E ESTUDOS AMBIENTAIS. Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São José dos Dourados (UGRHI 18) (Revisão e Atualização). São Paulo: Regea, 2021.